



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ANÁLISE DOS ATOS DE FALA COMO ESTRATÉGIA
DISCURSIVA E RETÓRICO-ARGUMENTATIVA NO DISCURSO
POLÍTICO DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

Romison Eduardo Paulista

Belo Horizonte
2013

Romison Eduardo Paulista

ANÁLISE DOS ATOS DE FALA COMO ESTRATÉGIA
DISCURSIVA E RETÓRICO-ARGUMENTATIVA NO DISCURSO
POLÍTICO DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Língua Portuguesa e Linguística.

Área de Concentração: Língua Portuguesa e Linguística

Linha de Pesquisa: Enunciação e Processos Discursivos

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas

Belo Horizonte
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P328a Paulista, Romison Eduardo
Análise dos atos de fala como estratégia discursiva e retórico-argumentativa no discurso político de posse-eleição e posse-reeleição / Romison Eduardo Paulista. Belo Horizonte, 2013.
184 f. : il.

Orientador: Hugo Mari
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Oratória política. 2. Análise crítica do discurso. 3. Atos de fala (Linguística). 4. Silva, Luíz Inácio Lula da - Análise do discurso. 5. Cunha, Aécio Neves - Análise do discurso. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 82.085

Romison Eduardo Paulista

**ANÁLISE DOS ATOS DE FALA COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA E
RETÓRICO-ARGUMENTATIVA NO DISCURSO POLÍTICO DE POSSE-ELEIÇÃO
E POSSE-REELEIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa e Linguística.

Professor Dr. Hugo Mari (Orientador) – PUC Minas

Professora Dr^a. Edna Aparecida Lisboa Soares – ABED - MG

Professora Dr^a. Jane Quintiliano Guimarães Silva – PUC Minas

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013

Para minha família, Zelma, Marcelo e Igor (pelo companheirismo e amor), para meus queridos professores, João Henrique Rettore, Marlene Magalhães e Hugo Mari (pelo incentivo, pela paciência e exemplo de vida).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada;

Ao CNPq por viabilizar a realização desta pesquisa;

Ao estimado Prof. Dr. Hugo Mari, que aceitou ser meu orientador, abrindo-me caminhos que antes eram quase inatingíveis, ao senhor meu eterno carinho e admiração;

A todos os professores que me acompanharam durante a graduação e pós-graduação na PUC-Minas, em especial aos professores João Henrique Rettore, Arabie Bezri e Sandra Cavalcante, amigos fiéis e exemplos de simpatia, competência e humildade;

Agradeço também as três belas e queridas professoras: Jane Quintiliano, M^a Ângela Paulino Lopes e Juliana Alves Assis, obrigado pela paciência e carinho.

Aos meus amigos e amigas que, direta ou indiretamente, torceram por mim. De forma especial àqueles com quem convivi na graduação entre eles Michael, Luciane, Aldria, Luciene, Vanderléa, Dênia Andrade, Aline Almeida e Tiago Dornas;

Aos colegas e amigos que conheci no mestrado. Em especial quatro mulheres fantásticas: Sônia, Vanessa, Emanuela e Cristiane Rocha, obrigado pelas discussões teóricas, pelo carinho e pelas boas risadas que demos juntos. E aos meus bons amigos David Emanuel e Richard Brito.

Agradeço às secretárias do Programa de Pós-Graduação da PUC-Minas, Maria Berenice, Vera e Rosária pela paciência e competência no atendimento.

À Igreja Batista Betel pelas orações e momentos de encontro com Deus.

E o que dizer a você Prof.^a Marlene Magalhães?

Responsável pelos primeiros passos na minha vida acadêmica. Obrigado pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho e exemplo de vida, levarei você para sempre no meu coração.

E por último, dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas, a minha amada família, a minha querida e amada mãe Zelma pelo exemplo de mulher valorosa, aos meus irmãos Marcelo e Igor, amigos tão chegados, e também aos meus preciosos tios e primos (Lucia, Juscélia, Ademilson, Ailton, Zélia, Amilton, Amanda, Estella, Samuel... e tantos outros tão especiais) sem vocês eu não seria nada!

Enfim, “Bom é render graças ao Senhor, e cantar louvores ao teu nome, ó Altíssimo, anunciar de manhã a tua benignidade, e à noite a tua fidelidade”. Salmos 92:1-2

Valeu a pena toda distância, todo sofrimento, todas as renúncias... Valeu a pena esperar... Hoje estamos colhendo, juntos, os frutos do cuidado de Deus!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a construção argumentativa do discurso político de posse em todos os seus desdobramentos, considerando o pronunciamento de posse-eleição e posse-reeleição de um mandatário no âmbito federal e um no âmbito estadual, procurando destacar semelhanças e diferenças tanto entre os dois níveis político-administrativos como dos dois momentos de posse. Para este estudo, temos como *corpora* o discurso do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, no ano de (2003 e 2007). A temática abordada nesta dissertação é extremamente ampla e complexa. Nesse sentido, optamos para realizar esta investigação conjugar três teorias — Teoria Semiolingüística, a Retórica-argumentativa, e a Teoria dos Atos de Fala (TAF) — que elucidam satisfatoriamente nossas hipóteses e o nosso objeto de investigação: o uso dos atos comissivos e assertivos como estratégia retórico-argumentativa no discurso de posse-eleição e posse-reeleição. Assim, a partir desta perspectiva teórica, pretendemos evidenciar o uso da linguagem como forma de ação dos sujeitos na sociedade. Assim, este trabalho se justifica, na medida em que pretende refletir e analisar os aspectos discursivo-pragmáticos do discurso de posse dos mandatários reeleitos, em contraste com o discurso de posse-eleição, discorrendo sobre as estratégias retórico-argumentativas de persuasão e convencimento utilizadas pelos mandatários eleitos e reeleitos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Político; Ato de Linguagem; Argumentação; Atos de fala; Etos.

ABSTRACT

This work aims to analyze the argumentative construction of the inauguration political speech in all its developments, regarding the pronouncement of inauguration/election and inauguration/re-election of two heads of government, one in the Federal Sphere and the other in the State Sphere, attempting to highlight similarities and differences not only between both political-administrative levels, but also between the two different inauguration moments. To this study, our *corpora* will be substantiated on the speeches of the Former President of Brazil, Luís Inácio Lula da Silva, and the Former Governor of Minas Gerais, Aécio Neves, in the years of 2003 and 2007. The thematic addressed in this dissertation is extremely ample and complex, so according to this premise, we have chosen, in order to perform the investigation, to conjugate three theories – Semiolinguistic Theory, Rhetorical-argumentative Theory, and the Speech Act Theory (SAT) – that elucidate satisfactorily our hypotheses and our under investigation object: the usage of commissive and assertive acts as a rhetorical-argumentative strategy in the inauguration/election and inauguration/re-election speech. Thus, from this theoretical perspective, we intend to evidence the usage of the language as a means to the action of the subjects in society. Therefore, this work finds its justification as it aspires to reflect and analyze the re-elected politicians' inaugural speech's discursive-pragmatic aspects, in contrast to the inauguration/election speech, addressing persuasive rhetorical-argumentative strategies that had been used by Lula and Aécio.

KEY-WORDS: Political speech; Act of Language; Argumentation; Speech Act; Ethos.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	11
INTRODUÇÃO	12

PARTE I: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.	Por que, ainda, estudar o discurso político?.....	16
1.1	Visão geral da Teoria Semiolinguística	17
1.1.1	A encenação do Ato de linguagem (o contrato comunicacional) e os lugares enunciativos.....	19
1.1.2	Legitimidade e Credibilidade: captação e as estratégias de encenação no discurso político.....	24
1.2	Considerações gerais retórico-argumentativas.....	28
1.2.1	A relevância das provas retóricas: <i>Etos, Pato e Logos</i>	29
1.2.2	Breves ponderações sobre os gêneros aristotélicos: judiciário, deliberativo e epidítico (laudatório)	31
1.2.3	Considerações gerais sobre o <i>Etos</i> : as “máscaras” discursivas	35
1.2.4	A patemização: a “emoção” no discurso político de posse	39
1.3	Visão geral dos pressupostos concernentes a Teoria dos Atos de Fala (TAF).....	43
1.3.1	Linguagem e ação: os atos ilocucionais	44
1.3.2	As direções de ajustamento e as forças ilocucionais: “diferentes modos” de se conceber o ato comissivo e o assertivo.....	45
1.3.3	Performatividade e efeitos perlocucionais: a promessa, a crítica e o autoelogio: estratégias do discurso político	47
1.3.4	As realizações indiretas dos atos de fala	51
1.3.5	As condições para a realização das forças ilocucionárias e os lugares enunciativos	53

PARTE II: DESCRIÇÃO E SELEÇÃO DO *CORPUS*

2.1	Porque o pronunciamento político de posse?.....	56
2.2	Considerações gerais sobre o pronunciamento político de posse.....	57
2.3	Descrição geral das campanhas eleitorais empreendidas pelos mandatários eleitos e reeleitos	63
2.3.1	A dinâmica dos discursos de posse de Lula	65
2.3.2	A dinâmica dos discursos de posse de Aécio Neves	70

PARTE III: ANÁLISE CONTRASTIVA DOS DISCURSOS DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

3.	A opção pela teoria Semiolinguística: o enquadramento da “ <i>mise en scène</i> ” e os atos de fala no discurso político de eleição e reeleição.....	75
----	--	----

3.1	Tributo aos antecessores: estratégia discursiva nos pronunciamentos de posse de Aécio Neves	76
3.1.1	Discurso de posse-eleição de 2003.....	77
3.1.2	Discurso de posse-reeleição de 2007	86
3.2	A construção etótica e os efeitos patêmicos nos discursos de posse de Lula	92
3.2.1	Discurso de posse-eleição de 2003	93
3.2.2	Discurso de posse-reeleição de 2007	100
3.3	Análise do funcionamento geral dos atos ilocucionais	111
3.3.1	Análise do funcionamento dos atos comissivos e assertivos no discurso de posse-eleição e posse-reeleição.....	111

PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS REFERENTES AO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

4.	Considerações finais	132
----	----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
---	------------

ANEXOS

Discurso de Posse-eleição - Aécio Neves (2003)	142
Discurso de Posse-reeleição - Aécio Neves (2007).....	152
Discurso de Posse-eleição - Lula (2003)	162
Discurso de Posse-reeleição - Lula (2007)	173

LISTAS & QUADROS:

QUADRO 1	Abertura do discurso de Aécio Neves	21
QUADRO 2	Esquema do Ato de linguagem (contrato comunicacional)	22
QUADRO 3	Aspectos dos Gêneros Aristotélicos.....	31
QUADRO 4	Abertura do discurso de Lula	33
QUADRO 5	Esquema do Ato de Linguagem posse-reeleição	90
QUADRO 6	Esquema de implicaturas dos atos de fala.....	112
QUADRO 7	Esquema geral dos estados mentais do discurso de posse-eleição.....	114
QUADRO 8	Esquema geral dos estados mentais do discurso de posse-reeleição.....	115
QUADRO 9	Ocorrências ilocucionais nos discursos de Lula	122
QUADRO 10	Parâmetros definidores do ato de fala comissivo e assertivo.....	124
QUADRO 11	Ocorrências ilocucionais nos discursos de Aécio Neves	126

INTRODUÇÃO

A dificuldade que muitas vezes encontramos nos estudos relacionados à linguagem é o de desenvolver instrumentos capazes de descrever de modo satisfatório as relações entre linguagem (discurso) e sociedade. Muitas são as teorias que tentaram e tentam dar conta desse universo complexo que representa a linguagem humana e sua interação/relação com a sociedade e a cultura.

Durante muito tempo, a língua foi considerada um objeto abstrato que demandava uma descrição exaustiva de seus sistemas internos. Essa forma de fazer ciência, estruturalista, foi responsável, de certo modo, por criar a falsa ideia de que o valor ilocucional de um enunciado estivesse ligado, estritamente, somente às propriedades locucionais (sintático-semânticas). Com o desenvolvimento da Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 1989; BAKHTIN, 1990¹), temos um deslocamento do foco dos estudos em linguagem: o sujeito que integra e participa de um meio social com práticas discursivas “ritualizadas” passa a ser considerado como elemento fundamental para a compreensão do funcionamento da linguagem (FOUCAULT, 2008).

Desse modo, como conceito caro aos estudos de análise do discurso, a *enunciação* e as instâncias que a compõem fazem surgir, ao menos para o analista do discurso, a preocupação com os sujeitos da linguagem – sua identidade, seus estatutos, papéis e intencionalidades – e preocupação com a situação em que o discurso é proferido (MAINGUENEAU, 1989; CHARAUDEAU, 2006² e 2009; BRONCKART, 2003 e 2008). São várias as perspectivas que buscam descrever e analisar os vários fatores que podem regular as práticas discursivas, considerando que o sujeito nessas práticas, apesar das convenções, possui um espaço de manobra de estratégias para que seus objetivos discursivos sejam bem sucedidos.

Sendo assim, diagnosticar ações languageiras, diante de sua complexidade e amplitude, requer uma análise das condições que regem *enunciados concretos* e específicos, como também das restrições circunstanciais do seu proferimento. Considerar a linguagem como uma forma de agir no mundo passou a ser um ‘motor’ que impulsionou os vários trabalhos

¹ BAKHTIN, Mikail/VOLOSHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1990. BENVENISTE, Emile. Problemas de linguística geral II. O aparelho formal da enunciação. Campinas: Pontes, 1989.

² CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Tradução Freda Indursky. Campinas: Editora da UNICAMP & Pontes, 1989.

BRONCKART, Jean-Paul. Atividade de linguagem, textos e discursos. São Paulo: Educ, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. O agir nos discursos: das concepções teóricas as concepções dos trabalhos. Campinas: Mercado de Letras. 2008.

dentro dessa área de estudos da linguagem. E o nosso trabalho acredita, e pretende apontar e analisar, na medida do possível, os elementos e conceitos teóricos que justificam esse modo de fazer ciência, tomando por objeto de análise: o discurso político de posse-eleição e posse-reeleição.

Claro que não desconsideramos o papel importante da ‘descrição linguística’, mas a nossa perspectiva pretende uma orientação teórica que ultrapasse apenas a descrição da estrutura lógico-formal dos enunciados, buscando descrever e analisar os processos enunciativos em que o acontecimento discursivo é produzido. Para Mari³, muitos desses elementos configuram-se “como uma condição mínima” para a análise da enunciação. Para ele, o território de estudos de linguagem, acolhe inúmeras abordagens que especificam métodos e padrões de análise da atividade discursiva em torno de três objetos específicos: **i)** o estatuto dos sujeitos na atividade discursiva; **ii)** as formas de inserção desses usuários na atividade descrita; **iii)** os efeitos práticos decorrentes de sua inserção no processo discursivo.

Desse modo, temos como objetivo geral desta dissertação a análise da construção argumentativa do discurso político eleitoral/governamental em todos os seus desdobramentos, considerando o processo de eleição/reeleição de um mandatário no âmbito federal e um no âmbito estadual, procurando destacar semelhanças e diferenças tanto entre os dois níveis político-administrativos como nos dois momentos de posse.

Para esse estudo, temos como fonte de *corpora* para análise o discurso do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves. E optamos por conjugar três teorias que, a nosso ver, se completam e elucidam de modo satisfatório o nosso objeto e as nossas hipóteses, sendo elas: a Teoria Semiolinguística; a Retórica-argumentativa; e a Teoria dos Atos de Fala.

Para recobrir o universo do estatuto dos sujeitos na atividade discursiva e descrição da situação de interação que envolve *o pronunciamento de posse*, optamos pela *Semiolinguística*, uma vez que essa teoria considera a questão polifônica dos sujeitos da linguagem – seus papéis psicossociais e languageiros, e como a inter-relação desses papéis podem regular o funcionamento e realização da atividade languageira em análise. A Semiolinguística apresenta o conceito de *Ato de Linguagem* (contrato-comunicacional) que abarca os componentes de toda uma sistematização metodológica profícua para nossa análise do pronunciamento de posse.

³ “Entre o conhecer e o representar: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas linguísticas”. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

Outra perspectiva importante, em vista do caráter marcadamente protocolar do pronunciamento político de posse, é considerar a realização de uma análise da dimensão retórico-argumentativa desse discurso. Charaudeau (2011, p. 86) salienta que “não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si”. Nossa hipótese é que as imagens construídas pelos oradores potencializam e justificam a complexidade dos atos de fala em análise – comissivos e assertivos. A proposta de análise da dimensão retórico-argumentativa pretende demonstrar que o discurso político de posse, que procura obter a persuasão do público que já o legitimou, se vale de estratégias construindo diferentes *etos* e suscitando diferentes efeitos *patêmicos* sobre o auditório podendo ser refletidos ou não no modo de organização dos atos de fala – *logos*.

Por fim, uma vez que no centro de nossas preocupações e catalizador para nossas hipóteses está o estudo dos atos de fala no pronunciamento político de posse, evidentemente, recorreremos à Teoria dos Atos de Fala (TAF). Apropriamo-nos de tal teoria por entendermos que ela nos possibilita uma melhor compreensão da relação entre linguagem e ação. Seus pressupostos nos permitem derivar os efeitos práticos decorrentes da participação dos interlocutores na atividade discursiva, apontando para a dimensão “intencional” do proferimento dos atos de fala. No entanto, avaliar esses efeitos, não significa dizer que a nossa compreensão do ato de fala seja uma “verdade absoluta”, mas antes, apontar uma possibilidade de interpretação do ato de fala em virtude do estatuto dos sujeitos envolvidos e da situação enunciativa em análise. Assim, ao considerarmos a situação enunciativa política de posse-eleição e posse-reeleição devemos reconhecer nelas um conjunto de restrições (condições) que os interlocutores devem assumir para que o ato de fala seja bem sucedido – e que nos possibilite justificar a interpretação desse ato.

Neste sentido nos propomos a analisar o funcionamento dos atos de fala no pronunciamento político de posse eleição/reeleição, sua natureza, o tipo particular de ação que esse ato realiza; as restrições impostas a esse proferimento e suas propriedades discursivo-enunciativas. Os nossos objetivos são: i) atestar a importância do processo enunciativo-argumentativo para uma compreensão da dimensão política do uso da linguagem; ii) estabelecer uma análise contrastiva entre os discursos de posse (eleição e reeleição) e de esferas públicas (estadual e federal), a fim de investigar as estratégias discursivo-argumentativas que os constituem; e iii) analisar a funcionalidade do discurso político de reeleição numa perspectiva pragmática, discutindo a possibilidade de (re)direcionamento ilocucional como sendo uma importante estratégia argumentativa no discurso político de posse-eleição e posse-reeleição.

Enfim, neste trabalho adotaremos uma divisão em quatro partes, que sintetizam o percurso de nossa investigação. Na primeira parte, buscaremos apresentar o arcabouço teórico que norteou nossa pesquisa, sendo dividida em três módulos, a primeira parte, “Quadro teórico-metodológico”, apresentará as considerações gerais sobre as teorias convocadas para fundamentação desse trabalho. Na segunda parte, “Descrição e seleção do *corpus*”, buscaremos elucidar nosso objeto de pesquisa e a relevância dos *corpora* em análise.

Na terceira parte, “Análise contrastiva dos discursos políticos de posse-eleição e posse-reeleição”, apresentamos as análises a partir dos quadros teóricos, avaliando as condições situacionais que determinam a constituição do *Ato de Linguagem* considerando os dois momentos de proferimento – posse-eleição e posse-reeleição. Além disso, faremos uma abordagem fundamentada na análise retórico-argumentativa, em virtude dos *etos* construídos pelos oradores e dos efeitos *patêmicos* suscitados sobre o auditório. E por último, a análise da dimensão ilocucional dos discursos de posse eleição e reeleição focalizando o conjunto de parâmetros que justificam as interpretações dos atos de fala.

Na quarta e última parte, “Considerações finais”, buscamos desenvolver uma síntese anunciando as particularidades que compõem o discurso de posse-eleição e reeleição. Nesse sentido, as informações depreendidas das análises anteriores nos servirão de base para as considerações finais dessa última parte, fechando o nosso trabalho.

Nossa pretensão, então, é a de compartilhar com colegas e estudiosos de outras áreas algumas considerações que possibilitaram compreender a prática discursiva política como um fenômeno complexo em que diferentes dimensões de análise são tão importantes para descrever o funcionamento desse discurso. Gostaríamos, entretanto, de sublinhar que não assumimos o compromisso de realizar uma análise exaustiva das diferentes dimensões, nem tampouco uma operação muito sofisticada de inter-relação entre essas dimensões. Ficando tal intenção, quem sabe, para trabalhos posteriores.

PARTE I: QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

“O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior”. (ROSA, 1996)

1 Por que, ainda, estudar o discurso político?

Parece claro, na área de estudos de análise do discurso, que as práticas de linguagem são constitutivas do modo como os seres humanos estruturam as suas vidas em diferentes esferas de atividade social, em termos das relações que estabelecem com o mundo e, também das relações que estabelecem entre si. Desse modo poderíamos conceber o *discurso* como o lugar de construção de uma rede relações ‘políticas’, e também um dos instrumentos fundamentais para a manutenção da prática política.

Dessa forma, o estudo do uso da linguagem como forma de prática social e não apenas como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais pressupõe o discurso como um modo de ação, algo pelo qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação do mundo.

Essa noção de prática social implica uma relação dialética e dialógica entre o discurso e a estrutura social. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. Desse modo, “o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas entre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, p.94)⁴. Assim, por mais que, o senso-comum considere desprestigiado o fazer político numa sociedade, acreditamos ser necessário investigar as atividades que o constituem, a saber: a existência de uma pluralidade de seres humanos, cujas identidades se constroem através de suas relações intersubjetivas, em função de um conjunto de interesses; as convenções que

⁴ FAIRCLOUGH, N. *Teoria social do discurso: discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

naturalizam as relações de poder e ideologias particulares; os modos como são articulados as ações e os discursos que o compõem, etc.

Assim, Charaudeau, em sua obra “Discurso Político” (2011, p. 17), argumenta que todo *Ato de Linguagem* está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social. Para Charaudeau (idem) é a ação política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção de um bem comum. Ao assumirmos genericamente essa noção de ação política, nesse sentido, espera-se que o discurso político resulte em ações efetivas, assumidas previamente sob a forma discursiva, seja quando proferidos por candidatos em campanha eleitoral ou por governantes já legitimados pelo voto popular. Assim, é preciso que o compromisso assumido pelo ator político seja entendido como um projeto coletivo, decorrente de um objetivo comum entre ele e os interlocutores. Por sua vez, espera-se que a instância política preste conta de seus atos perante a instância cidadã, buscando obter um resultado positivo sobre seu auditório, o ator político planifica da melhor forma possível a sucessão de seus atos, preocupando-se com a eficácia, mas avaliando, ao mesmo tempo, as vantagens e os inconvenientes da escolha deste ou daquele meio de organização do discurso.

1.1 Visão geral da Teoria Semiolingüística

Sob a ótica da Teoria Semiolingüística, o discurso é entendido como um jogo entre interlocutores que, envolvidos num *contrato*, se reconhecem mutuamente como parceiros de comunicação que são movidos por intenções discursivas. A Teoria Semiolingüística, em linhas gerais, adota uma postura abrangente entre áreas do conhecimento, na medida em que busca contemplar as contribuições de diversas áreas de estudo, por exemplo, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia e a Lingüística. O que nos leva a entender o discurso como *‘jogo comunicativo’*, integrado e estabelecido na sociedade, e materializado através do uso lingüístico. Conforme observa Charaudeau⁵ (2004), a sociedade estrutura institucionalmente suas práticas discursivas em grandes setores de atividades ou domínios de prática social, que a experiência de comunicação humana organiza em espaços de palavra, sejam eles: os domínios político, religioso, jurídico, científico, educativo etc.

⁵ CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I; MELO, R. (Orgs.) Gêneros: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD-FALE-UFMG, 2004. P. 13-41.

Nessa perspectiva, o processamento enunciativo-discursivo/linguístico é dado sob o comando de um sujeito dotado de intencionalidade que, por sua vez, fundamenta um *projeto de fala* com vistas a influenciar o outro. Em consonância com a concepção de linguagem como forma de ação dos sujeitos na sociedade (CHARAUDEAU, 2009, p.56), o contrato de comunicação, como um dos modelos teórico-metodológico da Análise do Discurso, oferece um referencial teórico produtivo para a análise dos discursos institucionalizados que permeiam a sociedade, justamente por levar em consideração que o sentido é socialmente construído a partir dos processos enunciativos engendrados na interação linguística. Há, portanto, na proposta do referido autor, um lugar social de ancoragem de toda atividade discursiva que pode ser dividido em dois espaços que se intercambiam: um *espaço de posicionamentos*, relativos aos sistemas de valores que circulam em uma sociedade; e um *espaço de condicionamentos*, comunicacionais – relativos aos diferentes formatos de comunicação – e enunciativos – ligados às diferentes maneiras de falar em cada situação de comunicação. Esse autor, em sua obra “Discurso Político” (2011), desenvolve um aprofundado trabalho de investigação e reflexão em torno do discurso político estabelecendo relações entre *linguagem, ação e poder*. O discurso político nessa dinâmica pode ser definido como uma forma de articulação orgânica entre *linguagem* e *ação* em situações/condições historicamente determinadas para estabelecer, gerir e transformar relações de *poder*.

Ao deslocar a discussão do eixo estritamente linguístico para uma dimensão discursiva mais abrangente, a teoria desenvolvida por Charaudeau busca contemplar a linguagem como prática social, propondo, em razão disso, uma alteração na abordagem da significação, na medida em que integra as dimensões situacional e linguística do discurso como componentes essenciais para produção de sentido.

Assim, em linhas gerais, nesse modelo teórico-metodológico fica a ideia de que nenhum *ato de linguagem* é aleatório. Os indivíduos, no desempenho efetivo de suas práticas comunicativas, estão subordinados a certo número de contratos e convenções. Para essa teoria, as práticas languageiras⁶ são concebidas para “atingir” o outro; o sujeito comunicante aspira ser compreendido por seu interlocutor. Assim, para obter “sucesso” na prática languageira, espera-se que os sujeitos semiolinguísticos empreguem certo número de estratégias inseridas no contrato comunicacional que irá estabelecer com seu eventual parceiro.

⁶ A proposta teórica da noção de *Ato de linguagem* trabalha com a ideia de que o contrato comunicacional fundamenta-se sobre uma expectativa de que os interlocutores se reconheçam com estatutos que eles imaginam (CHARAUDEAU; 2009, p.45).

Partindo do objetivo de expor aqui as condições básicas de *encenação* do discurso político de posse e de reeleição, entendemos o “discurso” como sendo a linguagem posta em ação, em função da intersubjetividade dos interlocutores e de condições históricas determinadas: *o ato de linguagem* (CHARAUDEAU, 2009).

1.1.2 A encenação do Ato de Linguagem (o contrato comunicacional) e os lugares enunciativos.

Embora o discurso, enquanto prática humana esteja previsto por algumas *regras e deveres (Fazer)* no momento de interação, o discurso também se materializa como um *palco de encenação (Dizer)* dos sujeitos. Segundo Charaudeau (2009; p. 56), o caráter eminentemente teatral das práticas languageiras camufla⁷ estratégias dos sujeitos de fala, por ser comum reconhecer no discurso simulações de espaços discursivos (EUE – TUD) diferentes daqueles ocupados pelo sujeito comunicante e interpretante. O que revela esse aspecto de simulação é a possibilidade que os sujeitos possuem para contrapor e camuflar a imagem do sujeito “real”/empírico (EUC – TUI), enquanto instância reconhecidamente histórica, e ativando suas possíveis escolhas estratégicas para efetivar uma encenação pela linguagem instituindo como sujeito enunciador e destinatário *sujeitos de palavras* (EUE – TUD), que podem corresponder ou não à realidade sócio histórica do sujeito comunicante e/ou do sujeito interpretante.

Tais considerações fazem-se necessárias ao se conceber a ação enunciativa do discurso de posse como sendo um *ato de linguagem*⁸ específico. Ao considerar as manifestações discursivas, Charaudeau (2009) argumenta que estabelecemos um tipo de discurso (político, publicitário, religioso, educacional, jornalístico), no qual um sujeito (EUC) tem a intenção de

⁷ Esta escolha metodológica de descrição e análise do discurso político de posse, a partir da teoria semiolinguística, deve-se ao fato de o discurso não ser uma realização apenas no nível discursivo e textual, mas também por ser uma prática social que prevê regulamentos (convenções) entre os parceiros de linguagem, que possuem uma realidade histórica e sociocultural. Outro ponto importante é considerar o fato de que se trata de um processo de projeção de imagens, que não são necessariamente sempre da ordem do consciente.

⁸ O ato de linguagem não pode ser considerado somente como um ato de comunicação: tal ato não é apenas o resultado de uma única intenção do emissor e não é o resultado de um duplo processo simétrico entre Emissor e Receptor. Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por isso: i) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; iii) será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente (CHARAUDEAU, 2009, 52)

interagir com o outro (TU_i) por meio de um material linguageiro (texto oral ou escrito), em que são engendradas estratégias para realização de suas expectativas.

Segundo Charaudeau:

Nessa perspectiva, podemos dizer que um ato de linguagem participa sempre de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUC). Assim, o EUC deve organizar o que está disponível no conjunto de suas competências, levando em conta a margem de liberdade e de restrições de ordem relacional de que dispõe. Deve também desejar que seu ato tenha sucesso; ora, a garantia de tal sucesso estará na coincidência de interpretações que poderá ocorrer entre o sujeito interpretante (TU_i) e o destinatário (TU_d). (CHARAUDEAU, 2009, p. 56)

Para esse autor, a noção de *contrato comunicacional* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociolinguageiras estejam suscetíveis de chegar a *um acordo sobre as representações linguageiras* compartilhadas socialmente. Cabe ressaltar aqui que este tipo específico de interação, pronunciamento político de posse, orienta para uma formulação discursiva marcadamente retórica, dada as condições protocolares que regulam esse evento discursivo. Como poderemos verificar nos exemplos seguintes, os interlocutores envolvidos no *ato de linguagem* reconhecem-se mutuamente como parceiros de uma atividade de comunicação, de modo a estabelecer entre si um *contrato* como participantes da troca comunicativa. (CHARAUDEAU; 2009).

No discurso de posse são muitas as unidades que podemos selecionar para justificar a tematização do *ato de linguagem*, principalmente, as que se referem aos caracteres específicos da enunciação: “Eu” e “Tu”. O ato de linguagem só acontece porque existe um “Eu” – Aécio Neves – que fala a um “Tu” – eleitores mineiros. Um “Eu” que enfatiza as dêixis de lugar e tempo de sua enunciação – “*neste momento*”, “*desta mesma varanda cívica*”, “*aqui compareço*”, “*nesta casa*”, “*este momento*”, “*nesta assembleia*”. Dessa forma, percebe-se que a existência de caracteres dêiticos se mostram necessários para a caracterização enunciativa desse locutor em relação ao seu alocutário nesse *ato de linguagem* representado pelo discurso de posse.

É o caso, por exemplo, das expressões adverbiais de tempo e de lugar, associadas à primeira pessoa do presente do indicativo “*volto*”, “*aqui compareço*”, “*faço*”, “*peço*”. Tais mecanismos dêiticos acentuam o caráter interativo do discurso de posse.

Vejamos alguns exemplos do pronunciamento de posse de Aécio Neves:

Abertura do pronunciamento de posse de Aécio Neves em 2003

Mineiros, Volto, neste momento, vinte anos ao passado. Desta mesma varanda cívica, Tancredo Neves afirmou, ao empossar-se como nosso governador, que a liberdade é o primeiro compromisso de Minas. Seu recado era claro: os mineiros não aceitavam a continuação da ditadura e iriam aglutinar os brasileiros para a reconquista de seus direitos políticos.

Pronunciamento de posse de reeleição de Aécio Neves em 2007

Senhor Presidente, mineiros de todas as partes desse Estado. Ao reafirmar-se a vontade do povo de Minas Gerais pelo voto livre e direto, aqui compareço para a cerimônia de nova investidura nesta casa para legítima representação dos mineiros.
E o faço para confirmar publicamente cada um dos compromissos que assumi na longa e emblemática caminhada que fizemos pelo nosso Estado. Antes, peço licença para destacar este momento simbólico e o rito que se dá nesta Assembleia Legislativa, criada pelo Ato Adicional e reunida pela primeira vez em 1836.

O empossado Aécio Neves constrói sua enunciação a partir da relação discursiva que ele quer estabelecer com seu alocutário — “mineiros”, “senhor presidente”, “mineiros de todas as partes desse estado”— o auditório não é homogêneo, mas a abertura do pronunciamento de posse cria uma certa identidade coletiva para o auditório — “mineiros”. O ato de linguagem representado pelo pronunciamento de posse é marcado por uma reciprocidade encenada pelo ator político. Essa encenação é feita como forma de corroborar com sua credibilidade junto ao público, mostrando-se próximo aos alocutários e preocupado com as suas demandas. É interessante comentar aqui que no discurso de Aécio, nos dois contextos de posse (2003 e 2007), ele estabelece um contraste entre o tempo presente de seu empossamento, e a referência ao passado estabelecendo um discurso “memorialístico”.

Voltando a questões teóricas, em resumo⁹ do que foi exposto por Charaudeau (2006; 2009), em sua teoria, *o contrato comunicacional* possui natureza tanto linguística como

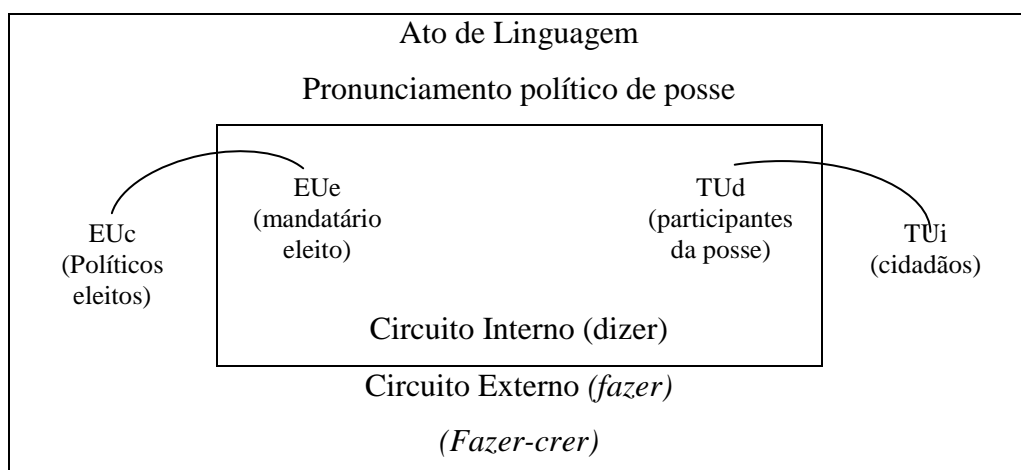
⁹ A noção de *Ato de linguagem* aparece como uma das categorias centrais para a nossa análise e reflexão, pois representa a base para justificar as ações discursivas políticas engendradas em função do dispositivo pronunciamento de posse. Nosso trabalho de análise do discurso político de posse eleição/reeleição, a princípio, descreverá a estrutura do contrato/ato de linguagem a partir dos componentes básicos tematizados na

situacional, disso resulta a concepção desse dispositivo teórico-conceitual como constituído de dois espaços: *o circuito interno (dizer)* e *o circuito externo (fazer)*. O autor (2009) dirá que a estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: o lugar da instância situacional (circuito externo – fazer) e o lugar da instância discursiva (circuito interno – dizer). A dimensão externa determina certas condições a serem satisfeitas para que o *ato de linguagem* se efetive satisfatoriamente, é o lugar do *fazer psicossocial* dos parceiros envolvidos na comunicação. Já o circuito interno, ou, o lugar das estratégias, é o lugar da organização do dizer, pois corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação do *ato de linguagem*, em função das restrições/condições da instância situacional.

Desse modo, o *contrato* requer certas condições para que sejam efetivadas as trocas interlocutivas. Isso faz com que o sujeito (político eleito/reeleito) elabore seu projeto de fala de acordo com o contrato sócio linguageiro (discurso de posse) que compartilha com o seu interlocutor (instâncias cidadãos, midiáticas ou políticas) e o momento de sua enunciação.

Nessa perspectiva, ao fazerem uso da linguagem, os parceiros situam-se e subordinam-se a contratos e convenções, que são próprias das *práticas psicossociais compartilhadas entre membros de uma dada comunidade*, assim, o contrato requer como condição que os sujeitos se reconheçam mutuamente como parceiros do evento comunicativo que possuem o direito à palavra por terem de antemão um *projeto de fala*, elaborado segundo restrições contextuais e pertinência intencional.

A seguir apresento a configuração do contrato comunicacional representado pelo ato de linguagem pronunciamento político de posse:



Quadro adaptado de Charaudeau (2009, p. 77)

apresentação da teoria-metodologia semiolinguística. Visto o caráter amplo e imbricado de alguns conceitos e/ou categorias de análise na proposta semiolinguística, salientamos que apontaremos para os elementos que foram pertinentes para a justificativa de nossas hipóteses e ferramenta profícua para nossa análise.

Para Charaudeau, o ato de linguagem pode ser resumido da seguinte forma:

O ato de linguagem é um fenômeno que combina o dizer e o fazer. O fazer é o lugar da instância situacional que se auto define pelo espaço que ocupam os responsáveis por esse ato. O dizer é o lugar da instância discursiva que se auto define como uma encenação da qual participam seres de palavra. Essa dupla realidade do Dizer e do Fazer, nos leva a considerar que o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (fazer) e um circuito interno (dizer), indissociáveis um do outro. (CHARAUDEAU, 2001, p.28)

Charaudeau (2009) propõe que o *contrato comunicacional* se define, então, por componentes da ordem situacional, do comunicacional e do discursivo. O primeiro componente, o **situacional**, é constituído por um dispositivo conceitual que representa a estrutura do contrato, composta das seguintes categorias: identidade dos interlocutores (*quem se dirige a quem?*); finalidade discursiva (*para que dizer?*); domínio temático (*sobre o que dizer?*); suporte físico/material (*dizer através de que meio de comunicação?*). O segundo é chamado de **comunicacional** e diz respeito ao funcionamento do contrato em termos do horizonte de estratégias passíveis de serem atualizadas em função dos elementos do nível situacional, configurando um nível intermediário entre o situacional (fazer) e o nível discursivo (dizer) de efetivação de estratégias. O terceiro componente **discursivo/intencional** é o nível da enunciação, e refere-se ao espaço de intervenção do sujeito comunicante tornado sujeito enunciador, que deve realizar seu projeto de fala, tendo em vista as restrições do situacional e as possibilidades do comunicacional.

A relação entre as dimensões situacional e discursivo-comunicacional pode ser assim descritas. Em relação à finalidade¹⁰ do contrato comunicacional do pronunciamento de posse, podemos dizer que o orador empossado tem como objetivo do contrato comunicacional que estabelece com o auditório *fazer-criar*, ou seja, espera-se que ele faça com que o auditório (eleitorado) adira as suas propostas por meio de estratégias que podem fazer com que essa ‘finalidade primária’ se confunda com outras, tais como: *fazer-sentir* (sedução/comoção), *fazer-saber* (informação) e *fazer-fazer* (incitação). No caso do pronunciamento de posse, espera-se que o orador apresente um discurso de convencimento e ratificação das propostas apresentadas na campanha eleitoral. Para isso os procedimentos enunciativos são ferramentas proíficas, pois podem permitir àquele que fala colocar-se em cena (enunciação “elocutiva”), implicar seu interlocutor no mesmo ato de linguagem (enunciação “alocutiva”) e/ou

¹⁰ A finalidade ou funcionalidade no pronunciamento de posse pode ser múltiplas. Deixar isso claro. Apontar a ideia de uma prevalência pragmática ou estratégica. Por exemplo, a informação como estratégia para a persuasão e/ou sedução.

apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado (enunciação “delocutiva”). Assim, os atores políticos procuram convencer e seduzir o maior número de pessoas utilizando desses meios para construir uma imagem adequada à situação de comunicação.

Dessa forma, o orador eleito é responsável pelo proferimento de um discurso de empossamento para um auditório representado pela assembleia (instâncias político-parlamentares) e um auditório universal (instâncias cidadãos)¹¹. Assim, o ator político eleito cumpre o papel de mandatário, uma vez que tem a responsabilidade de apresentar seu programa político, visando ao benefício do auditório. O auditório, por sua vez, construção discursiva do orador, lhe é demarcado seu lugar político-social de maior interessado nas proposições do orador, sendo construído, discursivamente, pelo orador como beneficiário das ações deste.

Em termos do propósito temático ou domínio do saber, ou seja, sobre o tema da interação, observamos que o orador deve buscar construir uma imagem de um político preocupado com as demandas sociais e econômicas do seu eleitorado. Buscando fixar as condições para o êxito de suas propostas, apresenta um ‘percurso das ações’ que serão necessárias para o bom gerenciamento e desenvolvimento do governo. Assim, o ator político deve mostrar-se preparado e engajado na defesa dos interesses das instâncias alocutárias.

1.1.3 Legitimidade e Credibilidade: captação e as estratégias de encenação no discurso político

Na tentativa de descrição e aplicabilidade das categorias do modelo proposto acima na análise do discurso político de posse/reeleição, a breve consideração que se segue, diz respeito a “intenção pragmática” do discurso de posse em relação à posição do enunciador na interlocução com o auditório.

Interessante observarmos que na dinâmica dos discursos de posse de eleição e reeleição, a constituição discursiva do enunciador pretende ações discursivas que apontem, explicitamente, para a *legitimidade*¹² e construam a *credibilidade*¹³ do político, como forma

¹¹ Não farei, *a priori*, uma definição ou distinção dos tipos de auditório, nesse momento apenas saliento que os atores políticos além de projetar um auditório universal que teria comunhão em torno de certos valores, de certos juízos que se impõem a todos, também pode se endereçar a auditórios particulares.

¹² Legitimação: visa a validar a posição de autoridade do sujeito comunicante, sob a forma de uma autojustificação, que pode caracterizar uma autoridade institucional e/ou uma autoridade pessoal.

de corroborar para a captação¹⁴ do auditório. A legitimidade é conferida ao orador, *a priori*, evidentemente por seu estatuto social de político e pelas ações que o levaram ao poder – campanha eleitoral, e posteriormente pelo momento/evento de posse. Já a credibilidade, por sua vez, pressupõe-se que foi “conquistada” no decorrer da campanha eleitoral, e esta será reafirmada no discurso de posse buscando mais uma vez a adesão do interlocutor.

Sendo assim, o orador possui um projeto de fala que é construído em torno de certo número de objetivos discursivos (*visées*) sobre o seu auditório. A instância política, a partir da organização estratégica de sua atividade linguístico-enunciativa, e orientada pelo objetivo de influenciar o auditório, constantemente, regula seu discurso rastreando formas de agir eficazmente sobre o interlocutor, isto é, captá-lo.

A situação de comunicação é o lugar onde se instituem as restrições que determinam a expectativa (*enjeu*) da *troca*, restrições estas provenientes ao mesmo tempo da identidade dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca, da *finalidade* que os religa em termos de visada, do *propósito* que pode ser convocado e das circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza. (CHARAUDEAU, 2004, p. 22 – grifos do autor)

Para que o parceiro envolvido no ato de linguagem seja reconhecido no seu estatuto de sujeito comunicante e na eficiência de seu discurso é necessário que lhe seja reconhecido tal direito à palavra. Charaudeau desse modo apresenta três condições essenciais para o êxito das visadas discursivas:

- i) **Reconhecimento do Saber:** representa certo conjunto de universos de referência, em termos de sistemas de crenças e valores, que permitem que os parceiros assumam as suas representações supostamente partilhadas sobre o mundo;
- ii) **Reconhecimento do Poder:** diz respeito à posição sócio-institucional ocupada pelos parceiros do contrato de comunicação, articulada aos papéis linguageiros que os sujeitos assumem no discurso em razão da realidade psicossocial em que se dá o jogo enunciativo;
- iii) **Reconhecimento do Saber fazer:** refere-se à capacidade do sujeito comunicante, tornado enunciador, de confirmar as duas condições acima citadas através da sua enunciação, ou seja, através da efetivação de seu projeto de fala por meio do discurso, adequando o circuito interno (do dizer) ao externo (do fazer).

¹³ Credibilidade: visa a validar a veracidade e a competência do sujeito enunciador, pelo viés da neutralidade ou do engano.

¹⁴ Captação: visa a inserir o sujeito interpretante no “quadro argumentativo” sob a forma de um sujeito destinatário, interpelado pela via da dramatização (que pode se traduzir pela polemização, pela sensibilização e/ou sedução).

Tais implicações (*reconhecimento do saber e reconhecimento do poder*) instauram a dimensão de *legitimidade do sujeito falante*, conferida a ele em razão da posição que ele assume nas diferentes redes de práticas sociais. Por outro lado, *o saber fazer* busca conferir *credibilidade ao sujeito falante*. Esta não é dada a ele, mas conquistada e negociada no desenvolvimento das práticas de linguagem e está diretamente associada ao desempenho enunciativo apresentado pelo sujeito comunicante, tornado enunciador. A habilidade de “jogar” com os dois espaços – interno e externo – e seus componentes é que leva o *Saber fazer* do sujeito a ser julgado e que, conseqüentemente, leva o orador a ter reconhecido o seu direito de fala. Esse direito à palavra representa a *credibilidade*, que sem a qual não seria possível para o ator político realizar seu projeto de fala, mesmo que possua *legitimidade* pelo *Saber* ou pelo *Poder*¹⁵.

Questionar a legitimidade, segundo Charaudeau (2011) é questionar o próprio direito de dizer e não a pessoa; questionar a credibilidade é questionar a pessoa, uma vez que ela não apresenta provas de seu poder dizer ou de fazer. Nesse sentido, a legitimação do sujeito se dá em função da posição que ele ocupa nas diferentes situações de interação; e a sua credibilidade é constituída pela própria enunciação: pela eficiência discursiva do sujeito de se instaurar como autoridade no *ato de linguagem* em função de um conjunto de manobras discursivo-linguísticas que visam produzir determinados efeitos sobre o interlocutor.

Dessa maneira, geralmente, consideradas do ponto de vista da instância de produção, tendo em vista um “destinatário ideal”, pressupõe-se que, ao mesmo tempo, as “*visadas*” devem ser reconhecidas pela instância receptora, para que a interação e intercompreensão entre locutor e interlocutor sejam bem sucedidas.

Para Charaudeau:

As visadas correspondem a uma intencionalidade psico-socio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca linguageira. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que em perspectiva sujeito destinatário ideal, mas evidentemente elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção [...] as visadas correspondem, assim, a atitudes enunciativas de base que encontraríamos em um grande corpus de atos comunicativos reagrupados em nome de sua orientação pragmática [...]. (CHARAUDEAU, 2004, p. 23)

¹⁵ Evidentemente que o esquema de Charaudeau é claro e bem articulado, estabelecendo duas categorias, legitimidade e credibilidade, importantes para a compreensão do contrato comunicacional, mas a credibilidade e legitimidade não decorrem apenas da habilidade do orador de costurar coerentemente o dizer ao fazer. Ou melhor, o sucesso do contrato não deriva apenas disso, visto que a ideologia do auditório será sempre um contraponto a esse esquema. Outro ponto importante é considerar essas dimensões interligadas no processo enunciativo, podendo uma ou outra apresentar um relevo maior.

Para esse autor, os tipos de *visada* são definidos por um duplo critério: i) a intenção pragmática do *eu* em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao *tu*; ii) a posição que da mesma forma *tu* deve ocupar. O autor apresenta quatro esquemas metapredicativos para as “*visadas*” comunicacionais, são eles¹⁶: *Fazer-saber* (informação, instrução, demonstração), *fazer-creer* (persuasão e adesão), *fazer-sentir* (sedução) e *fazer-fazer* (incitação, prescrição). Charaudeau (2004) argumenta que numa situação de comunicação podemos falar de certa predominância de uma dessas “*visadas*”. Por exemplo, no caso específico do nosso corpus, discurso de posse-eleição, pode-se dizer que a *visada* principal é a *visada* de persuasão e adesão, e no discurso de posse-reeleição, pode-se dizer que além da *visada* de persuasão e adesão aparece também a *visada* de informação, isto é, o ato de linguagem pode ser atravessado por diferentes *visadas* que corroboram com o projeto enunciativo do orador.

Nesse sentido, o orador deve buscar convencer o auditório por meio de estratégias retórico-argumentativas que justifiquem a sua escolha como mandatário eleito e que garanta a execução dos benefícios à sociedade que o elegeu¹⁷. Para isso, o discurso de empossamento apresenta uma plasticidade discursiva refletindo as intenções desse orador na captação do auditório. Portanto, a finalidade, e logo, a *visada* que ela seleciona, não é o todo da situação de comunicação, porém é um dos elementos essenciais que combinado a outros componentes: a identidade dos participantes, os propósitos temáticos e as circunstâncias que regulam as condições materiais da comunicação – possibilita o contrato comunicacional ser bem sucedido.

Resumindo as principais considerações teórico-metodológicas que foram expostas nesta seção; salientou-se as contribuições oferecidas pela Teoria Semiolinguística, primeiramente, a possibilidade de investigar e analisar as determinações sócio-discursivas a que estão submetidos os interlocutores do discurso político e sua caracterização polifônica; e segundo, por permitir descrever e analisar outros fatores que determinam as condições de uso efetivo dos atos de fala no discurso político de posse (o conceito de *contrato* e o de *ato de linguagem* relativo ao domínio discursivo, nos possibilitando descrever e caracterizar efetivamente essa situação enunciativa).

¹⁶ Não nos deteremos a cada uma delas, pois isso extrapola os objetivos desse trabalho, sem entrar em detalhes, o autor apresenta seis das principais *visadas*: a *visada* de *prescrição* – a *visada* de *solicitação* – a *visada* de *incitação* – a *visada* de *informação* – a *visada* de *instrução* e a *visada* de *demonstração*.

¹⁷ As considerações referentes ao processamento das “*visadas*” e o seu desdobramento serão integradas a dimensão de análise pragmática dos atos de fala, o que pretendemos aqui é apontar a convergência entre os conceitos de *visada* e atos de fala.

TEORIA RETÓRICO-ARGUMENTATIVA:

“Afirmo ao senhor, do que vivi: o mais difícil não é um ser bom e proceder honesto; dificultoso, mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até no rabo da palavra.” (ROSA, 1996)

1.2 Considerações gerais sobre a Retórica-Argumentativa

Neste momento do trabalho pretendemos discorrer sobre alguns conceitos retórico-argumentativos que serão relevantes para o desenvolvimento de nossa análise dos pronunciamentos políticos de posse eleição e reeleição.

Para Charaudeau (2011, p. 43) o discurso “é ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação¹⁸”. Assim, a argumentação vem sendo tema de interesse para estudos e reflexões desde a antiguidade clássica. Tais discussões tem resultado em algumas linhas de pesquisa de alguns teóricos, cada uma delas revelando, a seu turno, uma das muitas faces desses objetos tão complexos: as práticas languageiras. Outro objeto muito discutido e investigado por diversas áreas é o discurso político, pela própria natureza das relações psicossociais que o fomentam, tem por característica essencial, a retórica e a argumentação (AMOSSY, 2011).

Como apontado na seção anterior dedicada à Teoria Semiolinguística, a exemplo da legitimidade, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito, mas sim uma competência sustentada no plano discursivo¹⁹. Charaudeau (2011, p.119) explica que o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante é realizado de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito.

Parece-nos relevante a posição assumida por Charaudeau:

¹⁸ Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza. (CHARAUDEAU, 2011, p. 40)

¹⁹ A credibilidade do orador está, aliás, presente em toda teoria da argumentação como um princípio ou como uma estratégia essencial do discurso argumentativo.

Nossa posição é a de que para tratar do *ethos* é preciso considerar dois aspectos. De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. (CHARAUDEAU, 2011, p. 115)

Desse modo, o sujeito que enuncia – no caso, o político – deve, portanto, tentar responder à seguinte questão: como fazer para ser aceito pelo auditório? Para isso, ele deve fabricar uma imagem que corresponda às qualidades almejadas a fim de agir sobre o auditório.

1.2.1 A relevância das provas retóricas: *Etos, Patos e Logos*²⁰.

Numa visão histórica, a argumentação quase sempre esteve ligada à questão da retórica – que para os gregos sofistas, segundo Emediato (2001) – representava a arte da eloquência e o estudo desta correspondia ao estudo do discurso e das técnicas utilizadas para persuadir, manipular ou convencer um auditório. Contrário a essa concepção retórica, Aristóteles (1959) era um grande crítico e opositor dos sofísticos – gregos que desenvolviam técnicas argumentativas falaciosas – e chegou a equiparar a Arte Oratória a uma arte da enganação. De acordo com Emediato (2001), o filósofo chegou a arrolar três razões para isso: primeiro, “a sofística não se detinha no conhecimento do objeto, mas nos meios de capturar, demover e levar a agir o auditório em favor da tese apresentada”. Segundo, o limite de restrições a apenas alguns gêneros discursivos, se dedicando exclusivamente ao gênero judiciário, esquecendo-se de outros segmentos da *polis*. E por fim, Aristóteles dizia que “a sofística apresentava um conhecimento postiço, falseado, uma vez que uma análise mais detalhada poderia apontar algum tipo de defeito que prejudicava a lógica do discurso, mas que contribuía para enredar o auditório”.

Ainda na perspectiva aristotélica, o filósofo desloca a visão de retórica como “arte de bem falar”, “da eloquência”, para entendê-la como “um conjunto de técnicas racionais, visando a persuadir um auditório”, chegando a defini-la como “a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser próprio para persuadir” (Aristóteles, 1959, p. 24). Para isso,

²⁰ Apontamos que tais conceitos, geralmente, aparecem em muitos textos teóricos com a grafia grega “ethos” e “pathos”. Conferir Amossy (2011)

na visão do filósofo grego, é fundamental que a tese do orador esteja de acordo com o conjunto de crenças do auditório ao qual é apresentada, para que este possa tomá-la como pertinente aos seus propósitos. O filósofo em função disso propõe três provas retóricas: *Etos*, *Patos e Logos*. A figura do *etos*, basilar na abordagem retórico-argumentativa, era entendida como a construção discursiva da imagem do enunciador que, através da enunciação, incorpora o *patos*, que representa a sensibilidade do auditório, para despertar o outro e aflorar o desejo e/ou a solidariedade, ou seja, as motivações da ordem da paixão que o orador deve tomar como parâmetro, por constituir o *patos* do auditório, para que possa atuar sobre este, a fim de alcançar-lhe a adesão.

Em virtude disso, para a retórica-argumentativa, as estratégias argumentativas são elaboradas no discurso em consonância com a situação comunicativa, configurando um parâmetro de racionalidade como forma de funcionamento do discurso, de um modo geral e mais especificamente, do discurso político – em termos do objeto que aqui nos interessa – o que remete ao que Aristóteles chamou de “*Logos*”. É nesse *logos* que são engendradas e desenvolvidas as estratégias argumentativas, constituindo a organização do material do discurso. Sendo assim, nossa hipótese é que o discurso político focalizará suas estratégias de captação e persuasão sobre a figura do *etos* e do *patos* justificando os efeitos indiretos dos atos de fala assertivos e comissivos do pronunciamento de posse de eleição e reeleição.

O uso da fala é necessariamente ligado à questão da eficácia. Quer ele vise a uma multidão indistinta, um grupo definido ou um auditório privilegiado, o discurso busca sempre ter um impacto sobre seu público. Ele se esforça frequentemente para fazê-lo aderir a uma tese: ele tem então uma “visada” argumentativa. Mas ele pode também, mais modestamente, buscar (re)orientar maneiras de ver e de sentir: ele possui nesse caso uma dimensão argumentativa. (AMOSSY, 2006, p.1)

Desse modo, a ação comunicativa do pronunciamento de posse é dirigida a um fim: ações que envolvem garantias, ganhos e vantagens do eleitorado. Segundo Emediato (2001), “argumentar é um ato que visa a provocar em um auditório, por meio de um enunciado ou de um conjunto de enunciados, uma relativa adesão a um outro enunciado (tese, conclusão ou inferência) deduzido a partir do primeiro”. No pronunciamento de posse são acionadas várias estratégias retóricas e de linguagem que são articuladas, objetivando a construção de um discurso através do qual seja possível “não só transformar as crenças do auditório, mas também fazê-lo aderir às teses” (EMEDIATO 2001, p. 157). A validade dos argumentos depende de que sejam compartilhados, entre orador e auditório, os conhecimentos e as

crenças, de modo a se construir um lugar comum ou *topos*. Os *topoi* ao validar os argumentos tornam-se a lei de passagem que, por sua vez, fundamenta a argumentação (PLATIN, 2008).

1.2.2 Breves ponderações sobre os gêneros aristotélicos: judiciário, deliberativo e epidítico (laudatório)

Para efeito de leitura, apresentamos uma síntese da conhecida classificação de Aristóteles que divide os gêneros oratórios em três tipos: deliberativo, judiciário e epidítico. Sem adentrar em uma descrição mais aprofundada do conceito de gêneros retóricos, gostaria apenas de ressaltar os elementos mais relevantes que exemplificam minha proposta teórica. Neste contexto, apresentam-se aqui alguns pontos relevantes que estabelecem interface com o discurso político de posse-eleição e posse-reeleição.

Para a retórica aristotélica (ARISTÓTELES, 1959, p. 33), os gêneros oratórios se distinguem de acordo com os tipos de audiência, isto é, conforme os ouvintes sejam chamados a atuar como juízes (no deliberativo e no judiciário) ou como espectadores (no epidítico). No gênero deliberativo aconselha-se ou dissuade-se, no judiciário acusa-se ou defende-se, no epidítico louva-se ou critica-se. Essas ações, na proposição de Aristóteles, têm implicações diferentes em relação ao tempo: no gênero deliberativo, aconselha-se sobre o futuro; no judiciário, julga-se sobre os fatos passados; no epidítico, louvam-se ou criticam-se atos do presente. Outra distinção apresentada pelo filósofo grego é em relação às finalidades: o deliberativo visa ao útil ou ao prejudicial; o judiciário, ao legal e ao ilegal; o epidítico, ao belo e ao feio.

Vejamos a síntese desses pontos apresentada em Reboul (2004)

Os três gêneros do discurso:						
Gênero	Auditório	Tempo	Ato	Valores	Argumento-Tipo	Topos (lugares comuns)
Judiciário	Juízes	Passado	Acusar/ defender	Justo/ injusto	Entimema	Real/ irreal
Deliberativo	Assembleia	Futuro	Aconselhar/ desaconselhar	Útil/ nocivo	Exemplo	Possível/ impossível
Epidítico	Espectador	Presente	Louvar/ censurar	Nobre/vil e feio	Amplificação	Mais/ menos

Quadro adaptado de Reboul (2004, p. 47)

A retórica aristotélica pretende a partir desse esquema tríplice, na *pólis*, situar as práticas discursivas, visando conquistar a adesão do auditório sejam nas reuniões políticas, seja nos tribunais ou cerimônias laudatórias. Desse modo os espaços sociais determinavam, em grande parte, o pano de fundo do discurso a ser desenvolvido, ou seja, as proposições relativas às ideias que iam ser divulgadas, além de estabelecer os lugares-comuns (*topos*) que seriam os meios de argumentação apropriados a cada um dos gêneros.

Ocorre que, às vezes, os gêneros intercambiam lugares-comuns próprios, como no caso dos discursos do domínio político, permitindo a utilização de premissas de um gênero em outro. Outro ponto importante é a relação estabelecida com o público alvo, o papel do auditório, no âmbito dos gêneros retóricos. No gênero deliberativo, o papel do juiz seria representado pelo povo, que assumiria tal postura, e a decisão alcançaria a todos, buscando-se a sua utilidade para a sociedade na forma de uma legislação; já no gênero judiciário o próprio juiz assumiria a posição representativa da sociedade, e a sua decisão, em princípio alcançaria apenas os indivíduos envolvidos no litígio (PEREIRA, 2006).

Em relação ao último gênero, Aristóteles, apesar de apontá-lo como o lugar “da virtude e do vício, do belo e do feio”, não aprofundou sua caracterização, o epidítico apesar de não gozar do mesmo prestígio²¹ que o gênero deliberativo e jurídico, o discurso da *amplificação* é estratégia frequente nos mais variados domínios discursivos. A imagem negativa do gênero epidítico só foi revertida com as pesquisas de teóricos modernos que se debruçaram sobre a argumentação e a retórica, principalmente, Perelman e Olbrechts-Tyteca, que dedicaram um lugar fundamental para o epidítico no campo da argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

Dessa forma no discurso político observamos um imbricamento constitutivo entre propriedades desses três gêneros retóricos. Todavia, focalizaremos na análise o nosso interesse pela dimensão deliberativa do contrato comunicacional acionado pelo gênero pronunciamento de posse-eleição, e apontaremos também a relevância da dimensão epidítica como financiadora da construção retórico-argumentativa no discurso de posse-reeleição. Por ora, diremos que o discurso *laudatório* representa, a nosso ver, uma premissa no discurso de posse, reflexo das circunstâncias sociais e institucionais do processo eleitoral/governamental, geralmente, representado pela crítica no discurso de posse-eleição e pelo elogio no de posse-reeleição. O papel argumentativo que o discurso epidítico assume no discurso de posse tem

²¹ Ao longo da história clássica o gênero epidítico foi reduzido a um trabalho com a forma, a uma exibição performática do orador, o epidítico deslizou do campo da retórica para o da poética literária, tendo como finalidade a contemplação do espetáculo oferecido pelo orador em contraposição à finalidades práticas, concreta e, sobretudo, úteis do deliberativo e do judiciário. (BRANDÃO, 2011, p. 52)

por objetivo aumentar a intensidade de adesão aos valores comuns do auditório e do orador. Seu papel é tão importante, pois sem esses valores comuns, em que poderiam apoiar-se os discursos políticos? A racionalização somente a partir do *Logos*, não garantiria a adesão do auditório, é necessário ativar a dimensão *etótica* e *patêmica*²² do discurso.

Na campanha eleitoral, por exemplo, e no discurso de governo, busca-se sempre construir uma imagem positiva de si e negativa dos adversários. Vale a pena observar, por um lado, que o *Logos* fundamenta uma racionalização que aponta sempre para as possibilidades de mudança e melhoria do governo, representado pelo ato de prometer. No entanto, esse ato, frequentemente, não é usado explicitamente pela instância política, devido ao desgaste sofrido em função da perda de credibilidade da classe política geral, sobretudo quando associados a promessas de campanha que não foram cumpridas por pelas instâncias políticas.

Dessa forma é necessário escamotear esse ato através de diversos formatos linguístico-enunciativos do ato comissivo. A ênfase resultará no destaque das figuras do *etos* e *patos*, visando a construir a credibilidade do enunciador como instância política competente e séria. Esse *etos* virtuoso é igualmente necessário ao político, pois se supõe que ele, como representante do povo, é um homem comprometido com a ética, e não lança mão de falácias de campanha, desse modo suas propostas são julgadas pelo auditório como dignas de crédito.

Um exemplo interessante que ilustra bem a construção de um *etos virtuoso* de superação e compromisso é o discurso de Lula na cerimônia de posse:

Proferimento de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003
Companheiros e companheiras, "Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. [...] diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.

²² Optamos pela forma aportuguesada das expressões adjetivais relativas ao termo *etos* (*etótica*) e *patos* (*patêmica*). Essas expressões podem aparecer em outros textos como construções/imagens “éticas” ou “patéticas”.

O *exórdio*²³ tem a função de apresentar ao auditório uma relação contrastiva, o locutor conjuga duas situações: a) o tópico “expectativas de mudança”, e b) o tópico “constatação do atraso socioeconômico brasileiro”. O excerto acima mostra um posicionamento actancial (elocutivo) do orador — *“foi para isso que o povo me elegeu Presidente da República: para mudar”* — o locutor baseando-se na correlação estabelecida entre elogio e promessa enfatiza a identificação do seu *etos* de origem popular com a de um *etos* quase demagógico na sua relação de acusação da má administração pública de FHC, e de defesa da população. O trecho em destaque explicita as condições em que o ator político recebe o país — *“diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades...”* — possibilitando-lhe realizar julgamentos negativos sobre o processo de governabilidade no Brasil. Essa estratégia do locutor tende a enfatizar um *etos* e *patos* de indignação e compromisso do locutor e do alocutário, enfatizando a comoção social ao apoiar a “mudança” representada pela sua vitória e tomada de poder, como observado no enunciado — *“a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária”*. Tal estratégia estabelece um vínculo afetivo com o auditório, em função de imaginários sócio-discursivos fundamentados em valores patêmicos, ao mesmo tempo, ligados à origem popular e à soberania popular.

Desse modo, o discurso do elogio/crítica parece ser disseminado por todo o processo político, ocupando muitas vezes um lugar polissêmico na campanha eleitoral e no discurso de governo, na medida em que: a) ao criticar as ações do adversário, representa indiretamente uma promessa de melhoria, e b) uma promessa do locutor representa, indiretamente, uma crítica às instâncias adversárias. No discurso de posse-reeleição, por exemplo, o autoelogio do locutor, é fruto de um ato de fala assertivo constataativo, a prestação de conta representa as promessas realizadas, conseqüentemente, seu relato pretende gerar o efeito elogio ao orador.

Geralmente, a crítica resulta do julgamento do locutor de um estado de coisas o qual é considerado negativo, cuja responsabilidade é dada a incapacidade gerencial da instância adversária. A apreciação negativa é a situação que possibilita o comissivo “desejo de mudança”. A formulação avaliativa da situação em que o locutor recebe o país explicita a relação conflituosa entre instância política que assume o poder e a instância política adversária preterida, subentendido no enunciado a seguir — *“Foi para isso que o povo*

²³ Exórdio é a parte que inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática: tornar o auditório dócil, atento e benevolente. (REBOUL, 2004, p.55)

brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar”. Trata-se da tentativa de construir uma imagem positiva de si e uma imagem negativa do adversário, buscando polemizar junto ao auditório as ações dos governos passados.

O discurso da instância política pode apenas se dedicar a *propor* programas políticos quando se trata de candidatar-se aos sufrágios eleitorais, a *justificar* decisões ou ações para defender sua legitimidade, a *criticar* as ideias dos partidos adversários para melhor reforçar sua posição e a *conclamar* o consenso social para obter o apoio dos cidadãos, tudo com a ajuda de diversas estratégias de persuasão e sedução. (CHARAUDEAU, 2011, p.56. Grifo do autor)

Salientamos que apesar de haver uma dissimetria (na retórica clássica) dos lugares e das visadas argumentativas, por exemplo, do deliberativo que visa, especificamente, à persuasão do ouvinte por meio da promessa/conselho, o político ao se apropriar de elementos epidícticos, a *amplificação*, visa à exposição e à sedução do auditório, a partir da imagem que constrói de si (competência, seriedade, compromisso) e da instância adversária (oportunista, irresponsável, egoísta e incompetente); e dos efeitos patêmicos de engajamento e simpatia que busca suscitar sobre o seu público. Ou seja, acreditamos que o uso do elemento laudatório, mais que recolher aplausos (BRANDÃO, 2011), pretende suscitar junto ao ouvinte uma disposição para a adesão às propostas do governo. Se o objetivo do orador é influenciar e persuadir o auditório, os recursos do gênero epidíctico têm como papel intensificar e reforçar uma disposição do público para a adesão aos valores tematizados pelo orador.

A importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, fora dos quais, todo diálogo se revelaria impossível; em outras palavras conduz a uma *doxa* comum. É mediante um trabalho sobre a *doxa* que o orador tenta fazer seu interlocutor partilhar seus pontos de vista. (AMOSSY, 2011, p. 123)

Desse modo o discurso político pode produzir efeitos focalizados na dimensão do *logos* ou na dimensão do *etos/patos*, cabe ao sujeito que fala escolher universos de crenças específicos, tematizá-los de determinada maneira e proceder à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu público e em função do efeito que espera produzir nele.

1.2.3 Considerações gerais sobre o *Etos*: as “máscaras” discursivas

Nos dias atuais, para o tratamento da categoria *etos* é preciso considerar a fusão de dois aspectos. Primeiro, que o *etos* é influenciado por uma identidade psicossocial que lhe é atribuída, e, segundo, ao mesmo tempo, mostra-se mediante uma identidade discursiva que o sujeito constrói para si (MAINGUENEAU, 2011, p. 71). O filósofo grego, Aristóteles (1959, p. 24-25), como já mencionado acima, propôs dividir os meios discursivos que influem no auditório em três categorias: o *logos*, de um lado, que pertence ao domínio da razão e torna possível convencer; o *etos* e o *patos*, de outro, que pertencem ao domínio da emoção e tornam possível persuadir pela “emoção”. O *patos* é voltado para o auditório; o *etos* é voltado para o orador; e o *logos* voltado para o discurso. De acordo com Eggs (2011, p. 31) Aristóteles não nega o papel persuasivo do *etos* e do *patos*; simplesmente quer sublinhar que essas duas provas não são *entechniques*, isto é, não pertencem à arte retórica – a não ser que sejam produzidas no e pelo próprio discurso. Para ele era preciso que a credibilidade do orador “fosse efeito de seu discurso”.

Desse modo, o efeito retórico-argumentativo veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. Para Eggs (2011, p. 37) embora o *etos* tenha um sentido moral ou ideal, é preciso entender que essa modalidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos: ao contrário, ela se produz a partir de escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Assim, o orador pode jogar com “máscaras”, ocultando o que ele é pelo que diz, e, ao mesmo tempo, pode-se interpretar como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é. Grosso modo, podemos dizer: o ator político é “mestre” em jogar com as “máscaras retóricas”, jogando ora com sua identidade social e, ora, com a sua identidade discursiva.

Seguindo com nossa argumentação, acreditamos que, geralmente, no discurso de primeira candidatura, seja ele de campanha eleitoral ou de posse, aponta-se muito mais para um discurso biográfico do candidato, apresenta-se a tematização de um *etos* que salienta valores como honestidade/integridade, firmeza/força, competência/preparo, etc., isto é, são valores que buscam criar a imagem de um orador virtuoso²⁴. No discurso de reeleição, os enunciadores enunciam do lugar de situação, legitimados já que não ‘precisariam’ se valer do discurso biográfico, assim, terão que adotar um discurso de credibilidade que aponte suas realizações, e mais, que convença o eleitorado que seu trabalho, não só, foi bom, como pode ser melhor ainda. Dessa maneira, se pressupõe que o ator político venha optar pelo *etos* de competência. O orador apresenta-se como altamente qualificado para dar continuidade a sua

²⁴ Cf. CHARAUDEAU (2011, p. 122)

atividade político-administrativa, apresentando-se como alguém que conhece todas as engrenagens da vida política e que sabe agir de maneira eficaz.

No entanto, o *etos* não é totalmente voluntário, tão pouco necessariamente coincidente com o que o auditório percebe (reconstruído ou construído); o público pode muito bem, como argumenta Charaudeau (2011, p.116), construir um *etos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política, podendo o locutor ser taxado muitas vezes de pedante, demagogo, populista, etc.

O excerto abaixo parece mostrar, de modo meio paradigmático, uma estratégia retórico-argumentativa frequente utilizada por Lula, em que o orador já possuindo o estatuto de presidente reeleito retoma discursivamente um estado de coisas passadas buscando enfatizar sua identificação de locutor com o auditório a partir de um *etos* de origem popular e um *patos* de superação.

No entanto, a identificação com uma parcela carente da população, ou ainda, o excesso de autoelogios ao governo, para alguns, pode suscitar um efeito perlocucional/patêmico de demagogia, de exagero, visto que a credibilidade dos atores políticos é frequentemente afetada tanto por fatos que contradizem as intenções declaradas, quanto, por denúncias e críticas produzidas por adversários e/ou instâncias midiáticas. Isso é claramente evidente se atentarmos que Lula nesse período sofria duras críticas em virtude do escândalo do “Mensalão”.

O modo como é tematizado a abertura do discurso de empossamento de reeleição aparece claramente com um projeto discursivo muito mais epidítico que deliberativo. Parece claro que o encadeamento dos enunciados abaixo pretende construir a imagem de um indivíduo totalmente devotado ao serviço público e que não esquece suas origens:

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida a de assumir a presidência do meu País. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia e ainda hoje me sinto parte e humilde instrumento. Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. (Lula, 2007)

Desse modo, o excerto exemplifica a tentativa do locutor de fazer com que o auditório compactue e creia nas “boas intenções” do orador, assim, obtendo ou aumentando a adesão à tese apresentada no projeto discursivo do discurso de posse de Lula em (2007): a tese de que o governo (2003-2007) foi bem sucedido e pode avançar ainda mais. De certa forma, a abertura do discurso de (2007) representa quase que um agradecimento ao apoio dos eleitores — “*não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia e ainda hoje me sinto parte e humilde instrumento*” — enfatizando a identificação do orador com o auditório popular.

O orador admite no discurso de (2007) que a sua permanência no poder é devida ao apoio da parcela menos favorecida econômica e socialmente do auditório. O orador tematiza claramente uma formação discursiva ligada à classe popular, procurando harmonizar seu discurso ao auditório que pretende alcançar. Observe que ele busca ratificar os juízos de valor reconhecidos por esse grupo, evidenciados, principalmente, pela carga retórica dos itens lexicais escolhidos — “*um homem nascido na pobreza*”, — “*o risco crônico da morte na infância*”, — “*a desesperança na idade adulta*”, — “*a longa jornada de um retirante*”, — “*milhões de nordestinos*”, — “*em cima de um pau-de-arara*”. Ao apoiar seus argumentos sobre certas crenças construídas ao longo do seu primeiro mandato (2003 – 2007) e ratificadas na campanha eleitoral (2006), o orador modela o seu *etos* de acordo com as representações coletivas preexistentes a cerca de sua origem e percurso político. Assim, a imagem do político simples e solidário constitui importante estratégia nos discursos de Lula. Na terceira parte dedicada às análises, veremos que em seus discursos apresenta-se forte apelo para a emoção e efeito patêmico de compaixão para com aqueles de origem popular que sofrem. O locutor busca demonstrar orgulho de sua origem popular e empenho no trabalho público.

Outro aspecto importante em torno da dimensão etótica do discurso é que o *etos* para Charaudeau (2011, p. 118) é bem “o resultado de uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos cruzados que os indivíduos de um grupo social fazem um dos outros ao agirem e falarem”. Na dimensão do discurso político, o autor acredita que o *etos* reagrupa duas grandes categorias: o *etos* de *credibilidade* e o *etos* de *identificação*. O primeiro estaria fundado em um discurso da razão, já o segundo, em um discurso do afeto. Portanto, pressupõe-se que a imagem *etótica* do orador é construída em função daquela que ele tem do auditório, os ajustes lhe serão fundamentalmente necessários se ele quiser mostrar um vínculo pessoal com as *doxas* admitidas pelo outro, e provocar o consentimento e/ou participação social e/ou emocional do auditório.

1.2.4 A patemização: a “emoção” no discurso político de posse

Se for verdade que a dimensão *etótica* e *patêmica* do discurso influencia os participantes de uma atividade argumentativa em seus julgamentos ou decisões, ainda mais nos discursos produzidos no domínio político-midiático, então será preciso analisá-los numa dimensão retórico-pragmática, considerando as condições enunciativas que permitem analisar o papel argumentativo do *etos* do orador, visando apontar os efeitos de ordem perlocucionária sobre o auditório a partir da dimensão *patêmica*.

A emotividade no discurso é muito mais do que um conjunto de procedimentos técnicos, pois diz respeito também a um sistema de representações que permite exprimir e reconhecer os valores do auditório. Os argumentos, em sentido próprio, são constituídos por proposições, e visam a levar o público a adotar certas crenças, porém, sua dimensão focada no *logos* deixou de lado, por alguns estudiosos, quando se tratava de argumentação, a dimensão enunciativa representada pelo *etos* e pelo *patos*.

Em linhas gerais, quando o ator político tematiza uma crença em detrimento de outra; ou constrói um *etos* em detrimento de outro; escolhe uma palavra e não outra; visa um efeito sobre esse auditório — “não se pode persuadir um auditório senão tendo em conta as suas reações, de modo a adaptar o seu discurso a estas reações” (PERELMAN, 1987). Como prática social, o discurso político encarna profundamente essa dinâmica, enraizando em seu modo de discursivizar alguns *topoi* e *doxas* recorrentes²⁵. A necessidade de se fazer gerar, pelo discurso, uma coesão entre os cidadãos para além dos sentimentos contrários e desagregadores dos argumentos apresentados pelos “adversários” na campanha eleitoral, o uso da patemização no discurso político de posse-eleição e reeleição, seu vigor e permanência, se fazem sentir, em maior ou menor grau, de forma mais evidente ou mais discreta nesse processo enunciativo.

Vê-se que a persuasão usada pelo discurso político relaciona-se com a paixão, com a razão e com a imagem. Com a paixão, pois o campo político é por excelência o lugar em que as relações de poder e de submissão são governadas por princípios passionais [...] (CHARAUDEAU, 2011, p.93)

²⁵ Apesar de não nos dedicarmos às noções de *doxa*, de *topoi* e de *estereótipo*, assumimos que elas assumem um aspecto importante no discurso político, em virtude que, se a enunciação, enquanto acontecimento singular pode construir uma imagem também singular do locutor, o seu planejamento e a sua reconstrução são realizadas com base em modelos culturais já existentes.

Nesse ponto, a noção de *doxa* desempenha, em nossa interpretação, a base para as estratégias de captação do auditório: construções *etóticas* e efeitos *patêmicos*. Para que as estratégias etóticas sejam bem sucedidas – e pensar em estratégia *etótica* pressupõe diretamente alcançar a dimensão *patêmica* – a imagem que o locutor faz de si não pode e não é totalmente singular; para parecer legítima é preciso que seja indexada em representações partilhadas pelas instâncias interlocutivas:

A boa escolha dos valores não é suficiente. A instância política – ou a instância cidadã em seus movimentos de reivindicação ou de revolta – deve saber apresentá-los; pode-se mesmo dizer que é na maneira de apresentar os valores que estes adquirem sentido no espaço político. (CHARAUDEAU, 2011, p.97)

Evidentemente que o bom andamento da troca interlocutiva exige que à imagem do auditório corresponda uma imagem adequada do orador. Para Amossy (2001, p. 124) “a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia que seus alocutários fazem de sua pessoa”.

Observe o uso retórico-argumentativo dos itens grifados abaixo:

Hoje, posso **olhar nos olhos** de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e manterei **meu compromisso de cuidar**, primeiro, dos que mais precisam. Governar para todos é meu caminho, mas **defender os interesses dos mais pobres** é o que nos guia nesta caminhada. Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição **apenas** um parêntesis histórico, **a reeleição mostrou** que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em outubro, **nossa população afirmou de modo inequívoco** que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. **Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.** (Lula, 2007)

No excerto é possível ver esse movimento à medida que o orador é representado como aquele que é próximo ao auditório — “*posso olhar nos olhos*” — como orador compromissado na defesa dos interesses do seu auditório — “*meu compromisso de cuidar*”, “*defender os interesses dos mais pobres*” — e apresentando um estado emocional de satisfação — “*se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo*”. O orador apoiará seus argumentos sobre a *doxa* “mudança”, a prestação de conta do ator político representa a confirmação do compromisso assumido e cumprido ao longo do governo. Do mesmo modo que o locutor modela seu *etos* comprometido com as

classes populares, a representação coletiva tematizada é a de que aos olhos dos interlocutores as ações do orador possuem um valor positivo, por isso ele mereceu a reeleição.

A representação que o orador faz da população nesse excerto é uma estratégia de tematizar uma espécie de consenso das classes menos favorecidas de apoiá-lo por reconhecer em seu governo uma boa gestão. Essa imagem intervém no discurso de empossamento tematizando um auditório que apoia e confirma seu apoio ao orador – isto é, o voto como comprovação e confirmação desse apoio. Tal recurso é enfaticamente colocado no discurso de posse de (2007), haja vista expressões como — “a reeleição mostrou”, — “nossa população afirmou de modo inequívoco”, — “ela foi livre e soberana”— que confirmam, na visão do locutor, o apoio.

Alguns poderiam questionar como seria possível analisar a “emoção” na sua realização argumentativa, visto que a dimensão emotiva está centrada sobre o produtor e sobre o destinatário, em um nível cognitivo-sensorial e que não poderia ser medida de forma gradual. Acreditamos que as formas de sentido que a linguagem permite engendrar tenham sempre a marca de co-construção, características dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo (DASCAL, 2011). Poderíamos justificar a dimensão “emotiva” do discurso seja a partir da forma estilizada da exploração do estrato fônico de um discurso, de manifestações morfossintáticas singulares, do emprego de certos itens lexicais que quando instrumentalizados parecem favorecer certo tipo de efeito, isto, aliado a determinadas situações enunciativas, nos possibilitam especular não só sua dimensão argumentativa, mas também emotiva. A complexidade do *ato de linguagem*, não pode desconsiderar a emergência das relações intersubjetivas no discurso. Para Mari e Mendes (2007, p. 152) “registros no enunciado, que não podem ser desprezados, representam apenas uma forma complementar daquilo que construímos em torno da emoção nos processos de enunciação”. No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto de seu proferimento sobre o auditório e confirma sua imagem pretendida, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme as exigências de seu projeto argumentativo.

Resumindo essa discussão, a dimensão emocional posta em ação nas práticas discursivas se manifesta sob a forma de múltiplos efeitos de sentido engendrados em função de situações de interação/comunicação historicamente determinadas, que pressupõem uma rede complexa de posições sociais ocupadas pelos interlocutores, crenças e valores partilhados e formas complexas de intencionalidade individual e coletiva, que podem ser

orientados para sua interpretação adequada ao contexto por variados recursos linguístico-discursivos.

Poderíamos justificar nossa especulação referente à dimensão retórica do discurso de empossamento dizendo que a dimensão enunciativa locucional não é suficiente para explicar as variáveis intencionais envolvidas na enunciação, que comporta também uma dimensão perlocucional, que diz respeito aos efeitos de sentido que, a princípio, não se estruturam convencionalmente no enunciado, mas são orientados por ele. Para esclarecermos essa discussão, justamente aos valores pragmáticos ilocucional e perlocucional nos procedimentos enunciativos de discursivização, que nos dedicaremos na próxima seção.

TEORIA DOS ATOS DE FALA

“A vida é muito discordada. Tem partes. Tem artes. Tem as neblinas de Siruiz. Tem as caras todas do Cão, e as vertentes do viver.” (ROSA, 1996)

1.3 Visão geral dos pressupostos concernentes a Teoria dos Atos de Fala (TAF)

Chegamos, então, às contribuições apresentadas pela Teoria dos Atos de Fala (TAF), cuja abordagem visa descrever as condições mínimas requeridas para a constituição de determinados objetos discursivos. Tendo em vista o processo pelo qual a língua se atualiza em discurso e, considerando, não apenas, a materialidade linguística dos enunciados, mas também as condições de sua produção, daí a consideração dos estudos da Pragmática que trabalham com a noção de *atos de fala* entendidos como formas de linguagem que conduzem à realização de ações (VANDERVEKEN, 1985; AUSTIN, 1990; SEARLE, 2002; MARI, 2001), apresentaremos uma síntese da (TAF) apontando elementos pertinentes para nossa análise.

Os estudos pragmáticos postulam que o processamento discursivo se dá pela implementação de três atos fundamentais, a saber: a) o *Locucional* referente à apropriação, por parte do locutor, da linguagem no âmbito fonético, gramatical e semântico; b) o ato *Ilocucional* referente à força com que os enunciados são produzidos e c) o *Perlocucional* que se relaciona aos efeitos de sentido produzidos pela linguagem, relacionando-se assim à enunciação (AUSTIN, 1990).

Para Strawson (1982, p. 181-182), os significados específicos das palavras e das sentenças são sem dúvida, em grande parte, uma questão de regras e convenções; entretanto, para o autor, a natureza geral de tais regras e convenções, em última análise, só podem ser entendidas se se fizer referência ao conceito de *intenção comunicativa*. Nesse sentido, o sujeito, na dimensão de locutor, conjuga seu discurso com certo número de intenções comunicativas a fim de influenciar a instância alocutária, a construir mensagens acessíveis e pertinentes, a fim de possibilitar ao alocutário uma compreensão eficiente do discurso. O

sujeito, nos termos aqui entendido, torna-se o centro de todo o processo de produção do sentido: é ele quem decide sobre os arranjos do código, seleciona o canal, alimenta redundâncias, filtra ruídos (MARI, 2008, p.21²⁶).

1.3.1 Linguagem e ação: os atos ilocucionais

Os atos ilocucionais são concebidos como formas naturais de uso da linguagem na sociedade, de modo que todo indivíduo que utiliza um enunciado com uma intenção de comunicação tem sempre a intenção de realizar um ato ilocucional no processo enunciativo. Falar é agir sobre o outro (AUSTIN, 1990; SEARLE, 2002); ao dizer algo o sujeito falante, não somente se reporta a fenômenos, seres ou atos, mas, ele próprio como detentor da palavra, assevera, promete, declara, avisa, pergunta, ordena, informa, etc., fazendo com que o seu interlocutor desempenhe uma determinada ação intelectual e/ou física. Uma organização do mundo que ele deve levar em conta para as suas ações; uma informação faz com que o ambiente intelectual seja ampliado; uma ordem somente é proferida para ser acatada, condicionando a ação do interlocutor; toda pergunta demanda resposta da parte do outro; e uma promessa, não somente cria um compromisso futuro para o falante, como insere o interlocutor num quadro de expectativas quanto à realização do ato.

Mas, a correspondência entre dizer e o fazer não é aleatória. Segundo Mari (2001), a ação adequada, expressa por um locutor mediante uma proposição em determinada situação, depende da observação de um conjunto de regras que funcionam como parâmetros de intercompreensão e padrões convencionais de uso da linguagem. A tipologia proposta pelos filósofos da linguagem de forças ilocucionais (VANDERVEKEN, 1985; AUSTIN, 1990; SEARLE, 2002) permitiu aos pesquisadores da linguagem fazer uma análise das formas lógicas dos enunciados. Nesse intento podemos situar os conceitos²⁷ de **ponto (P)** e **modo (M)**; e podemos situar três condições para o sucesso de um ato de fala: **condições de conteúdo proposicional (CCP)**; **condições preparatórias (CP)**; e **condições de sinceridade**

²⁶ Mari (2008), no texto fonte desse comentário, faz as devidas ressalvas a essa afirmação. Devido ao curto espaço que disponibilizamos e os aspectos que importam para o desenvolvimento de nossa análise, não nos deteremos na discussão dessa afirmação.

²⁷ Os parâmetros definidores de uma força ilocucional também podem ser representados pelas letras gregas: ponto (π); modo (μ); condições de conteúdo proposicional (Θ); condições preparatórias (Σ); e condições de sinceridade (Ψ).

(CS). Por exemplo, para que se entenda o ato diretivo — “*Feche a porta*” — como sendo uma ordem e não um pedido é necessário que tal proposição atenda aos seguintes critérios: CCP – que as formas linguísticas sejam reconhecidas pelo interlocutor e que expressem, em relação ao momento de enunciação, uma orientação para sua ação futura. CP – que o sujeito falante tenha um estatuto que lhe permita dar ordens ao alocutário, numa relação hierárquica superior a seu alocutário, e que o alocutário também reconheça esse estatuto do locutor. CS – é o estatuto que aponta para um desejo de que a ação seja realmente desenvolvida pelo alocutário e que esta não seja lesiva ao locutor.

Nessa perspectiva, competiria à Pragmática estudar condições outras do proferimento dos enunciados, isto é, sua ligação factual e real do ato ilocucional, resultantes da posição social dos falantes e capazes de explicar, para além de seu significado objetivo e invariante, sua capacidade de evocar as crenças, atitudes, sentimentos, valores, etc. dos indivíduos que utilizam os atos de fala. Em síntese, podemos representar a força ilocucional da seguinte forma: (CS, (CP, (CCP, (M, P))). Desse modo, sob a base desses critérios que regem a força ilocucional, a TAF propõe uma classificação elementar de cinco tipos de usos de enunciados linguísticos: *assertivo, diretivo, comissivo, declarativo e expressivo*.

No entanto, argumentamos que uma análise do discurso apenas em sua dimensão enunciativa ilocucional não é suficiente para explicar as variáveis intencionais envolvidas na enunciação (a dimensão perlocucional), mas constitui uma condição necessária para qualquer abordagem discursiva, pois é nessa instância que se busca definir o valor de ação inerente a qualquer enunciado.

1.3.2 As direções de ajustamento e as forças ilocucionais: “diferentes modos” de se conceber o ato comissivo e o assertivo.

Outro ponto relevante para entendermos o modo de funcionamento dos proferimentos é a *direção de ajuste* entre palavra e o mundo. Searle (2002) declara que alguns proferimentos têm, como parte de seu propósito ilocucional, fazer as palavras (mais precisamente, seu conteúdo proposicional) ajustar-se ao mundo; outras, fazer o mundo ajustar-se às palavras.

Na visão desse autor, a direção do ajuste é sempre uma consequência do *propósito ilocucional*, que segundo Searle (2002, p. 4) é parte da força ilocucional, mas não é o mesmo que ela. Assim, reconhecemos que o propósito dos “membros” da classe *assertiva* é o de

comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser um caso/fato no mundo, com a verdade da proposição expressa. Segundo Searle, os membros da classe assertiva são avaliáveis na dimensão de *verdadeiro e falso*. A direção do ajuste dos assertivos é, portanto, **palavra**→**mundo**; e o estado psicológico é crença (que p). Já os membros da classe *diretiva e comissiva* têm como direção do ajuste **mundo**→**palavra**. No diretivo seu propósito ilocucional consiste no fato de que são tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Já os comissivos têm por propósito ilocucional comprometer o falante com alguma linha futura de ação em relação ao interlocutor. A direção do ajuste dos diretivos e comissivos é mundo-palavra e a condição de sinceridade é a *vontade, intenção (ou desejo)* de realizar (ou levar a realizar) A ou B. O conteúdo proposicional é sempre que o ouvinte, no diretivo, e ou falante, no comissivo, realize alguma ação futura. Outra classe de atos ilocucional é a dos *expressivos*, o propósito ilocucional dessa classe é o de expressar um estado psicológico do locutor, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas, especificado no conteúdo proposicional. Nos expressivos²⁸, não há direção do ajuste (**direção nula**). Searle (2002) declara que ao realizar um ato expressivo, o falante não está tentando fazer com que as palavras correspondam ao mundo; pelo contrário, a verdade da proposição é pressuposta, visto se tratar, geralmente, da tematização de um estado emocional do locutor. Então se postula que o propósito ilocucional comum a todos os expressivos, é nulo, por se tratar de uma variável que dependerá dos diferentes estados psicológicos que podem ser expressos na realização dos atos ilocucionários dessa classe, e cabe ao conteúdo proposicional atribuir alguma propriedade (não necessariamente uma ação) ao locutor ou alocutário. Evidentemente que a colocação de Searle apresenta um caráter um tanto falacioso: mesmo diante de um cumprimento protocolar, o locutor espera algum tipo de ato a ser realizado pelo alocutário. A última classe é a dos *declarativos*, a característica definidora dessa classe, segundo Searle, é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade, e a realização bem-sucedida garante a correspondência entre o conteúdo proposicional e um estado de coisas no mundo. Segundo Mari (2001, p. 115), na dupla direção de ajustamento, um estado de coisas de um mundo possível é alterado para se ajustar ao conteúdo proposicional de um proferimento que o anunciou. Para ele, no geral, as marcas mais visíveis de seu funcionamento fazem-se

²⁸ Existe certo silêncio sobre os atos expressivos dentro da teoria, embora não exista uma razão clara que a justifique. Talvez a razão maior para essa indiferença, como aponta Mari (2011) relacione-se à construção da teoria: existe uma preocupação em criar um padrão de estruturação conceitual dos atos, justificados em termos do máximo de racionalização. É possível que os expressivos extrapolem esse padrão. MARI, H. Atos Expressivos: Seu Teor Difuso na Teoria. In: **Gláuks** v. 11 n. 1, 2011 p. 67-91

presentes em situações de linguagem sob as quais pesam convenções institucionalizadas de usos da língua. A estrutura sintática superficial de muitas sentenças usadas para realizar declarações pode ocultar esse aspecto, pois nelas não há distinção sintática superficial entre conteúdo proposicional e força ilocucionária. As declarações produzem uma alteração no estatuto ou condição do referido em relação ao objeto ou objetos tão-somente em virtude do fato de se ter conseguido realizar a declaração, daí a realização de **duplo ajuste (mundo↔palavra)**. Para a realização dos atos declarativos considera-se não somente a forma linguística que realiza o ato, ou seja, o uso de um performativo, que eventualmente pode não ocorrer no proferimento declarativo, mas também um sistema de regras constitutivas que envolvem uma instituição extralinguística, que se acrescentam às regras constitutivas da linguagem, para que a declaração possa ser realizada com sucesso.

As observações que acabamos de discorrer permitem mostrar como, no vasto campo de realização das práticas de linguagem, compreender algum padrão de ordem, segundo Mari (2001, p.118), a teoria dos Atos de Fala tem se empenhado, desde suas preocupações iniciais, na tarefa de desenvolver um quadro de categorias com a preocupação em estruturar padrões conceituais, capazes de estreitar a correlação entre a linguagem e a experiência humana.

1.3.3 Performatividade e Efeitos perlocucionais: a promessa, a crítica e o autoelogio: estratégias do discurso político.

Ao avaliar a relação entre linguagem/ação, a partir de parâmetros que compõem um quadro geral de desenvolvimento da teoria dos atos de fala, Mari (2001) destaca dois “fundamentos” importantes dos estudos pragmáticos:

- a) Considerar como unidade básica para o estudo do sentido das expressões linguísticas, não o signo linguístico considerado abstratamente, mas o proferimento desse signo para a realização de um ato de fala (com uma força ilocucional), como por exemplo: declarar, prometer, repudiar, atestar, batizar, casar, pedir, etc.;
- b) Considerar esse ato como um ato comunicativo, realizado no contexto de uma situação social definida por normas, papéis e instituições; endereçado a um interlocutor real ou virtual, e exigindo a “participação” deste para que o ato seja efetivamente realizado.

A afirmação de que o sentido de uma expressão linguística (palavra ou frase) não pode ser compreendido se não levamos em conta o ‘*jogo-de-linguagem*’ a que ela pertence significa que é preciso levar em conta as circunstâncias do uso da expressão e aquilo que as pessoas *fazem* quando empregam uma ou outra expressão. Vale dizer: é preciso levar em conta o todo das atividades linguísticas e extralinguísticas que formam o contexto de uso das expressões!

Em acordo com Mari²⁹:

No processo interlocutivo, as palavras representam mais do que os objetos que descrevem, do que aquilo que significam: elas servem para engendrar um conjunto de ações previstas nas circunstâncias de seu uso. (2001, p.100)

Na formulação de sua teoria, *Performativos e Constatativos*, Austin (1990) supunha que poderíamos usar as palavras para realizarmos, basicamente, dois tipos³⁰ de proferimento (diferenciados por sua função). Poderíamos fazer certos proferimentos para ‘falar sobre as coisas’, isto é, para constatar fatos, enunciar estados de coisas, relatar ocorrências, descrever objetos, narrar acontecimentos, expor opiniões, etc., mas poderíamos, também, fazer outros proferimentos para realizar atos/ações que só poderiam se efetuar através da utilização de certas palavras, como, por exemplo, prometer, avisar, advertir, jurar, assegurar, agradecer, mandar, ordenar, etc.

Segundo Mari (2001, p. 102) um dos aspectos mais significativos da análise conceitual da relação entre linguagem e ação está na descoberta de Austin sobre o valor e o funcionamento dos performativos, como elementos suficientemente capazes de estabelecer uma conexão entre aquilo que se diz e aquilo que se faz:

[...] esta conexão é alcançada pela interface assegurada entre uma dimensão da proposição (sua verdade, a partir de relações sintático-semânticas, de propriedades lexicais, de condições de referência – plano locucional do autor) e uma dimensão dos interlocutores, destacando a sua identidade e a relação entre eles (as condições de sinceridade, as condições preparatórias), assim como visa a colocar em circulação um certo valor pragmático. Os *performativos*, portanto, representam esse liame, definindo-o a partir de uma forma linguística: por exemplo, ordenar, prometer, nomear impõem restrições ao conteúdo proposicional, da mesma forma que determinam circunstâncias de uso baseadas em compromissos derivados da relação entre interlocutores. (MARI, 2001, p.102)

²⁹ A citação de Mari aponta para a complexidade ao se considerar o uso linguístico dos signos, na medida em que aquilo que é tomado em determinado momento como “intencional” se torna convencional pelo uso recorrente. As expressões idiomáticas são um exemplo claro disso. Outros exemplos, são atos ilocucionais com efeitos “indiretos”, na verdade o efeito indireto pode se tornar convencional, a partir de uma estrutura “intencional”, digamos assim. Enunciados como - “ *você fuma?*”, “*Sorria, você está sendo filmado*”, “*Meu marido é uma Brastemp.*”, “*Ladrão!*”, “*Cada macaco no seu galho*”, etc. são alguns exemplos disso.

³⁰ Assim, para Austin o contraste Performativo (+intencional) x Constatativo (+convencional) caracteriza-se pela admissão de dois grandes grupos de verbos, os quais seriam capazes de balizar todas as formas de comportamento dos falantes através da língua.

Assim, os performativos podem ser avaliados numa dimensão própria distinta de ‘*verdade e de falsidade*’, e que diz respeito só ao sucesso ou êxito da realização do ato visado. Austin (1990) formula esse ponto dizendo que enquanto os constatativos se caracterizam por serem *verdadeiros* ou *falsos*, os performativos se caracterizam por serem ‘*felizes*’ ou ‘*infelizes*’. Isso significa que o proferimento de certas palavras só equivale à realização de um ato, caso certas condições³¹ sejam preenchidas. Mas que condições são estas? Lembrando que os proferimentos performativos são ações “intencionais”, podemos acreditar que para que tal ato seja bem sucedido é preciso que se tenha a intenção de realizá-los (e estar numa posição satisfatória para realizá-los).

Daí a necessidade de se considerar na realização de alguns atos performativos a condição de sinceridade³² do falante, como uma condição para que o proferimento constitua, de fato, a realização de um ato ilocucional. Toma-se como exemplo as práticas eleitorais, assim, não podemos, por exemplo, descrever as condições em que uma pessoa faz uma promessa sem mencionar que o proferimento num contexto adequado das palavras apropriadas deixa implícito ou subentendido que o locutor tem a intenção de fazer algo (mesmo que de fato não a tenha, no caso da promessa insincera).

Isso significa que o ato realizado através de um proferimento performativo é definido, não por uma vivência subjetiva, mas por uma norma, ou seja, por uma convenção de origem social invocada pelo sujeito linguístico e que estabelece que o proferimento de tais palavras tenha a força ou valor de tal ou qual ato, o que acarreta, por sua vez, certas consequências (obrigações e sanções) de ordem social. Por essa razão, tomar os proferimentos performativos como a expressão de um ato interior, como o relato de um ato produzido no interior de nossas mentes, constitui um grave equívoco, que acaba por nivelar a distinção entre performativo e constatativos. Porém, tal equívoco é defeituoso se atentamos para o fato de que proferimentos insinceros, por exemplo, as promessas insinceras não deixam de ser verdadeiras promessas, isto é, não anulam o fato de se ter realizado um ato “promessa”. Assim, mesmo que não tenha a intenção de fazer o que prometo, o fato de dizer “prometo,” em circunstâncias apropriadas, tem a força do compromisso que normalmente consideramos em uma promessa.

Sendo assim, é por nossas palavras que nos obrigamos e são devido a elas que podemos ser responsabilizados e chamados “as falas”, e não por nossas intenções. Eis por que

³¹ Cf. Searle (2002) para maiores esclarecimentos sobre os pressupostos a respeito dos atos de fala e sua configuração formal.

³² Não é a sinceridade, ou a existência de uma intenção subjetiva, que constitui uma condição necessária para que haja o proferimento performativo, mas, sim, a implicação de sinceridade ou a pretensão de sua existência no ato.

os proferimentos performativos servem para estabelecer, e não simplesmente representar, uma forma de comunicação ou de interação do locutor com seu interlocutor por meio da invocação de uma norma ou convenção social.

Entretanto, são necessárias algumas ressalvas³³ quanto à problematização da utilização dos performativos defendida por Austin, segundo Mari (2001), a ideia de Performativo/Constatativo depositava uma decisão muito grande sobre a forma verbal – praticamente, os verbos performativos tinham um destaque no processo de assegurar a realização de uma força; apesar de reconhecer a força dos performativos, Mari argumenta que eles nunca foram a garantia para a realização de um ato nesta ou naquela modalidade; o fato de o locutor usar “ordeno” não implica diretamente que ele esteja produzindo uma ordem, já que tal objeto implica muitos outros detalhes para a sua existência, e não apenas o proferimento de um verbo. Por exemplo, o proferimento —“*prometo me vingar*”— a depender do alocutário é bem mais uma ameaça; assim, o desejo do locutor é prejudicar o alocutário. No entanto, se o proferimento é feito a um alocutário que sofreu a ação de outrem, poderíamos considera-lo uma promessa ou uma ameaça?

Com o desenvolvimento dos estudos relacionados aos performativos e constatativos a discussão caminhou para um questionamento sobre a impossibilidade de se distinguir, *a priori*, performativo de constatativo. Enunciados como — “*Salve!*”, “*Alto!*”, “*Ladrão!*”, “*Fogo!*”, “*Fogo?*”, “*A porta está aberta.*”, “*Você sabe que horas são?*”, *etc.* — “desmontam”/contrapõem claramente esse paradigma. Assim, o ato de proferir —“*Ladrão!*”— em condições apropriadas, não institui um ladrão ou o ato de roubar, mas aponta para um estado de coisas que se ajusta às condições de significado do termo, bem como pode sugerir a mobilização — “*pegue o ladrão, cuidado com o ladrão*”— de alocutários possíveis. Ou ainda, um insulto, ou uma acusação a um determinado indivíduo, em um jogo de baralho ou de futebol, por exemplo. Tal enunciado nunca será um elogio, acreditamos, visto que tal elemento lexical apresenta um valor socialmente negativo. A carga semântica de um ato de fala como esse é sempre prejudicial ao alocutário, quando interpretado como um ato assertivo, ou expressivo, sua dimensão perlocucional então ficaria evidenciada.

Outro exemplo é um enunciado como —“*Você sabe que horas são?*”— que pode ser um ato diretivo, modo pedido de horas feito a um transeunte em um centro urbano, como

³³ Ao contrário do que afirma Austin, o ato Perlocucional é também convencional (em algumas situações pelo menos) na medida em que subordina-se a determinadas regras contextuais, e também o ato Constatativo pode exercer efeitos performativos e perlocucionários sobre o interlocutor em determinadas situações contextuais.

também o pode ser um ato assertivo, modo “reprovação” de uma esposa ao marido que chega tarde em casa, ou de um patrão ao funcionário que chega atrasado ao trabalho. Os efeitos perlocucionais de enunciados como estes — “*Você sabe que horas são?; Fogo?; Sabe onde é a rodoviária?, etc.*” — podem ser os mais variados.

Outro enunciado interessante e muito utilizado para explicar tal discussão é — “*A porta está aberta*” — que a princípio, é um proferimento constatativo, aponta para um estado de coisas que pode ser traduzido com esse enunciado; porém, esse mesmo enunciado, a depender da situação enunciativa, pode ter forças ilocucionais e perlocucionais diversas. Pode ser um convite (entre) “*A porta está aberta*”, uma concessão (pode sair/pode entrar) “*a porta está aberta*”, um pedido (feche a porta) “*a porta está aberta*”, uma censura (eu já te avisei para fechar a porta – uso irônico) “*a porta está aberta*”. Mas nunca será uma declaração para a prisão de um suspeito de homicídio, ou uma promessa eleitoral, ou um pedido para que se feche a janela, ou coisa similar. Ou seja, existem condições discursivas e enunciativas que estabilizam o significado/sentido dos atos de fala; condições estas que nos fazem interpretá-los com certos valores pragmáticos. Desse modo a partir de um conjunto de fatores, o número de interpretações possíveis se restringe.

Enfim, nessas e inúmeras outras situações reais de fala será que o sentido/significação pode ser apreendido apenas pelas regras sintáticas ou semânticas? Distinguir enunciados entre constatativos ou performativos é uma tarefa “transparente”? Seria possível considerar somente o plano do significado imediato dos termos para já compreendermos o seu sentido?

Evidentemente que tal discussão demandaria muito mais leituras e espaço para discorrer sobre o assunto. Desse modo, até onde percebemos a relação entre linguagem e ação, observamos que ela se manifesta circunscrita a um tipo de prática que supõe normas intersubjetivamente válidas para administrar uma relação interativa. Assim, decerto, o recorte conceitual e operacional pelo qual optamos neste trabalho não esgota de modo algum a complexidade e a extensão das questões relativas ao funcionamento dos atos de fala e argumentação.

1.3.4 As realizações indiretas dos atos de fala

Searle (2002) aponta que um mesmo enunciado pode acarretar duas ou mais forças ilocucionais a depender da situação de comunicação em que o ato de fala é atualizado. Esse

tipo de ato é classificado como *ato de fala indireto*. O problema levantado por Searle, em relação aos atos indiretos, é o de saber como é possível para o falante dizer uma coisa, querer significá-la, mas também querer significar algo mais.

A hipótese que desejo defender é simplesmente esta: em atos de fala indiretos, o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, linguística e não linguística, que compartilham, e também com as capacidades gerais de racionalidade e interferência que teria o ouvinte. (SEARLE, 2002, p.50)

A proposta de Searle é mostrar que a teoria dos atos de fala nos permite oferecer uma explicação do modo como um enunciado assertivo, por exemplo, que tem uma força ilocucionária como parte de seu significado proposicional, pode ser usado para a realização de um ato com uma força ilocucionária diferente da instaurada no conteúdo proposicional, por exemplo, um comissivo. O autor argumenta que cada tipo de ato ilocucionário tem um conjunto de condições necessárias para a realização *feliz e bem-sucedida* do ato, mas essas condições são plásticas a depender da situação em que o ato é proferido.

A realização indireta comporta dois tipos de valores, um *valor ilocucional* e um *valor perlocucional*:

- O primeiro implica a realização de uma força: i) uma força é uma consequência do proferimento de um enunciado, decorrente de aspectos convencionais do seu significado, ou do seu uso; ii) uma força se faz prever na ordem natural de proferimento, ainda quando se assume uma realização indireta.
- O segundo implica a realização de um efeito: i) um efeito decorre de uma interpretação adicional de uma força; ii) um efeito que pudesse ser considerado sem a presença da força deveria ser ele próprio uma força.

Tais considerações fazem-se necessárias, visto que o discurso de pronunciamento político de posse-eleição, em contraste com o pronunciamento político de posse-reeleição, ancora-se em um propósito ilocucional da ordem de ajuste Mundo-Palavra, na medida em que se pressupõe do locutor, uma “ação comissiva” de promessa/desejo.

A partir desses fundamentos, em linhas gerais, nossa hipótese central é que, no contexto eleitoral de reeleição, os atores políticos, ao deslocarem o ponto ilocucional de seu discurso (**comissivo** > **assertivo**), para (**assertivo** > **comissivo**), na reeleição, terão que desenvolver estratégias argumentativas “diferentes” das do discurso de primeira candidatura,

construindo uma imagem discursiva sobre o mundo “atual” de competência e de preparo para dar continuidade ao “bom” trabalho desenvolvido por seu governo numa perspectiva sobre o mundo futuro.

Analisar a configuração do discurso político de posse-eleição e posse-reeleição é tentar, dentre outros fatos, justificar a sua importância num processo comunicativo e persuasivo da análise discursivo-pragmática. A importância dessa atividade política e a sua relevância residem no fato de que nenhum falante enuncia apenas em razão da sua própria individualidade, mas, sobretudo, em função do lugar social que o determina, assim como nenhum ouvinte interpreta somente a partir de sua própria consciência individual, mas antes em razão de uma intencionalidade socializada.

1.3.5 As condições para a realização das forças ilocucionais e os lugares enunciativos.

Conforme já dissemos anteriormente, a TAF define a força ilocucional a partir de um conjunto de cinco parâmetros, sendo eles: um ponto de realização (P), um modo (M), condições proposicionais (CCP), condições preparatórias (CP) e condição de sinceridade (CS) – sugere as diretrizes para a condição de sucesso (P, M) e a condição de satisfação (CCP, CP e CS) de um ato de fala. Eles dizem respeito ao uso apropriado do discurso em um *Ato de Linguagem* específico obedecendo a um conjunto regras discursivo-enunciativas determinadas pela prática sociolinguageira compartilhada por aquele grupo.

As relações entre os contratos comunicacionais constitutivos do domínio político e os atos de fala recorrentes nesses *atos de linguagem*, por hipótese, poderiam ser estruturados em níveis de complexidade ilocucional e perlocucional, em termos de regras pragmático-normativas e das relações psicossociais e linguístico-enunciativas recorrentes nesses atos de linguagem. Esses atos poderiam ser articulados e encadeados sob a ideia de um *script* que orientaria o modo de configuração³⁴ dos proferimentos. Desse modo, seria possível observar que o uso de determinados atos de fala, são metonímicos para a compreensão de determinados *atos de linguagem*³⁵.

³⁴ Evidentemente, que em cada ato de linguagem haveria níveis diferenciados de complexidade dos atos de fala que o compõem, não aponto aqui um engessamento dos processos enunciativos e dos elementos que os constituem, pelo contrário, a nossa tentativa é apontar, sumariamente, a inter-relação entre essas dimensões na análise de um tipo de manifestação discursiva, como por exemplo, o discurso de empossamento.

³⁵ Cf. BAZERMAN, Charles. Gêneros textuais, tipificação e interação (DIONISIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Org.)). São Paulo: Cortez, 2005. p. 19-48.– Cf. ADAM, Jean-Michel. Linguística Textual: Introdução à análise

Para que um ato ilocucional se realize com sucesso, é necessário que, na situação enunciativa, o locutor realize um ato de fala que satisfaça às condições proposicionais do enunciado, que o locutor atenda a determinadas condições preparatórias do contrato comunicacional compartilhado, e por fim, é necessário que ele, o locutor, exprima igualmente certos estados mentais determinados pelas condições de sinceridade à propósito do estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional dos enunciados.

Nessa perspectiva, o ato de fala, realizado no ponto comissivo, cujo modo de realização se traduz na promessa, pressupõe que o locutor efetive sua enunciação com o objetivo de fazer com que o interlocutor acredite na sua pretensão de realizar uma ação futura benéfica ao alocutário. Desse modo, o locutor estabelece para si o desejo futuro de realização de (P), cuja direção de ajustamento é mundo-palavra. Ocorre que no discurso político de posse-eleição, além da evidência do ponto comissivo aparece de modo recorrente o ponto assertivo traduzido pelo modo crítica; ora como avaliação/descrição, ora como comentário.

Vemos, assim, que nesse tipo de prática discursiva apresenta-se uma direção de ajustamento mundo-palavra e palavra-mundo que oscila entre comissivos e assertivos. Dessa forma, existe a possibilidade de derivarmos efeitos perlocucionais de uma força realizada (direta ou indiretamente) para os atos de fala em análise. Entretanto, é questionável se devemos derivar um efeito perlocucional diretamente do significado de uma proposição: se o efeito é uma forma de modalização do ilocucional, ou antes, é uma forma de os interlocutores se posicionarem diante de uma conduta que lhes é prescrita ou que foi realizada. Assim, acreditamos que o critério para distinguir a força, de efeito (em particular para atos indiretos), não pode ser pensado em termos de uma classificação ontológica de nossas ações sobre o mundo, mas antes deve ser compreendido a partir do modo como os atores políticos e as instâncias alocutivas se colocam diante de certas situações interativas.

Assim, no discurso de posse-eleição, as formas comissivas são recorrentes e aparecem de modo muito mais explícito que no discurso posse-reeleição, suscitando indiretamente a crítica aos adversários políticos. Isto é, de modo geral, no discurso de posse-eleição, na medida em que o locutor promete x, indiretamente ele crítica o adversário que não realizou x. Já no discurso de posse-reeleição, o ato de fala quando realizado no ponto assertivo cujo modo de realização se traduz na avaliação³⁶, pretende com essa enunciação fazer com que o

dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008. – Cf. SOBRAL, Adail. Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 115-134.

³⁶ A avaliação nesse tipo de discurso é uma estratégia de autoelogio. Ao autoelogiar suas ações o locutor constrói seu etos de homem público competente. A avaliação também é um modo de sustentar indiretamente o modo promessa.

interlocutor adira as suas propostas de continuidade, sem, contudo, aparecer evidenciado sobre formas ilocucionais comissivas mais salientes. Ou seja, no discurso de posse de reeleição, na medida em que o locutor avalia/comenta x, promete indiretamente a continuidade de x. Vemos, assim, que o ponto ilocucional assertivo aparece em função de um projeto de fala, traduzido a partir de visadas argumentativas e discursivas de captação de características do momento enunciativo, pois implica a interpretação pragmática do conteúdo ilocucional em função de demandas perlocucionais.

Parece-nos, portanto, que não há como escapar da dimensão ilocucional e perlocucional para compreensão efetiva da dimensão *etótica* e *patêmica* dos atos de fala no discurso de posse. Evidentemente que as restrições advindas do contexto enunciativo do proferimento posse e da intencionalidade discursiva dos locutores, de certo modo justificam a opção pela predominância do ponto comissivo no discurso de empossamento de eleição e do ponto assertivo no discurso de reeleição.

Em linhas gerais, nossa hipótese central é que, no contexto eleitoral de reeleição, os atores políticos ao deslocarem o ponto ilocucional de seu discurso (comissivo > assertivo), para (assertivo > comissivo), na reeleição, terão que desenvolver estratégias argumentativas “diferentes” das do discurso de primeira candidatura, construindo uma imagem discursiva sobre o mundo “atual” de competência e de preparo para dar continuidade ao “bom” trabalho desenvolvido por seu governo numa perspectiva sobre o mundo futuro. Dessa formulação, a intencionalidade no discurso político de posse parece-nos manifestar-se como uma direcionalidade linguístico-discursiva em ‘função’ de uma prática marcadamente engajada do locutor. Isso nos leva a avaliar não apenas a forma de direcionalidade voltada para estados de coisas no mundo, mas, sobretudo, uma forma de direcionalidade discursiva que enfatize o alocutário, pretendido nessa interação como maior interessado no propósito comunicativo.

Finalmente, a questão dos atos de fala é muito mais complexa, do que o que aqui se apresentou, e muito mais questões têm sido levantadas, no intuito de se estudar como a linguagem se torna em ação, e não somente o papel do locutor, mas também do alocutário no processo enunciativo. Evidentemente que os fatos que apontamos acima, os componentes da Teoria dos Atos de Fala, expressam tentativas de demonstrar como o conjunto das nossas ações pode ser justificado de uma forma racional. É claro que nem todos os componentes que integram ou se relacionam a essa teoria foram apontados, até mesmo alguns pontos foram apenas apresentados para efeito de leitura. Todavia, a apresentação que fizemos da teoria procurou enfatizar aspectos que consideramos importantes para a compreensão do discurso de empossamento.

PARTE II: DESCRIÇÃO E SELEÇÃO DO *CORPUS*

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.”
(ROSA, 1996)

É extremamente difícil dizer algo significativo e inovador acerca das relações que envolvem a caracterização e funcionamento do discurso político. Grosso modo, devido ao vasto número de trabalhos desenvolvidos por diferentes áreas de estudo das Ciências Sociais e Humanas que se dedicam a estudar o modo de apresentação e organização desse universo prático-discursivo, e a sua repercussão; mas também, outra dificuldade, é devida à complexidade conceitual demandada na definição de instrumentos teórico-conceituais que permitam descrever e analisar essa atividade de modo satisfatório. Para nós, uma das preocupações deste trabalho está na concepção geral do que vem a ser o discurso político de posse. A reflexão que se segue a este respeito merece uma clareza maior, no entanto, no limite deste capítulo, centraremos a nossa especulação mais especificamente na caracterização da situação de proferimento e das ações discursivas mais recorrentes no discurso de empossamento. Nesta medida propomos algumas considerações que nos ajudarão compreender melhor a dinâmica do discurso político de posse.

2.1 Por que o pronunciamento político de posse?

Vista a gama de possibilidades de abordagem do discurso político dentro dos estudos da Análise do Discurso e, por isso, a dificuldade de se ater a uma teoria que dê conta de explicar, satisfatoriamente, essa atividade, é salutar avaliar como se dá o processamento do sentido por um viés retórico-discursivo-pragmático. Nessa perspectiva, concebemos a produção do discurso político como um ato que serve ao propósito direto de unir o ouvinte ao locutor numa relação de convencimento, uma vez que a linguagem, nessa função, manifesta-se como um modo de ação sobre o outro.

Nessa perspectiva, pretendemos desenvolver uma análise sobre certos aspectos discursivo-enunciativos do gênero pronunciamento de posse, buscando evidenciar, sumariamente, a cenografia (ato de linguagem) e as ações desenvolvidas a partir dos proferimentos de posse dos atores políticos. Sendo assim, abordamos aqui, na primeira parte, alguns aspectos teórico-metodológicos a partir da Teoria Semiolinguística e a da Teoria dos Atos de Fala, de modo a dialogar, na medida do possível, com a proposta da Retórica-argumentativa (*etos, patos e logos*).

Embora vários sejam os fatores que possam incidir sobre a configuração e/ou funcionalidade de um gênero discursivo político, optamos por descrever e destacar aspectos fundamentais para a análise do discurso de posse, visto que o discurso político é um campo de pesquisa que nos coloca a necessidade de reconhecimento das regularidades nessa produção discursiva, em que o orador, a fim de persuadir e convencer o outro, não se coloca como simples produto de seu partido, mas deseja seduzir o outro pela sua história de vida (Lula) ou pela referência às ilustres figuras políticas (Aécio Neves) e assim possibilitar a ancoragem, por exemplo, de um *etos* de superação no caso de Lula, e o outro de tradição política, no caso de Aécio Neves.

2.2 Considerações gerais sobre pronunciamento político de posse.

O “discurso político” constitui um domínio discursivo do qual o pronunciamento de posse é um gênero³⁷ que caracteriza uma situação de comunicação marcadamente protocolar. Assim, o pronunciamento de posse é caracterizado principalmente pelo predomínio da finalidade persuasiva, e estratégias retórico-argumentativas na busca de adesão e convencimento do auditório.

A escolha desse tipo de “gênero” de discurso para base deste trabalho foi feita segundo dois critérios: primeiramente do ponto de vista das ações, visto se tratar de um discurso que tematizará as ações pretendidas pelo governo buscando a adesão e persuasão do interlocutor por meio da promessa no discurso de eleição, por exemplo, — *“Quero reafirmar aqui o meu*

³⁷ Consideramos o pronunciamento político de posse como sendo um gênero, na medida em que oferece aos sujeitos dessa atividade uma espécie de “modelo discursivo”, por apresentar um conjunto de “regras” de funcionamento e limitações do dizer. Todavia não se trata de um modelo que contempla uma configuração definitiva do dizer. O reconhecimento que temos do conjunto de ações nesse tipo de proferimento e as injunções do produtor é que garantem a recepção “adequada” pelo ouvinte, orientando-os na participação discursiva.

compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras...” (Lula, 2003) — e da prestação de contas e do autoelogio no discurso de reeleição, exemplo — *“Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar...”* (Lula, 2007). E segundo, porque esse tipo de discurso coloca em evidência um conjunto complexo de estratégias retórico-discursivas.

Desse modo, em linhas muito gerais, no discurso de posse de eleição, o orador propõe um projeto político que seja benéfico e inovador para a sociedade que o elegeu, por exemplo, — *“Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro”* (Lula, 2003) — já no de reeleição, o orador colocará em evidência um discurso que se justifica pela prestação de contas, favorecendo o argumento de competência e preparo para permanecer no cargo político e assim dar continuidade ao “bom” trabalho de seu governo, por exemplo, — *“Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado”*— (Lula, 2007). A temática que envolve as campanhas eleitorais é interessante, porque o conjunto de argumentos desenvolvidos pelos atores políticos constituem um conjunto de estratégias semelhantes e que constroem dois polos ilocucionais em contraposição do ponto de vista das situações e lugares sociais em que foram pronunciados: no primeiro, o candidato à eleição³⁸, ao incluir discursos de confronto, tem como finalidade de seu discurso: criticar as ações do governo atual e prometer melhorias, por exemplo, — *“A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”* (Lula, 2003). Já no segundo, o candidato à reeleição, tem como finalidade de seu discurso: asseverar os avanços do governo atual, buscando autoelogiar as ações desenvolvidas, de modo a consolidar as propostas de continuidade desse governo, por exemplo, — *“Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais”* (Lula, 2007).

Nesta perspectiva, acreditamos que a proposta de uma esquematização do discurso político de empossamento tem a vantagem de fornecer, para nossa análise, o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre eventos que fazem parte das experiências discursivas no domínio político, no nosso caso, o discurso de empossamento de eleição e reeleição.

Assim, as condições enunciativas do proferimento do discurso de posse, de modo geral, se dão da seguinte forma: apresenta-se o discurso de um candidato eleito democraticamente, em uma cerimônia solene, diante de uma assembleia composta por parlamentares (ou autoridades político-sociais) e instâncias cidadãos e midiáticas; esse orador

³⁸ É importante salientar que em alguns casos por existir um apoio a partir das alianças políticas, não necessariamente aparece a crítica, por exemplo, na campanha de Aécio Neves em 2002. Este recebeu apoio do então governador mineiro Itamar Franco. Em seu pronunciamento Aécio Neves rende muitos elogios ao ex-presidente.

apresenta um quadro político ‘geral’ que pretende traçar/apresentar o perfil do governo pelos próximos anos.

No discurso de reeleição, reafirmando suas bases político-ideológicas, o político que reassume, desenvolve um discurso marcadamente epidítico e deliberativo, no qual pretende louvar as “realizações” e apresentar/reafirmar as propostas de campanha diante de um auditório composto por instâncias parlamentares, instâncias cidadãs e instâncias midiáticas, por exemplo, — *“Senhoras e senhores, aqui, neste momento solene, não celebro apenas o passado, nem as possibilidades do futuro: comprometo-me com o presente”* (Aécio Neves, 2007).

Assim, destacaremos a seguir para exemplificação deste tópico algumas ações mais elementares presentes no discurso de empossamento de eleição e de reeleição. Desse modo, propomos no esquema de ações abaixo que: a dimensão interna do discurso de posse sob a forma de uma organização da atividade linguístico-enunciativa é orientada com o objetivo de estabelecer uma visada de influência constantemente regulada no próprio processo discursivo, a partir das restrições normativas da dimensão extralinguística. Por isso, achamos oportuno destacar as principais ações desenvolvidas em ambos os discursos de posse.

Neste momento, apresento algumas ações comuns ao discurso de posse-eleição e posse-reeleição:

- **Agradecer o apoio de instâncias cidadãs e instâncias parlamentares:**

Mineiros, **Quero agradecer a todos** a confiança que me foi conferida pelo voto. Sei medir a responsabilidade que assumo, ao receber a mais expressiva votação para governador em toda a história eleitoral de nosso Estado. (Neves, 2003)

Agradeço aos demais Poderes pela cooperação e relevante contribuição que deram nas questões mais decisivas ao processo de recuperação progressiva do Estado [...] **Manifesto o meu reconhecimento** aos meus familiares que, no passado e no presente nunca me faltaram. Manifesto o meu reconhecimento aos meus companheiros de sonhos e travessias. (Neves, 2007)

- **Propor programas (ações) políticos:**

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar [...] A reforma agrária **será feita** em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas

com linhas de crédito e assistência técnica e científica. **Faremos isso sem afetar** de modo algum as terras que produzem [...] (Lula, 2003)

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no **Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC**. Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro. Ao contrário, elas serão apenas o começo. (Lula, 2007)

- **Criticar as ideias ou ações das instâncias adversárias para melhor reforçar sua posição:**

Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. (Lula, 2003)

O povo fez uma escolha consciente. Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado. **Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas**. (Lula, 2007)

- **Conclamar o consenso social e o apoio das instâncias alocutárias:**

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; **e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome**. (Lula, 2003)

Senhoras e senhores parlamentares, dirijo-me, neste momento, a todos os mineiros que vossas excelências representam neste plenário. Seus ouvidos são os de seus eleitores, que lhes conferiram o nobre mandato parlamentar. **Rogo-lhes que, nessa delegação, se façam portadores de minha prestação de contas destes quatro anos passados, que lhes peço ter como penhor do novo mandato que hoje se inicia**. (Neves, 2007)

A ação que nos parece mais relevante como saliente no discurso de posse-eleição é:

- **Avaliar ações ou estados de coisas passados sob a forma de elogios ou de críticas:**

Orgulho-me, governador Itamar Franco, de haver participado das preocupações de Vossa Excelência, e de lhe haver prestado minha solidariedade, na defesa de Furnas e nas negociações financeiras com o governo federal. **Vossa Excelência, Presidente Itamar Franco, é um homem de Minas, na modéstia de seu viver, na austeridade de seu governo, na força de seu nacionalismo, na autenticidade de seu caráter.** Suceder a Vossa Excelência é uma honra a mais para este servidor do povo mineiro. (Neves, 2003)

A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. (...) **Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.** (Lula, 2003)

Evidentemente que as ações elencadas aqui não representam o todo do discurso de posse-eleição e/ou posse-reeleição. Todavia buscamos evidenciar aquilo que nos pareceu mais saliente nos atos de linguagem. Então por isso, apresento as ações mais “específicas” do discurso de posse-reeleição:

- **Justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade e credibilidade:**

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, **dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.** Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. (Lula, 2007)

- **Elogiar/destacar as ações do governo:**

Nossa política externa motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade. Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo. (Lula, 2007)

A partir dos excertos, exemplificamos aqui como o discurso de posse procura explorar um roteiro de ações que potencializam certas imagens pretendidas pelos oradores³⁹.

³⁹ Não faremos uma análise detalhada dessas ações neste momento, na terceira parte, dedicaremos nossa atenção na relação entre ações e as imagens éticas e efeitos patêmicos suscitados no auditório.

Essa elaboração característica, a nosso ver, do discurso de posse, é fundamental para que a interação entre o político e as instâncias sócio-políticas, eleitorado e a mídia, seja bem sucedida. E ainda representa uma forma de reforçar vários *etos* inteiramente projetados pelo discurso.

A esse propósito, para alcançar tais finalidades discursivo-pragmáticas o orador requer o agenciamento de estratégias linguístico-discursivas (ADAM, 2008; SILVA, 1999; SOBRAL, 2009) como forma de demarcação de um posicionamento político-ideológico e de proposição de ações futuras destinadas a satisfazer as necessidades e demandas da população, ainda que a promessa seja escamoteada através de diferentes formatos de modalização comissiva. O encadeamento sintático-discursivo desses atos no discurso de empossamento configura um modo de organização narrativo-argumentativo, na medida em que é preciso reportar e avaliar ações ou estados de coisas passados sob a forma de elogios ou de críticas:

O governo que hoje se inicia recebe um legado difícil, não porque faltassem ao eminente governador Itamar Franco ou aos que antecederam, como o governador Eduardo Azeredo, as virtudes da austeridade, mas porque lhes faltaram recursos orçamentários. (Aécio Neves, 2003),

Para então projetar ações futuras de continuidade ou mudança sob a forma de promessas:

Durante quatro anos trabalhamos com destemor e coragem e criamos as bases para a construção de uma nova realidade em Minas. (Aécio Neves, 2007).

No esquema de ações referenciado acima, salientamos que algumas ações são possíveis nos dois contextos, seja de eleição, ou de reeleição. Os pontos que a nosso ver não seriam comuns aos dois contextos do discurso de empossamento são o tópico⁴⁰ “avaliar ações ou estados de coisas passados no formato de elogios ou de críticas” – característico do discurso de posse de primeiro mandato; e os tópicos “justificar decisões ou ações para defender sua legitimidade e credibilidade” e “elogiar/destacar as ações do governo” – que são bem mais característicos do discurso de posse-reeleição.

⁴⁰ Apesar de que no discurso de posse-reeleição exista certa ação de avaliação, mas essa avaliação é referente às ações do próprio governo, no caso do discurso de posse-eleição, a avaliação é das ações da instância adversária, geralmente apontando uma crítica.

2.3 Descrição geral das campanhas eleitorais empreendidas pelos mandatários eleitos e reeleitos.

Como o enfoque da nossa análise incidirá principalmente sobre aspectos relacionados ao funcionamento retórico-argumentativo dos atos de fala, faremos uma descrição generalizante das campanhas eleitorais dos dois candidatos em análise.

Os enunciadores escolhidos foram: Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente da República do Brasil, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro mandato, de 2002 a 2006, e segundo mandato, 2006 a 2010; e Aécio Neves, ex-governador do estado das Minas Gerais, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), primeiro mandato de 2002 a 2006, e segundo mandato, 2006 a 2008. Visto que o interesse de nosso estudo tem como recorte a produção discursiva representada pelo pronunciamento de posse, em dois contextos, quais sejam a eleição e reeleição de um mandatário no âmbito federal, e outro no âmbito estadual; desenvolveremos na terceira parte desta dissertação uma análise mais apurada do pronunciamento de posse desses atores políticos.

O critério para a escolha destes enunciadores foi devido ao alto índice de aprovação que estes receberam ao final de seus mandatos. Outro ponto importante e determinante para a seleção desses enunciadores é a história política deles. Lula tem um percurso político admirável, nordestino, operário sindicalista, sem ensino superior, assume o maior cargo político do país. Aécio, por sua vez, tem um berço político bem consolidado, é neto de um dos ícones da história política do Brasil: Tancredo Neves. Além disso, Aécio Neves galgou cargos importantes, um deles como presidente da câmara dos deputados em Brasília, tendo um papel de destaque dentro do partido Tucano, foi governador por dois mandatos e atualmente é senador da república por Minas Gerais, apresentando forte interesse em se candidatar a presidência do Brasil em 2014.

A fim de permitir que tenhamos uma ideia do momento enunciativo do proferimento de posse de 2003 e 2007, dedicaremos nossas considerações em torno de aspectos contextuais relevantes para a análise dos discursos de posse. Desse modo, não faremos incursões profundas em relação à biografia dos candidatos. Entenda bem, não que fatores de ordem biográfica/contextuais não sejam importantes para a compreensão desses objetos, mas devido ao pouco espaço que disponibilizamos nesse tópico e os objetivos da dissertação, seremos bastante sucintos.

Enfim, no caso, o que nos interessa de perto é a dinâmica dos discursos de posse de eleição e reeleição; nossa especificidade aqui é descrever fatores relevantes na manifestação da palavra política nos contextos de posse. Todavia, quando necessário, os comentários relevantes a fatores contextuais para sustentação das análises serão apontados na terceira e quarta parte do nosso trabalho.

2.3.1 A dinâmica do discurso de posse de Lula

Em 2002/3⁴¹, o programa de governo apresentado por Lula teve como base resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país possuía com a grande maioria do povo brasileiro, por exemplo, — *“Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha”*. Na campanha de 2002/3, Lula teve como proposta central de seu programa político o “Fome Zero”: — *“Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de ‘Fome Zero’”*. Desse modo, após ser eleito com quase 53 milhões de votos, Lula desenvolve um discurso de posse calcado no predicado “Mudar”.

Vejamos a abertura do discurso de 2003:

Companheiros e companheiras, "**mudança**"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de **trilhar novos caminhos**. [...] diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu **mudar** e começou, ela mesma, a promover a **mudança** necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para **mudar**. (Lula, 2003)

Notemos que, no excerto acima e em outras partes do discurso de empossamento de 2003, o ator político tematiza o discurso como sendo um desejo coletivo de “mudança” sua vitória nas eleições. Certamente que a vitória do Partido dos Trabalhadores irá representar uma nova dinâmica governamental para o Brasil, visto que o PT apresentava nas campanhas eleitorais anteriores um “propósito ideológico” de esquerda partidária que o sustentava há anos. No entanto, Lula no contexto de campanha eleitoral em 2002 passou a colocar as

⁴¹ A colocação de dois anos é devido ao fato de que as propostas de campanha serem retomadas no discurso de posse.

“ideias” do Partido sob um novo modelo enunciativo, sem a carga ideológica de esquerda radicalista de outros tempos.

Lula era um indivíduo que tinha por objetivo tornar-se o mandatário da nação, e para a realização desse sonho concorria pela quarta vez consecutiva à eleição presidencial. Diante disso, ele e sua base partidária optaram em rever os fatos políticos, aparentemente, apresentando um modelo discursivo-enunciativo mais flexível, sem o radicalismo das campanhas eleitorais anteriores. Sendo assim, apresentou-se à população, na campanha de 2002, como um partido transformado. Em função da posição político-ideológica menos radical do seu partido, o candidato alcançou altos índices de apoio político e social. O PT reinventou-se discursivamente na campanha de 2002, abrindo mão de lexemas carregados ideologicamente (ROBIN, 1977).

No entanto, ainda é possível perceber, no pronunciamento de posse de 2003, o *etos* característico do Partido dos Trabalhadores — “*companheiros e companheiras*” — uma dimensão socialista e de luta pela ascensão popular. Assim quando o ator político diz que — “*a esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...] diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da república: para mudar*” — ele não enuncia por si só, mas a partir de uma memória social do partido pelo qual foi eleito. Sua enunciação, a partir do predicativo “mudar”, baseia-se numa voz coletiva, construída no decorrer da campanha e ao longo dos anos, de acordo com um lugar histórico social de sindicalista, de nordestino, de brasileiro pobre, etc. Trata-se da voz de um partido de esquerda, pois, para esse sujeito, não seria de bom tom se ele negasse a ideologia de seu partido. Por outro lado, ele tem que adaptar o seu discurso a um auditório heterogêneo e saber que ocupar o lugar de oposição extremista também não é uma boa condição. Dessa forma, o discurso de empossamento tem que dar conta desse conflito entre as “mudanças” ideológicas do partido para vencer o pleito e realizar as mudanças sociais propostas pelo partido ao longo de sua trajetória.

Já em 2007, Lula, reeleito com mais de 58 milhões de votos, desenvolve um discurso retórico-avaliativo fundamentado nos predicados avaliativos “igual e diferente”.

Vejamos um trecho significativo desse projeto discursivo:

“Tudo é muito **parecido**, mas tudo é profundamente **diferente**. É **igual** é **diferente** o Brasil; é **igual** e **diferente** o mundo; e, eu, sou também **igual** e

diferente. Sou **igual** naquilo que mais prezo [...]. Sou **diferente** na consciência madura do que posso e do que não posso [...]. Sou **igual** no ímpeto e na coragem de fazer. Sou **diferente** na experiência acumulada na difícil arte de governar. Sou **igual** quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou **diferente**, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos”. (Lula, 2007)

Essa passagem temática do prospectivo “mudar” do discurso de 2003, para o avaliativo “igual e diferente” de 2007, em termos político-sociais representa a tentativa do orador de deixar claros os avanços e conquistas do seu governo, e ainda, estabelecer os pontos críticos que serão alvos do trabalho do governo no período que se segue. Conforme podemos perceber no trecho anterior, a maior parte desse discurso *elocutivo* é construída, diretamente, no ponto ilocucional assertivo na forma de uma descrição avaliativo-subjetiva do candidato sobre o país e sobre sua trajetória à frente do governo, exemplos — *“é igual é diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. sou igual naquilo que mais prezo (...). sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso (...). sou igual no ímpeto e na coragem de fazer”*. Essa descrição subjetivista, entretanto, é uma alavancagem para o ato comissivo, com valor diretivo indireto, que fecha o excerto — *“quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos”* —, ou seja, apresentando uma dimensão prospectiva. As avaliações focalizam os avanços e justificam a necessidade de mudança nas áreas que ainda apresentam problemas no governo.

Em 2006/7, observa-se como estratégia dominante da campanha de Lula a defesa da continuidade de seu modelo de crescimento econômico, que viabilizou, principalmente, o desenvolvimento na área social, exemplo — *“[O Brasil] é melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia”* — e econômica do país, exemplo — *“nosso país é diferente para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa”*. Tendo como foco argumentar que, durante sua gestão, o Brasil pode associar avanços na economia com transferência de renda para as classes populares, exemplo — *“Durante a campanha afirmo que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade”*—, o que representou um grande avanço, Lula encena assim um *etos* de engajamento e compromisso ético-social para com o Brasil:

Quero reafirmar, neste dia tão importante, que **o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade**. [...] Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder. (Lula, 2007).

Essa imagem já é anunciada na abertura do discurso de 2007, na qual o aspecto grandioso de conquista popular é enfatizado:

Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi **a experiência mais importante de minha vida a de assumir a presidência do meu País**. Não era apenas a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de um **poderoso movimento histórico** do qual eu me sentia e ainda hoje me sinto parte e humilde instrumento. Pela primeira vez, **um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República**. Pela primeira vez, **a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do planalto**. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora. (Lula, 2007)

A estratégia no discurso de posse de Lula é equilibrar a tematização da *competência* como mandatário com a estratégia da tematização de *identificação* com as classes populares, por exemplo, — *“Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida”*. Ficando evidenciado no discurso do mandatário petista o reforço ao vínculo de proximidade e empatia com a população mais carente.

Outro ponto relevante para a construção argumentativa no discurso de posse de (2007) foi que nessa campanha houve uma agenda muito negativa do governo petista, por parte das mídias. Devido ao episódio do “Mensalão” houve um amplo debate, por parte da mídia jornalística, sobre a crise ética na política, e os adversários políticos insistiam em denunciar os escândalos de corrupção envolvendo lideranças do PT e da base aliada do governo, por exemplo, — *“Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana⁴²”*. Outros argumentos da oposição contra o governo lulista eram: os indicadores econômicos revelavam desaceleração do crescimento; a elevação nas taxas de juros; a carga tributária em alta; e principalmente um governo populista, etc.: exemplo — *“Não faltaram os*

⁴² Essas referências, que insistem em tematizar aspectos ético-morais do governo, representam um interdiscurso das instâncias adversárias, e Lula busca refutá-las insistindo na imagem de idoneidade política do seu governo.

que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de ‘distribuição de migalhas’.

No entanto, é possível ver claramente que no discurso empreendido por Lula constrói-se um auditório que confia em sua idoneidade ética, por exemplo, — *“Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar”* — e mais, sugere que as críticas ao seu governo partem de posicionamentos sociais e ideológicos que consagram uma formação discursiva excludente e elitista, por exemplo, — *“Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária”.*

A partir de uma posição ponderada para a avaliação de seu governo, Lula aponta para avanços e retrocessos, aquilo que permaneceu como indicador negativo de sua legislação, contrapondo com as ações governamentais que, de certo modo, compensariam esses déficits, por exemplo, — *“O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres. Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego”.*

Para sustentar sua visão avaliativa positiva do governo, o discurso da continuidade sobressai-se ao discurso da mudança. E para isso outros predicados são convocados a compor o projeto político como, por exemplo, *“acelerar, crescer e incluir”*. Observe o excerto abaixo:

Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo. E o Brasil mudou. Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos. Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente. Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada. (Lula, 2007)

Esse ponto assertivo, modo predição, do excerto acima — *“os verbos acelerar, crescer [...] Vamos destravar o Brasil...”* — no contexto do discurso de empossamento pode ser entendido como uma promessa. Essa promessa, entretanto, implica a participação coletiva. O ato de fala do presidente defende que o Brasil “mudou”, ou seja, as bases para o crescimento econômico, desenvolvimento sociocultural e inclusão social foram lançados no primeiro mandato. Apresentando como conhecido um estado de coisas de realizações políticas (p) e conseqüentemente — *“o Brasil mudou”* —, e agora um estado psicológico de desejo de realização de (p) — *“acelerar, crescer e incluir”* — no mandato que se inicia. A proposição preditiva do locutor apresenta um caráter comissivo que caracteriza o desejo e compromisso dele em realizar ações que são necessárias para a manutenção e melhoria necessária para o bem estar das instâncias alocutárias.

Lula sabe que representa não só uma figura de destaque para a política nacional brasileira e internacional, como em certa medida um ícone para a população brasileira, especialmente em função de seu trajeto político e sua história de vida que o difere de outros Presidentes da República brasileira: nascido pobre, nordestino, trabalhador braçal em São Paulo, enfrentou diversas dificuldades até alcançar a cadeira presidencial. Desse modo, se o partido petista sofre críticas por parte da mídia e dos adversários, Lula sabe que existe uma grande identificação por parte da população, que o admira e confia em suas propostas. Logo, parece sensato ancorar seu discurso em um *etos* de superação, determinação e trabalho.

Meus Senhores e minhas Senhoras, um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de **jamais esquecer de onde vim**. Ele me permite saber para onde seguir. **Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e manterei meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam**. Governar para todos é meu caminho, mas **defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada**. Se alguns quiseram ver na **minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo**. Em outubro, **nossa população afirmou** de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. **É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato**. Tenho plena consciência do que isso significa. (Lula, 2007)

Desse modo, não sabemos até que ponto o auditório reconhece nesse conteúdo proposicional a sinceridade do locutor, mas considerando o *etos* projetado por Lula, levando em consideração sua origem econômica e social, o auditório dificilmente duvidaria de seu engajamento para com as classes menos favorecidas. Seu *etos* individual, entretanto, não garante a eficácia de seu governo. Se analisarmos o proferimento de Lula dentro do contexto político da época, veremos que essa ênfase é fruto das críticas ético-morais que seu governo sofria em relação ao caso do mensalão, dessa forma, o discurso de (2007) meio que rebate essas críticas enfatizando o compromisso do locutor com ideais éticos, por exemplo, — *“Meus Senhores e minhas Senhoras, um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir”*.

Resumindo, no discurso de Lula é possível ver o confronto de dois interdiscursos que, juntos, tentam não se contradizer para continuar mantendo o ator político em uma boa relação com as várias esferas da sociedade. Trata-se, por um lado, de um discurso que procura agradar aqueles afeitos ao tempo do radicalismo, e por outro lado, implica um discurso posicionando

flexivelmente em direção à adesão de novos aliados de outras formações discursivas (ROBIN, 1977; AUTHIER-REVUZ, 1990; FOUCAULT, 2008). No entanto, tal atitude foi amplamente criticada pela mídia e também por alguns aliados mais radicais que, acusavam o governo de se submeter a meios duvidosos para conseguir apoio.

2.3.2 A dinâmica do discurso de posse de Aécio Neves

O mineiro Aécio Neves representa um dos líderes importantes da oposição no cenário político-partidário atual. Fruto de uma família de políticos tradicionais tem como maior inspiração política seu falecido avô materno, o ex-presidente Tancredo Neves, personagem na redemocratização do país. Em sua trajetória política, entre os cargos políticos assumidos por Aécio Neves estão: secretário particular de seu avô; quatro vezes deputado federal; líder do partido (PSDB) na Câmara; presidente da Câmara dos Deputados federais; governador de Minas Gerais por dois mandatos; e atualmente, senador da República pelos mineiros.

Em 2002, após ser eleito governador de Minas Gerais, em primeiro turno, com mais de cinco milhões de votos (58% dos votos válidos), Aécio teve como principal proposta governamental o “Choque de Gestão”, por exemplo, — *“Enquanto não houver novo contrato federativo, que devolva aos Estados e Municípios o que corresponde ao que produzem, teremos que continuar cortando as despesas públicas, a fim de garantir os serviços essenciais à população mineira”* — que representava um conjunto de medidas político-administrativas. Tal projeto/programa tinha como principal meta reorganizar e modernizar o estado mineiro, além de regularizar as finanças estaduais. O “Choque de Gestão” propunha um envolvimento de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de melhorar a qualidade e reduzir os custos dos serviços públicos do estado.

Durante quatro anos trabalhamos com destemor e coragem e criamos as bases para a construção de uma nova realidade em Minas. Com o “CHOQUE DE GESTÃO”, ao se encerrar o segundo ano de nosso mandato, conseguimos equilibrar as receitas e as despesas, alcançando o déficit zero. Não foi uma caminhada fácil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década. Tivemos que adotar medidas duras, a fim de cumprir o que determina a lei de responsabilidade fiscal. Foi possível reduzir as despesas com a máquina pública e dar prioridade à recuperação da nossa capacidade de investimentos. Gastar menos com

o governo para gastar mais com a população foi o nosso lema. Nossa obstinação. (Neves, 2007)

Com o ato ilocucional assertivo na forma de avaliação de seu governo, Aécio Neves enfatiza por meio dos predicativos, exemplos — *“destemor”, “coragem”, “a construção de uma nova realidade”* — o programa político-administrativo “Choque de Gestão” como sendo um programa bem sucedido e que demonstrou a competência e ousadia do locutor. Assim ao proferir, por exemplo, — *“tivemos que adotar medidas duras, a fim de cumprir o que determina a lei de responsabilidade fiscal. Foi possível reduzir as despesas com a máquina pública e dar prioridade à recuperação da nossa capacidade de investimentos”* — Aécio não somente está construindo um ato de fala assertivo na forma de uma descrição de suas ações, mas também propondo, com tal proferimento, um efeito de elogio à determinação e trabalho empreendido por ele, por exemplo, — *“gastar menos com o governo para gastar mais com a população foi o nosso lema. Nossa obstinação”*. O locutor se posiciona, obviamente, favorável ao programa Choque de Gestão, no entanto, é possível perceber que a implantação desse programa não foi tão tranquilo assim, por exemplo, — *“não foi uma caminhada fácil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década. Tivemos que adotar medidas duras, a fim de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal”* — aliás, esse programa sofreu duras críticas no começo de sua implementação, e hoje representa uma bandeira levantada por Aécio Neves.

Em 2006/7 foi reeleito governador de Minas, também no primeiro turno, com 77% dos votos válidos — *“Ao reafirmar-se a vontade do povo de Minas Gerais pelo voto livre e direto, aqui compareço para a cerimônia de nova investidura nesta casa para legítima representação dos mineiros”*. As instâncias alocutárias aparecem tematizadas no discurso de Aécio como entidades convidadas a participar das ações pretendidas pelo locutor, por exemplo, — *“Sinto, sinceramente, que estamos, hoje, muito mais preparados para enfrentar os desafios e vencê-los, com determinação, soma de esforços e trabalho coletivo, sempre em parceria com essa que é casa dos mineiros”*. Sabendo da importância do projeto de primeiro mandato, “Choque de Gestão”, Aécio ao assumir pela segunda vez o governo de Minas, em 1º de janeiro de 2007, criou o “Estado para Resultados” ou “Choque de Gestão de Segunda Geração”, dando continuidade e aprofundando as metas econômico-sociais anteriores⁴³.

⁴³ <http://www.aecionevesdacunha.com/2010/05/acoes-sociais-de-aecio-neves-que.html> acessado em 23 de outubro de 2012.

[...] **As medidas que tomamos, para orgulho dos mineiros, são hoje reconhecidas como referenciais de boa gestão no Brasil.** Partimos, senhoras e senhores, amigos presentes, portanto, desse emblemático patamar. Nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz. **Reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas e com a sociedade organizada. O conjunto harmonioso dos nossos compromissos compõe um novo programa de desenvolvimento para Minas e todos os mineiros. Ele estará em nossa cabeceira e em nossas mãos todo o tempo, como um legítimo guia, uma referência permanente dos desejos e dos sonhos de todos os mineiros. Saberemos respeitá-los. Saberemos cumpri-los.** (Neves, 2007)

No excerto em questão, o locutor define o tópico “medidas” como sendo um objeto de apreciação positiva por parte do eleitorado mineiro, e segundo ele, — *“reconhecidas como referenciais de boa gestão”* — para os governantes brasileiros. A avaliação positiva por parte do locutor da trajetória político-administrativa no governo de Minas sustenta o argumento para continuidade — *“reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas...”*. No discurso de empossamento de reeleição de Aécio Neves, a prestação de contas e a sua avaliação positiva financiam a proposta de continuidade desse modelo administrativo. Assim, a reafirmação do “compromisso” inclui, na sua formulação, uma dimensão comissiva que parece suscitar um efeito perlocucional de “persuasão” do alocutário, buscando convencer o auditório da sinceridade política do locutor. Mesmo o locutor negando o ato de fala promessa — *“nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz”* — isso não tira nem a importância nem a força comissiva dos enunciados, pelo contrário parecem reforçar ainda mais os compromissos assumidos com o alocutário.

O ato de negar o ato de prometer — *“não farei promessas”*— e apresentar em seu lugar o concorrente “reafirmo compromissos” — *“reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo”* — funciona como estratégia visto que o uso do termo compromisso ao invés de promessa suscita no auditório uma confiança maior no locutor. O ato de recusar para si mesmo o ato de prometer, como ainda asseverar que nunca as fez, não inibe o locutor, na sequência, de lançar-se a “compromissos” (promessas!) com o auditório:

[...] **o conjunto harmonioso dos nossos compromissos compõe um novo programa de desenvolvimento para Minas e todos os mineiros.** Ele estará em nossa cabeceira e em nossas mãos todo o tempo, como um legítimo guia, uma referência permanente dos desejos e dos sonhos de todos

os mineiros. **Saberemos respeitá-los. Saberemos cumpri-los.** (Neve, 2007).

A consequência de atos como esse no discurso de empossamento de Aécio Neves em 2007 é a construção da imagem de um bom gestor preocupado e engajado no desenvolvimento de Minas. A estratégia é apresentar certo consenso positivo em relação a seu governo, exemplo — *“as medidas que tomamos, para orgulho dos mineiros, são hoje reconhecidas como referenciais de boa gestão no Brasil”* — e sustentar a ideia de dar continuidade a algo que não pode parar e que só o locutor conseguirá o aperfeiçoamento e/ou sua conclusão⁴⁴, exemplo — *“o conjunto harmonioso dos nossos compromissos compõe um novo programa de desenvolvimento para Minas e todos os mineiros”*.

Já em 2007, observa-se como estratégia dominante no discurso de Aécio Neves a ênfase em “elogiar”, não apenas seu modelo político econômico-administrativo, que viabilizou o desenvolvimento nas diversas áreas do estado mineiro, o colocando, de certo modo, na lista de figuras públicas mineiras icônicas, como, novamente, ele retoma o cansativo discurso epidítico aos seus antecessores mais antigos (*de Teófilo Otoni, João Pinheiro, Juscelino Kubitschek, até Itamar Franco*), mas também seu modelo político econômico-administrativo, que viabilizou o desenvolvimento nas diversas áreas do estado mineiro, o colocando, de certo modo, na lista de figuras públicas mineiras icônicas.

Tendo como foco argumentar que, durante sua gestão, Minas Gerais vivenciou uma revolução político administrativa, e um avanço vertiginoso nas diversas áreas, o tucano apresenta não apenas seu sentimento de gratidão e orgulho, exemplo — *“Se viver esta experiência uma vez já é definitivamente um marco de honra na biografia de qualquer homem, viver este momento pela segunda vez faz com que a emoção se apodere de meu coração neste instante, de uma forma única, indescritível e incomparável”* — como também os dados que financiam sua eficiência e competência governamental:

Os investimentos, com recursos provenientes de fontes ordinárias, subiram de 283 milhões em 2003, para 1 bilhão e 400 milhões em 2005. Em todos os setores da administração os investimentos se multiplicaram. Na saúde, cresceram de 330 milhões para 775 milhões; na educação, de 56 milhões para 227 milhões; na segurança, de 20 para 247 milhões, nos transportes, de 259 para 712 milhões. [...] Os resultados aí estão: o PIB de Minas, em 2005, foi 4.7%, o dobro do obtido pelo Brasil. Alcançamos a melhor posição da década em exportações. Geramos cerca de 700 mil

⁴⁴Obtendo ótimos índices de aprovação no estado, no fim de 2005, começaram as obras da "Linha Verde", com a finalidade de iniciar o processo de crescimento e desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte, e também a construção da Cidade Administrativa. Esses projetos são considerados marcos do seu período de governo.

empregos com carteira assinada. **Atraímos cerca de 100 bilhões em novos investimentos.** [...] Fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível. (Neves, 2007)

A estratégia presente nesse excerto é a tematização de uma *doxa* de *competência* do locutor fundada na garantia das realizações público-administrativas, exemplo — “*em uma demonstração inequívoca da eficiência do trabalho de nossa equipe*”—, enfatizando claramente em seu discurso a partir de dados estatísticos a eficiência de sua governabilidade e desejo de continuidade do modelo em vigor, exemplo — “*atraímos cerca de 100 bilhões em novos investimentos*”. O orador, baseando-se na correlação estabelecida entre elogio e promessa, enfatiza o seu engajamento e superação de expectativas, exemplo — “*fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível*” — o *etos* de competência do orador tem como projeção um *patos* de orgulho, confiança e satisfação do auditório.

Como vimos nos exemplos acima, o processo enunciativo envolvendo o pronunciamento de posse é amplamente interessante para as reflexões empreendidas na área de estudos da linguagem. O ato de “assumir” e “reassumir” (o poder) representado no discurso de posse apontam para tentativas do ator político de reforçar a adesão às proposições apresentadas durante a campanha (2003) e/ou dar continuidade ao modelo político-administrativo a partir do autoelogio (2007). O discurso de empossamento, neste capítulo, foi visto dentro de um conjunto de regras “discursivo-enunciativas” que o justifica e garante sua execução. Acreditamos que se esse princípio não existisse, o conjunto de regras internas e externas ao proferimento, o ato de assumir o poder não teria validade alguma, ou retomando a expressão utilizada por Austin (1990) seria “*infeliz*”. Dessa forma, nosso objetivo nesta parte do trabalho pretendeu apontar que para uma análise das condições gerais de produção e recepção do discurso de empossamento, torna-se necessário explicitar: as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso e as ações a que visa com a realização desse discurso.

Até aqui apresentamos as nossas hipóteses e o quadro teórico-metodológico que financia nossas incursões para a análise do pronunciamento de posse. O capítulo que se segue apresentará o desenvolvimento mais aprofundado da análise do *corpus*, apontando os elementos linguísticos e extralinguísticos na configuração argumentativa do discurso de empossamento de eleição e reeleição.

PARTE III: ANÁLISE CONTRASTIVA DOS DISCURSOS DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

“Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Este mundo é muito misturado.” (ROSA, 1996)

Assumimos, aqui, a noção de *Ato de linguagem* como uma categoria importante para as nossas reflexões relativas às questões *retórico-argumentativas* e de organização dos *atos de fala* do pronunciamento de posse. Nesta perspectiva, pensamos que o conceito de *Ato de linguagem*, como aponta Charaudeau (2011), está na base do vínculo mútuo estabelecido entre o uso da linguagem e a realização de ações em geral, e mais especificamente, de ações políticas engendradas em função dos jogos de poder na sociedade.

Neste momento destacaremos a análise do *Ato de linguagem* representado pela situação enunciativa do proferimento de posse. Como vimos, na primeira parte desta dissertação, Charaudeau (2009) coloca o *Ato de linguagem* como artefato teórico-metodológico basilar para seu modelo de análises da AD. Desse modo, prosseguiremos a nossa análise, lembrando a todos que muitos aspectos analíticos já foram apontados na primeira e segunda parte de nosso trabalho, assim, sempre que necessário, retomaremos as informações já traçadas nas partes anteriores referentes ao arcabouço teórico utilizado buscando aprofundar nossa análise do discurso de posse-eleição e posse-reeleição.

3. A opção pela teoria Semiolinguística: o enquadramento da “*mise en scène*” e os *atos de fala* no discurso político de eleição e reeleição

Em suma, o pronunciamento político de posse eleição/reeleição constitui um gênero⁴⁵ discursivo caracterizado por um evento solene marcadamente protocolar; vimos anteriormente que ele aciona um processo enunciativo, caracterizado, predominantemente, por atos

⁴⁵ Para maiores esclarecimentos remetemos a segunda parte deste trabalho. “Seleção e Descrição do *corpus*”.

ilocucionais comissivos (eleição) e assertivos (reeleição), e papéis enunciativos de benfeitor (EUE) e beneficiário (TUd).

Como apontado grosso modo na segunda parte desta dissertação, o processo enunciativo, em análise, estrutura-se a partir de projeções *etóticas e patêmicas* criadas pela instância enunciativa, podendo haver, ou não, identificação entre elas, na instância receptora.

Desse modo, por exemplo, uma promessa, enquanto ato ilocucional, é formulado, normalmente, para ser cumprida pelo locutor, e criar expectativas sobre o alocutário; e um ato assertivo-descritivo deve corresponder há um estado de coisas no mundo factual. No entanto, pode ser que um desses atos, comissivo ou assertivo, possa ser interpretado de modo “equivocado”⁴⁶, sendo necessário, então, fazer ajustes em um dos parâmetros da força ilocucional (CCP, CP ou CS). Assim, os atos assertivos e comissivos podem ser realizados com efeitos perlocucionais variados: de *elogio, crítica, refutação, defesa, acusação, sedução, persuasão, etc.* Todavia, mais uma vez afirmamos que nada garante que os efeitos *patêmicos*⁴⁷ (ilocucionais e perlocucionais) pretendidos pelo orador sejam realmente alcançados no auditório; por parte do interlocutor também pode existir um (re)ajuste de interpretação das formas ilocucionais.

Pressupõe-se assim que a locução, ao se situar na interseção entre o circuito interno e externo, isto é, de ter o significado como condição para ação possibilita que a perlocução se manifeste como um fenômeno de ordem externa; outros fatores enunciativos auxiliam para a determinação e justificação da escolha de um efeito direto ou indireto do ato ilocucional e não necessariamente a forma proposicional do ato de fala.

3.1 Tributo aos antecessores: estratégia discursiva nos pronunciamentos de posse de Aécio Neves.

Como estabelecemos como objeto de estudo um tipo de discurso (o político), no qual um sujeito (o mandatário) tem a intenção de influenciar o outro (parlamentares e eleitores) por meio de um material linguageiro (pronunciamento de posse), em que são engendradas várias estratégias retórico-discursivas (narração e argumentação), propõe-se agora uma visão de

⁴⁶ O modo de interpretação dos atos não seria necessariamente equivocado, mas sim fruto dos efeitos perlocucionais que ele pode suscitar. Já apontamos esse fenômeno na primeira parte do trabalho, a partir das considerações de Searle.

⁴⁷ Os efeitos patêmicos seriam o resultado das ações e efeitos pretendidos sobre o auditório a partir do proferimento do orador

como se configura o *Ato de Linguagem* (discurso de empossamento) entre o orador e o seu respectivo auditório.

3.1.1 Análise do Discurso de posse-eleição de Aécio Neves em 2003:

Podemos afirmar que a finalidade do contrato, aqui em análise, é apresentar um discurso predominantemente persuasivo, e para satisfazer essa finalidade discursiva, o orador recorre ao agenciamento de um modo organizacional narrativo-argumentativo, exemplo — *“Recorri ao passado de Minas e a seus valores morais, para dizer-lhes que eles nos serão necessários como jamais, a fim de vencer as imensas dificuldades que nos esperam”*. Desse modo, a estrutura narrativa será uma das bases para a argumentação de Aécio Neves: enaltecer o passado de Minas; denunciar a negligência por parte das esferas federais em relação a seu estado, exemplo — *“O governo que hoje se inicia recebe um legado difícil, não porque faltassem ao eminente governador Itamar Franco ou aos que antecederam, como o governador Eduardo Azeredo, as virtudes da austeridade, mas porque lhes faltaram recursos orçamentários”* — e defender a partir do seu plano político-administrativo o restabelecimento do respeito às Minas Gerais, exemplo — *“Enquanto não houver novo contrato federativo, que devolva aos Estados e Municípios o que corresponde ao que produzem, teremos que continuar cortando as despesas públicas, a fim de garantir os serviços essenciais à população mineira”*.

Com o entrecruzamento desses modos organizacionais do discurso, narrativo e argumentativo, nos quais o orador primeiramente apresenta uma longa descrição da história política mineira, e depois suas propostas políticas, o então governador eleito disposto a dar continuidade aos princípios dos grandes estadistas e buscar o reconhecimento do importante papel de Minas Gerais no cenário político-federal pretende construir um *etos* de homem político de “nobre” tradição político-ideológica, exemplo — *“Assumo o governo de Minas com o propósito de, no respeito a esse passado que nos honra, retomar a luta histórica por uma federação autêntica, em que nenhum estado se sinta mais importante do que outro, em que nenhum dos povos de nosso País se sinta obrigado a postular os favores de outro”*.

Para isso, como mineiro, ele apela inicialmente para o imaginário coletivo de ilustres e emblemáticas figuras políticas mineiras, exemplo — *“outros grandes mineiros, como*

Wenceslau Braz, Arthur Bernardes e Juscelino Kubitschek deixaram estes portais para exercer a Chefia do Estado Nacional". O orador parte, então, de uma mineiridade historiográfica dos políticos e do povo, que constrói uma representação enobrecida do cidadão mineiro, como aquele que resiste às desigualdades e luta pela liberdade e democracia.

Tendo em vista estas e outras considerações em torno das estratégias discursivas e do conceito de *ato de linguagem*, tomemos alguns exemplos para análise do discurso de Aécio Neves em 2003:

AN – (1-6; 2003)⁴⁸ Mineiros, Volto, neste momento, vinte anos ao passado. Desta mesma varanda cívica, Tancredo Neves afirmou, ao empossar-se como nosso governador, que A LIBERDADE é o primeiro compromisso de Minas.

No excerto em questão, percebe-se que o uso da expressão dêitica temporal "*neste momento*" é contrastado com a expressão adverbial temporal "*vinte anos ao passado*" representando, nesse discurso, uma espécie de projeto discursivo ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo; e o uso do dêitico espacial "*desta mesma varanda cívica*" pretende suscitar as similaridades com a posse de Tancredo Neves em 1983.

TN- (1983) Minas nasceu da luta pela LIBERDADE. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, a Nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação. LIBERDADE É O OUTRO NOME DE MINAS." (Tancredo Neves, 1983⁴⁹)

Outro ponto importante para os efeitos *patêmicos* de admiração e respeito a Tancredo Neves é a tematização da topografia do seu discurso "*desta mesma varanda cívica*", pois é a partir desse lugar "solene" que Aécio faz referência à história política de Minas e a seus "personagens políticos" mais representativos⁵⁰.

Nessa perspectiva, os atos assertivos narrativo-avaliativos, de elogio a Tancredo (e a outros políticos mineiros), aparecem como forma de uma aproximação político-ideológica do orador com esse personagem. Louvando as ações dos grandes estadistas mineiros, exemplo — "*Assumo o governo de Minas com o propósito de, no respeito a esse passado que nos honra*"

⁴⁸ Optamos neste momento apontar especificamente os enunciados analisados no discurso de posse sob a forma de numeração do enunciado e seguido do ano em que foi proferido.

⁴⁹ <http://www.tancredo-neves.org.br/posse-como-governador-de-minas-gerais>

⁵⁰ Aécio Neves faz referência a inúmeras figuras políticas enaltecendo os seus papéis para o desenvolvimento político mineiro, e as dificuldades que enfrentaram. Somente para citar alguns: Manuel Nunes Viana, Antônio de Albuquerque, Afonso Penna, Wenceslau Braz, Arthur Bernardes, Juscelino Kubitschek, João Pinheiro, Raul Soares, Antônio Carlos, Milton Campos, Bias Fortes e a Israel Pinheiro.

– o orador pretende, assim, amparar o seu *etos* na figura do avô, e na ideia de uma tradição política mineira, exemplo — *“era necessário que a autoridade cívica de Minas se erguesse, a fim de mobilizar a nação para esconjurar as forças do ódio e restaurar a democracia”*.

Analisando o discurso de (2003) podemos perceber que o EUE se posiciona favorável diante de um estado de coisas existentes anterior a sua enunciação, principalmente ligado as ações específicas dos políticos mineiros. Para Charaudeau (2011, p. 211) o imaginário da “tradição” é sustentado por discursos que se referem a um mundo longínquo no tempo, no qual os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza. Sendo assim, o enunciador com a referência às realizações passadas dos antigos governantes mineiros posiciona-se não meramente como sujeito saudosista, pelo contrário, busca enfatizar o comprometimento com o avanço e o respeito à administração pública — *“assumo o governo de Minas com o propósito de, no respeito a esse passado que nos honra, retomar a luta histórica por uma federação autêntica”*.

Com essa temática o enunciador apresenta um “eco” do discurso do avô Tancredo Neves.

TN – (1983) Esta tem sido a invariável posição de Minas, desde os primeiros tempos. **Sempre defendemos a união de todos os brasileiros para a construção da nacionalidade, sem o predomínio de uns Estados sobre os outros, de umas regiões sobre as outras.** E exatamente porque assim somos, estivemos entre os primeiros que reclamaram a Federação como a melhor forma de convívio político no País. O senso comum aconselha-a não só como pressuposto da paz política, mas também como razão administrativa. **O retorno ao sistema federativo em sua plenitude é uma reivindicação nacional a que Minas dará o apoio de toda sua força política.**

Se observar mais detalhadamente o discurso de Aécio, e comparar com o de Tancredo Neves em 1983, perceberá que o percurso temático e posicionamento político são os mesmos:

AN – (37-39; 2003) Assumo o governo de Minas com o propósito de, no respeito a esse passado que nos honra, retomar **a luta histórica por uma federação autêntica, em que nenhum estado se sinta mais importante do que outro, em que nenhum dos povos de nosso País se sinta obrigado a postular os favores de outro. O direito de cada um terá de ser o direito de todos; o direito de todos terá de ser o direito de cada um. De cada um dos estados, de cada um dos municípios, de cada um dos cidadãos.**

Dessa forma, como descendente de Tancredo, Aécio seria o “herdeiro” dos ideais do avô, o que lhe imporia um dever de “retorno às origens”, de recuperação da origem

identitária. O EUE espera convencer as instâncias alocutórias a acreditar no seu preparo e em suas propostas de governo. Desenvolve um *ato de linguagem* de comprometimento com seu interlocutor, propondo, assim, ao mesmo tempo a renovação e dinâmica político-administrativa (Choque de gestão) — “*para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos*” —, contudo sem esquecer-se da tradição ético-política dos grandes estadistas mineiros — “*recorri ao passado de Minas e a seus valores morais, para dizer-lhes que eles nos serão necessários como jamais, a fim de vencer as imensas dificuldades que nos esperam*”.

Com o relato, EUC pretende fixar os tópicos LIBERDADE e DEMOCRACIA, centrais no projeto discursivo de posse de Tancredo em 1983 — “*Minas nasceu da luta pela liberdade... liberdade é o outro nome de Minas*” — e retomados em 2003 por Aécio Neves — “*o direito de cada um terá de ser o direito de todos; o direito de todos terá de ser o direito de cada um*”. Assim veremos que, sob o formato narrativo-descritivo na primeira parte do pronunciamento de 2003 há uma projeção ilocucional persuasiva. O efeito *patêmico* de orgulho é projetado sobre o auditório mineiro, exemplo — “*mineiros, a honra é a eterna e inviolável fronteira de Minas*” — o percurso argumentativo sobre a *doxa* Liberdade e Democracia na construção de uma defesa de Minas se presta para explicar ou justificar o projeto político-administrativo “revolucionário” do orador – o Choque de Gestão.

Essa complexidade argumentativa pode ser elucidada pelos lugares discursivos projetados pelo orador (de político eleito governador, de mineiro, de neto de Tancredo Neves, etc.) e dos objetivos pragmáticos em que se insere o seu proferimento de posse, e do auditório ao qual é destinado os atos de fala (mineiros, Itamar Franco, parlamentares, instâncias federais).

AN – (48-49; 2003) Sempre quisemos construir uma grande pátria brasileira, e contribuimos com o sangue dos mártires para a argamassa de sua fundação, mas jamais nos propusemos a exercer, nela, qualquer hegemonia. O lema de nossa bandeira reflete, mais do que o verso de Virgílio possa significar, o profundo respeito que temos para com a liberdade: liberdade dos indivíduos, liberdade das cidades, liberdade dos estados federados, liberdade das nações.

No discurso de Aécio Neves é possível ver o caráter epidítico dos atos assertivos, um discurso que pretende uma visada de aproximação e exaltação dos “fatos passados” empreendidos por célebres figuras mineiras, exemplo – “*sempre quisemos construir uma grande pátria brasileira, e contribuimos com o sangue dos mártires para a argamassa de sua fundação, mas jamais nos propusemos a exercer, nela, qualquer hegemonia*”.

O caráter narrativo (assertivo) dos primeiros enunciados dá lugar a um enunciado alocutivo específico, *Governador Itamar Franco*, que será prosseguido de atos que terão uma força ilocucional expressiva, de modo que os entendemos como uma homenagem ao ex-governador.

Observe o modo como o antecessor é tematizado pelo orador empossado:

AN – (67-70; 2003) Governador Itamar Franco, os mineiros se reúnem hoje, diante do Palácio da Liberdade, a fim de **trazer a Vossa Excelência o reconhecimento pelos serviços que vem prestando à nossa terra, ao longo de exemplar vida pública**, e para acolher o novo governador. **RECEBO DAS MÃOS HONRADAS DE VOSSA EXCELÊNCIA** a liderança política de Minas e o governo do Estado. Vossa Excelência e eu **somos privilegiados** pelo destino que nos trouxe a esta posição.

Vejamos como se dá o processo de *amplificação elogiosa* nesse trecho do discurso de empossamento. Logo no início, o EUE faz a referência aos motivos da cerimônia de empossamento, o primeiro — “*os mineiros se reúnem hoje... a fim de trazer a vossa excelência o reconhecimento pelos serviços que vem prestando à nossa terra*”. O segundo motivo da cerimônia é a transferência de poder — “*recebo das mãos honradas de vossa excelência a liderança política de Minas e o governo do Estado*”. O pronome de tratamento “vossa excelência” não é apenas uma forma de tratamento, é uma estratégia de exaltação e respeito ao político Itamar Franco. O locutor, nas partes que faz referência ao ex-governador, em seu discurso, orienta efeitos de sentimento de admiração, chegando, de certa forma, ao de carinho e afeto explícito.

O locutor pretende tematizar o orgulho de suceder tão importante figura pública, mostrando ao auditório, de forma cumulativa, as qualidades e virtudes do antecessor Itamar Franco:

AN – (83-85; 2003) Orgulho-me, governador Itamar Franco, de haver participado das preocupações de **Vossa Excelência**, e de lhe haver prestado minha solidariedade, na defesa de Furnas e nas negociações financeiras com o governo federal. **Vossa Excelência, Presidente Itamar Franco, é um homem de Minas, na modéstia de seu viver, na austeridade de seu governo, na força de seu nacionalismo, na autenticidade de seu caráter. Suceder a Vossa Excelência é uma honra a mais para este servidor do povo mineiro.**

O orador constrói a imagem de político orgulhoso da história política mineira e grato às contribuições do antigo mandatário de “*exemplar vida pública*”, recebendo das “*mãos*

honradas” de Itamar Franco a investidura de liderança política de Minas. Existe entre esses dois atores políticos uma aparente relação de “cumplicidade” e de “companheirismo”, exemplo — *“orgulho-me... de haver participado das preocupações V.Exa., e de lhe haver prestado minha solidariedade...”*. A admiração à figura de Itamar não seria gratuita, tem razões e elas vêm explícitas pelo orador no discurso de (2003), exemplo — *“é um homem de Minas, na modéstia de seu viver, na austeridade de seu governo, na força de seu nacionalismo, na autenticidade de seu caráter”*.

Esse trecho e muitos outros do discurso de (2003) apontam para a estratégia do sujeito-comunicante, de sustentar um discurso tributário (saudosista) que busca justificar e amparar o momento “atual” de seu empossamento político pelo tom epidítico de seu discurso, sem entrar em conflito com seus antecessores, porém denunciando uma relação conflituosa entre o Estado mineiro e a União. Ao fazer isso, os atos de fala compõem uma narração *epidítica*, a pertinência do relato parece apenas fornecer informações que evidenciam a ousadia e bravura dos políticos e povo mineiro.

Observe alguns trechos que evidenciam o comentário acima:

- a) *“outros grandes mineiros, como Wenceslau Braz, Arthur Bernardes e Juscelino Kubitschek deixaram estes portais para exercer a Chefia do Estado Nacional”*;
- b) *“somos o país das minas, logo, da mineração, do esforço árduo e sem esmorecimentos, da recompensa incerta”*;
- c) *“a bravura nos fez indomáveis e invictos: preservada a honra, aceitamos a paz que nos ofereciam, e que durou pouco”*;
- d) *“outros grandes vultos governaram Minas com a mesma honradez e o mesmo sentimento de pátria”*;
- e) *“quero referir-me também a Antônio Carlos, a Milton Campos, a Bias Fortes e a Israel Pinheiro, homens da mesma têmpera, eleitos pelo voto livre dos mineiros, que honraram o governo do Estado”*.

Como forma de corroborar ou ratificar sua legitimidade e credibilidade de novo governador, depois de longo e exaustivo discurso epidítico (1-85). Compreende-se que discursos que sustentam esse imaginário tenham sido capazes de mobilizar as massas no passado. No entanto, retomar exaustivamente ao passado pode acarretar um *etos* demagógico, ou ainda de despreparo. Se há tanto a ser feito, por que não focalizar sua atenção na explicitação do seu programa político-administrativo? O excesso de citações parece uma forma de atenuar a pouca experiência do locutor, e pretende um efeito *patêmico* de

“tranquilidade” sobre as instâncias alocutárias, visto que o orador ancora-se como o mais novo representante do seletivo grupo de governantes mineiros, e assim como eles, pretende uma história bem sucedida à frente do governo.

Já a relação de conflito aparece no momento que o orador começa a propor as ações de seu governo para a “libertação” de Minas, posicionando-se como aquele que pode e deseja oferecer ousadia e dinamicidade governamental em Minas. Vê-se que esse imaginário da tradição pode servir tanto para justificar os ideais éticos e administrativos, quanto para propor ações político-administrativas para conservar a soberania do estado mineiro e reconhecimento da União.

O EUE justifica o caráter assertivo da primeira parte de seu discurso de empossamento da seguinte forma:

AN- (93-101; 2003) Recorri ao passado de Minas e a seus valores morais, para dizer-lhes que eles nos serão necessários como jamais, **a fim de vencer as imensas dificuldades que nos esperam [...] (97) O governo que hoje se inicia recebe um legado difícil**, não porque faltassem ao eminente governador Itamar Franco ou aos que antecederam, como o governador Eduardo Azeredo, as virtudes da austeridade, mas **porque lhes faltaram recursos orçamentários**. Ao contrário, cada um deles em seu tempo, fizeram o que era possível fazer.

Desse modo, essa aproximação e percurso “historiográfico” da primeira parte do discurso de empossamento tem como objetivo mobilizar uma memória afetiva e buscar, pelo caráter grandioso da história política mineira, a adesão do auditório. Isto é, o locutor busca a adesão⁵¹ do auditório em relação aos valores tematizados no discurso de que os políticos mineiros são símbolos e exemplos de coragem, trabalho, honestidade e competência.

O sujeito comunicante (EUC) pretende construir sua credibilidade de benfeitor apto a oferecer aos enunciatários (TUi) um planejamento político administrativo que os beneficiará, constituindo, assim, a sua credibilidade como alguém que conhece as necessidades e as ações para sanar as demandas do auditório .

Quando o ator político diz o seguinte:

AN – (118-124; 2003) Para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos, na criação de empregos, na produção agrícola e industrial, no incentivo aos pequenos e médios empreendedores. Essa não é tarefa só do governo. Dela deve

⁵¹ Os atos assertivos também representam uma crítica/denúncia contra a esfera federal, que na visão de Aécio Neves negligenciou o importante papel de Minas.

desincumbir-se toda a sociedade mineira. Cumpre-nos repetir que a solidariedade é o mais sólido investimento para a paz. Por isso mesmo, **reafirmo que, onde quer que se encontrem as comunidades mineiras, ali estará o estado a fim de promover as atividades produtivas.** Temos, em todos os municípios mineiros inteligência, recursos naturais, mão de obra e consumidores.

Esse conjunto de ações político-governamentais tem por objetivo atingir o sujeito interpretante, buscando a sua captação ao formular as demandas socioeconômicas dele, tomadas pelo orador como eficazes na persuasão desse auditório. O EUC se constrói como alguém que participa do universo de (TUi), na medida em que é ele quem compartilha um universo comum ao de seu interlocutor, ao menos naquele contexto sócio histórico, um universo de demandas mineiras — *“três são as responsabilidades básicas do Estado: a educação, a saúde e a segurança, e todas elas dependem do nível de emprego”* — para tanto, produz uma imagem de sujeito destinatário (TUD) que compactue com suas intenções e seja cooperativo com o contrato discursivo estabelecido.

Apresentamos alguns exemplos de “promessas” realizadas pelo EUC através de diversos formatos linguístico-enunciativos de modalização comissiva⁵²:

AN – (110; 2003) Empenharei todos os esforços do Estado na valorização dos policiais, não só trabalhando para melhorar a sua situação, como servidores do povo, mas também **investindo em sua preparação técnica, em sua capacitação intelectual, no reconhecimento de seus méritos.**

AN – (113; 2003) Em nosso governo não haverá tolerância com o peculato, descuido com os favoritismos, complacência com a corrupção.

AN – (116; 2003) A nossa administração será transparente.

AN – (118; 2003) Para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos, na criação de empregos, na produção agrícola e industrial, no incentivo aos pequenos e médios empreendedores.

AN – (133; 2003) Pretendo estimular as pesquisas científicas e tecnológicas de nossos órgãos próprios e incentivar os convênios específicos com as universidades, públicas e privadas, sediadas em Minas.

⁵² Neste momento não nos dedicaremos à análise das promessas visto que desenvolveremos tal questão na parte destinada à análise dos atos de fala.

AN – (153; 2003) Não haverá desenvolvimento econômico e político em nosso País, sem o apoio do povo mineiro, representado por suas forças políticas e econômicas.

Podemos sublinhar que as promessas nesse tipo de discurso de empossamento têm por característica apontar ora para uma dimensão ético-moral do orador — “*em nosso governo não haverá tolerância com o peculato...*”, “*a nossa administração será transparente*” — ora propor medidas político-administrativas do orador — “*empenharei todos os esforços do Estado na valorização dos policiais...*”, “*para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos...*” – e – “*pretendo estimular as pesquisas científicas e tecnológicas de nossos órgãos próprios e incentivar os convênios específicos com as universidades...*”. Essas duas dimensões são proveitosas para definirmos a situação de empossamento em relação ao conteúdo temático das promessas e das imagens que estas promessas fazem do orador.

Cabe lembrar que o pronunciamento de posse é fundado num aparente discurso dialógico, apesar de não possibilitar uma troca de papel de (EUc _ TUi) e (EUe _ TUd) como em outros gêneros discursivos, observa-se o uso recorrente de expressões alocutivas — “*Mineiros*”, “*Governador Itamar Franco*”— restando ao sujeito comunicante engendrar as estratégias discursivas adequadas para garantir a consolidação dos seus objetivos e ao sujeito interpretante aceitá-las ou não, daí a apresentação de possíveis TUd (Itamar Franco, instâncias federais, povo mineiro, etc.) tematizados direta ou indiretamente na construção do discurso.

Vimos anteriormente que o uso de estruturas proposicionais narrativo-descritivas foi amplamente explorado no discurso de posse de Aécio Neves, em 2003, e também o será no discurso de 2007. Uma hipótese que temos e que justificaria esta escolha linguístico-discursiva, por parte do enunciador, seria a de que o orador ancoraria os argumentos em certa memória política, como forma de demarcação de um posicionamento *etótico* ancorado na *patemização* de uma tradição política mineira. Para então, posteriormente, depois do discurso historiográfico, propor, de fato, um discurso pertinente a manutenção do governo público.

Com isso pretendemos ainda nesta seção dedicada à teoria semiolinguística prosseguir analisando o discurso de posse-reeleição de Aécio Neves em 2007.

3.1.2 Análise do Discurso de Posse-reeleição de Aécio Neves em 2007

Assim, também no proferimento de posse de reeleição em 2007, AN optou, mais uma vez, pela estrutura narrativa “historiográfica” no começo de seu discurso⁵³, para depois estabelecer um modo de organização narrativo-argumentativo, na medida em que era preciso reportar e avaliar ações ou estados de coisas passados sob a forma de autoelogios, para então projetar ações futuras de continuidade sob a forma direta e/ou indireta de promessas — *Por isso, senhoras e senhores, estar aqui, nesse instante, é renovar o meu compromisso com esta política (AN, 2007)*. Assim como em (2003), Aécio assume seu projeto discursivo como sendo um compromisso assumido com as instâncias alocutivas. Desse modo, a situação interlocutiva de (2007) representa a prestação de contas das ações “prometidas” no período anterior. Ou seja, no primeiro discurso (2003) existe um encadeamento sintático-discursivo que aponta para ações futuras pretendidas pelo novo mandatário:

AN – (110-135; 2003) EMPENHAREI todos os esforços do Estado na valorização dos policiais [...] **(123) reafirmo** que, onde quer que se encontrem as comunidades mineiras, ali estará o Estado a fim de promover as atividades produtivas [...] **(133) PRETENDO ESTIMULAR** as pesquisas científicas e tecnológicas de nossos órgãos próprios e incentivar os convênios específicos com as universidades, públicas e privadas, sediadas em Minas [...] **(135) TEMOS QUE ELEGER**, em conjunto, as prioridades na aplicação dos escassos recursos orçamentários [...]

Já no segundo, reeleição de 2007, os atos assertivos prestam conta das ações do mandatário e ao avaliarem positivamente o governo aponta para o desejo de continuidade de ações desse orador, o uso de performativos que apontam para o engajamento e satisfação pessoal e expressiva do orador é bastante frequente⁵⁴.

⁵³ Em seu discurso de reeleição, Aécio mais uma vez retoma o discurso epidítico enaltecendo figuras políticas mineiras. O tributo está mais uma vez presente no discurso do governador:

AN – (4-87) “Antes, peço licença para destacar este momento simbólico e o rito que se dá nesta Assembleia Legislativa, criada pelo Ato Adicional e reunida pela primeira vez em 1836. A Assembleia de Minas, senhoras e senhores, é mais do que contam os documentos oficiais. Esta casa, ao formalizar-se, deu prosseguimento histórico a uma prática natural da nossa gente. Nesta Província, cujos os ocupantes desconheceram deveres feudais, sempre fizemos política (...) A partir de abril de 1792 já éramos, em nossa alma e em nossa inteligência, uma pátria, embora ainda permanecesse o status colonial até a separação formal de 1822. A força de nossa declaração, firmada com o sangue salgado do Alferes fez com que a Coroa desatasse sobre a Capitania a repressão mais abjeta, levando os mineiros à diáspora. Os perseguidos se tornaram, ao avançar sobre as brenhas do Oeste, semeadores do sentimento de pátria. Foi assim que um vaqueiro de Piumí, o Guia Lopes, se tornaria o grande herói e mártir da Retirada da Laguna, durante a Guerra do Paraguai. Senhoras e senhores, aqui, neste momento solene, não celebrou apenas o passado, nem as possibilidades do futuro: comprometo-me com o presente”. (NEVES, 2007)

⁵⁴ O formato assertivo avaliativo e descritivo presente no discurso de posse de reeleição de AN pretende informar a população sobre aquilo que o orador realizou, que está realizando e que ainda realizará para satisfazer ou honrar os compromissos com as demandas da sociedade mineira.

Observemos o trecho seguinte:

AN- (35-36; 2007) Senhoras e senhores, aqui, neste momento solene, não CELEBRO apenas o passado, nem as possibilidades do futuro: COMPROMETO-ME com o presente. Ainda estamos recenseando os haveres que nos couberam pela natureza. Ainda estamos construindo a sociedade que DESEJAMOS [...] **(90)** ROGO-lhes que, nessa delegação, se façam portadores de minha prestação de contas destes quatro anos passados, que lhes PEÇO ter como penhor do novo mandato que hoje se inicia.

As sequências narrativas no discurso do pronunciamento de posse podem ser observadas, primeiramente, pela voz “historiográfica” que tematiza a remissão e celebração ao passado, no encadeamento do momento enunciativo de proferimento (*comprometo-me com o presente; ainda estamos*) com o tempo da enunciação histórica, distanciada e narrativa. Essas remissões são reforçadas, semanticamente, pelo papel temático agentivo nos verbos performativos — “celebro”, “comprometo-me”, “desejamos”, “rogo”, “peço” — associando à ideia do esforço desse orador para realização de um trabalho tão bom quanto o de seus antepassados o importante papel do auditório nesse processo.

O EUE interpela diretamente seu interlocutor pela forma alocutiva “senhoras e senhores” a respeito da administração pública do locutor. Trata-se de um trecho que apresenta o entrecruzamento do projeto discursivo do locutor, exemplo — “não celebro apenas o passado, nem as possibilidades do futuro” — em aliar a dimensão retrospectiva e prospectiva na caracterização de sua atitude governamental, exemplo — “comprometo-me com o presente”. Os verbos performativos que permeiam esse trecho indicam a informação desejada pelo locutor, como ainda sustenta tais informações com atitudes proposicionais e performativas que apontam para o desejo de continuidade. Evidentemente que, no trecho acima, ao selecionarmos apenas alguns enunciados, tal dimensão não fica explicitada de forma tão determinante.

Assim, o EUC ao permear o discurso assertivo de prestação de contas com performativos como “desejamos”, “rogo” e “peço”, entre outros, aponta para uma dimensão ilocucional diretiva. O EUE parte de uma avaliação positiva do seu governo, assim, como conhecedor das dificuldades enfrentadas pelo governo mineiro, e se apresentando como aquele que, na sua perspectiva, sanou grandes entraves político-administrativos no primeiro mandato, busca mais uma vez o apoio do eleitorado para tornar o segundo mandato tão bem sucedido quanto o primeiro, daí a pertinência dos diretivos.

Dessa forma é necessário tematizar um estado emocional que reflita isso, a avaliação positiva de um estado de coisas passado — “*celebro*”—, o compromisso com a continuidade — “*comprometo-me*”—, a expectativa de mesmo êxito na administração pública de segundo mandato — “*desejo*”— e a conclamação ao apoio das instâncias cidadãs para o avanço governamental, tendo a prestação de contas como fiança — “*rogo*”. O efeito visado pelo valor informativo dos relatos “historiográficos” e de prestação de contas dos atos assertivos é justamente o de reforçar a finalidade persuasiva de “*fazer-crer*”.

A partir da “modalidade” informativa, o enunciador tem como ponto alto de seu discurso o projeto político-administrativo “Choque de gestão”, como argumento central de sua competência administrativa:

AN – (115-121; 2007) Durante quatro anos trabalhamos com destemor e coragem e CRIAMOS AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE EM MINAS. Com o "Choque de Gestão", ao se encerrar o segundo ano de nosso mandato, CONSEGUIMOS EQUILIBRAR AS RECEITAS E AS DESPESAS, ALCANÇANDO O DÉFICIT ZERO. Não foi uma caminhada fácil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década. Tivemos que adotar medidas duras, a fim de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. FOI POSSÍVEL REDUZIR AS DESPESAS COM A MÁQUINA PÚBLICA E DAR PRIORIDADE À RECUPERAÇÃO DA NOSSA CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS. Gastar menos com o governo para gastar mais com a população foi o nosso lema. Nossa obstinação.

Esse excerto parece mostrar efetivamente a estratégia argumentativa do sujeito comunicante, que já possui o estatuto de governador e baseando-se na correlação estabelecida entre elogio e promessa, busca enfatizar o engajamento do mandatário — “*durante quatro anos trabalhamos com destemor e coragem*” — e enfatizar também as ações desenvolvidas por ele — “*criamos as bases para a construção de uma nova realidade em Minas*” — o excerto acima busca persuadir o auditório apontando as realizações do mandatário, construindo um *etos* de competência e obstinação.

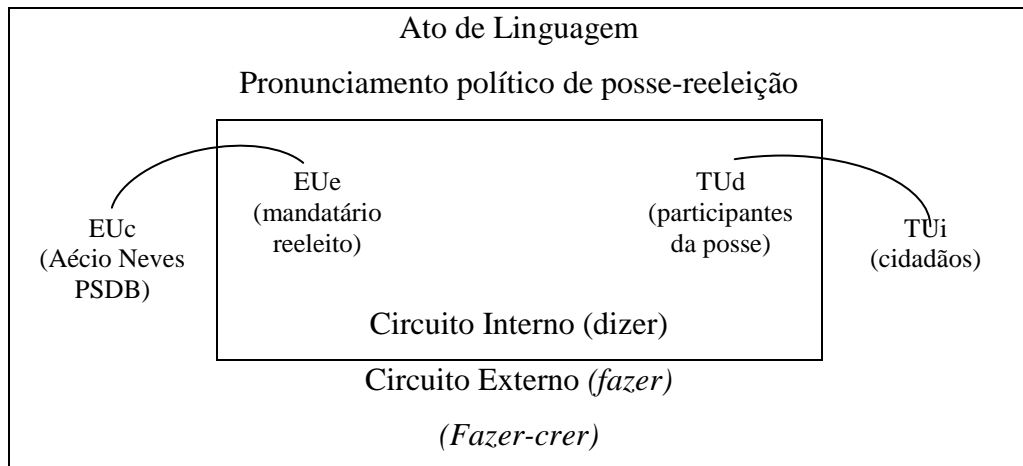
O que nos parece mais relevante no proferimento de posse-reeleição é a busca da finalidade persuasiva (fazer-crer) pela finalidade informativa (fazer-saber). Ao tematizar as ações “bem sucedidas” do governo, o enunciador instaura uma ideia de consenso político e social de aprovação; justificando a reeleição e o suposto desejo da população de continuação dessas ações, as informações e os dados grandiosos pretendem “seduzir” o auditório.

Observemos o seguinte trecho:

AN – (1001 – 108; 2007) AS MEDIDAS que tomamos, para orgulho dos mineiros, são hoje reconhecidas como **REFERENCIAIS DE BOA GESTÃO** no Brasil. Partimos, senhoras e senhores, amigos presentes, portanto, desse emblemático patamar. Nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz. Reafirmo, no entanto, cada um dos **COMPROMISSOS** que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas e com a sociedade organizada.

No excerto em questão, o locutor define o tópico “medidas” como sendo um objeto de apreciação positiva por parte do eleitorado mineiro, e segundo ele, – *“reconhecidas como referenciais de boa gestão”* – para os governantes brasileiros. A avaliação positiva por parte do locutor da própria trajetória político-administrativa no governo de Minas sustenta o argumento para continuidade – *“reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas...”* –. No discurso de empossamento de reeleição de Aécio Neves, a prestação de contas e a sua avaliação positiva financiam a proposta de continuidade desse modelo administrativo. Assim, a reafirmação do compromisso parece incluir na sua formulação uma dimensão comissiva que parece suscitar um efeito perlocucional de “persuasão” do ouvinte, buscando convencer o auditório da sinceridade política do locutor. Mesmo o locutor negando o ato de fala promessa — *“nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz”* – isso não tira nem a importância, nem a força comissiva dos enunciados, pelo contrário parecem reforçar ainda mais o compromisso assumido com o alocutário – *“reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas e com a sociedade organizada. O conjunto harmonioso dos nossos compromissos compõe um novo programa de desenvolvimento para Minas e todos os mineiros”*. Afinal de contas, o que é isso, senão promessas!

Achamos oportuno esquematizar a configuração sumária do proferimento de posse de Aécio Neves, a partir do quadro semiolinguístico:



Quadro adaptado de Charaudeau (2009, p. 77)

No esquema acima temos um EUc que se faz representar por um estatuto de mandatário reeleito, membro de um partido de ideologia neoliberalista, que a partir do ato de linguagem “pronunciamento de posse”, constrói o projeto discursivo “prestação de contas” através do qual tem a intenção de deixar evidente que sua gestão foi benéfica a TUi. EUc com a intenção de persuadir o interpretante projeta um EUe que enfatiza as ações do governo e a partir de dados e estatísticas que comprovam sua boa gestão busca a adesão de TUi, encenando a imagem de governante sério e competente no trato da máquina pública.

Mais especificamente, o excerto abaixo mostra a dinâmica de prestação de contas do discurso de posse de reeleição, e o compromisso de continuidade:

AN – (1-3; 2007) Senhor presidente, mineiros de todas as partes desse Estado. Ao reafirmar-se a vontade do povo de Minas Gerais pelo voto livre e direto, aqui compareço para a cerimônia de nova investidura nesta casa para legítima representação dos mineiros. E o faço para confirmar publicamente cada um dos compromissos que assumi na longa e emblemática caminhada que fizemos pelo nosso Estado.

É evidente que o papel dos assertivos será fundamental para a sustentação do projeto argumentativo de reeleição, apesar de esta não ser a única força ilocucional que aparece no discurso de reeleição, observamos também estruturas comissivas, o fato é que mesmo os atos assertivos apresentam uma dimensão ilocucional comissiva em função do *Ato de linguagem* pronunciamento de posse-reeleição. A prestação de conta para o enunciador representa a confirmação pública de continuidade — “e o faço para confirmar publicamente cada um dos compromissos que assumi”. Neste sentido, o modo de organização assertivo se define, por

exemplo, pela estrutura silogística do tipo: “SE relato das ações empreendidas pelo governo e autoelogio dessas ações, ENTÃO promessa de continuidade e de melhoria dessas ações”.

Desse modo, os atos assertivos avaliativos do orador suscitam junto ao público o efeito perlocucional de persuasão, projetando estados mentais de satisfação e confiança — “*fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível*”. O enunciador busca tematizar a partir de dados numéricos a eficácia do governo tucano — “*o PIB de Minas, em 2005, foi 4.7%, o dobro do obtido pelo Brasil*”— para que a correlação entre o crescimento/desenvolvimento político administrativo do estado mineiro, aliado a reeleição do ator político busque construir junto à instância interlocutora um *etos* de credibilidade e competência.

Um exemplo interessante e bem significativo disso que dissemos pode ser verificado abaixo:

AN – (140-145; 2007) Fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível. E quando o fizemos, percebemos que precisamos fazer sempre muito mais. Que não podemos descansar sobre os êxitos já alcançados. Nosso olhar atento deve estar sempre voltado não para os obstáculos superados, mas para o que ainda falta fazer. E muito nos falta ainda.

Ao apresentar autoelogios as suas próprias ações, o orador compromete-se diretamente com a continuidade e melhoria dessas ações — “*e quando o fizemos percebemos que precisamos fazer sempre muito mais*”. Não sendo uma exclusividade do discurso de posse de reeleição, mas sendo uma estratégia marcante e aparentemente eficaz no discurso político, esse formato enunciativo de prestação de contas aparece como a base de sustentação de variados *etos* no discurso de reeleição.

Enfim, no caso específico da análise em questão, qual seja, discurso de posse-eleição ou reeleição, há uma complexidade das relações psicossociais e dos elementos constitutivos desses discursos. Nesse sentido, grosso modo, constata-se um entrecruzamento discursivo-ilocucional (comissivo/assertivo e narrativo/ argumentativo) que permeia o discurso de empossamento nas duas situações de proferimento (eleição e reeleição) e que sustenta as imagens pretendidas pelo orador.

3.2 A construção *etótica* e os efeitos *patêmicos* nos discursos de Lula.

As pessoas, e as coisas, não são de verdade!
(ROSA, 1996)

Grosso modo, como apontado na primeira parte deste trabalho, “Considerações retórico-argumentativas”, quando o ator político tematiza uma crença em detrimento de outra; ou constrói um *etos* em detrimento de outro; ou escolhe uma palavra e não outra; visa um efeito sobre seu auditório. Desse modo, pretendo agora apresentar a análise retórico-argumentativa de alguns exemplos de encadeamentos discursivos produzidos pelo ator político Luiz Inácio Lula da Silva em seu pronunciamento de posse (2003 e 2007). Nesse sentido, gostaria de destacar o processo de identificação elaborado a partir da relação estabelecida entre a identidade social e a construção da identidade discursiva do enunciador, o *etos*; que obviamente são indissociáveis da dimensão do *logos*, ou seja, as regularidades do processo de racionalização do projeto discursivo do mandatário; e da dimensão *patêmica*, enquanto processo de dramatização elaborada a partir da relação estabelecida entre a identidade discursiva construída como imagem de sujeito destinatário e a identidade do sujeito interpretante.

A noção de *Etos* e *Patos* aqui utilizada foi retomada das considerações da Retórica de Aristóteles e na perspectiva assumida por diferentes estudiosos da Análise do Discurso (ver, sobre tudo, AMOSSY, 2011; CHARAUDEAU, 2011; EGSS, 2011; DASCAL, 2011, MAINGUENEAU, 2011)⁵⁵. Embora a noção de *etos* tenha na Retórica aristotélica um sentido moral ou ideal, é preciso ver que essa moralidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos; ao contrário, ela se produz pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas no discurso.

Como já apontado na primeira parte desta dissertação, o *etos* é a imagem construída do orador a partir de sua enunciação. Para a sua devida caracterização deve se levar em conta aspectos extralinguísticos (aspectos psicossociais) e aspectos linguístico-discursivos, isto é, quando o discurso é dito de tal maneira a construir uma imagem confiável do orador.

⁵⁵ Cf. AMOSSY (2011) – Imagens de si no discurso: a construção do ethos & CHARAUDEAU (2011) – Discurso Político.

Outra categoria importante é a noção de *Patos*, que diz respeito à disposição dos ouvintes aos sentimentos que eles são levados a sentir. Ele representa uma tentativa de estimular uma emoção no auditório, o orador pode mencionar os sentimentos que pretende partilhar e justificar a reação afetiva; ou pode sugerir a emoção por caminhos mais ou menos indiretos. A importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente a insistência no conjunto de valores, de evidências, de crenças, o que chamamos *doxa*. Dessa forma, o orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório e que imagina que seu auditório possa fazer dele, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê serem as do público.

Amossy (2011, p. 124) declara:

Fator determinante no estabelecimento do ethos, a *doxa* compreende o saber prévio que o auditório possui sobre o orador [...] No momento em que toma a palavra, o orador faz uma ideia de seu auditório e da maneira pela qual será percebido; avalia o impacto sobre seu discurso atual e trabalha para confirmar sua imagem, para reelaborá-la ou transformá-la e produzir uma impressão conforme às exigências de seu projeto argumentativo.

A fim de não interromper a discussão global sobre a constituição do discurso político de posse evocada nas sessões anteriores, pretendemos, nesse momento, analisar, a constituição *etótica* do orador e os efeitos *patêmicos* pretendidos sobre o auditório.

3.2.1 Análise do Discurso de Posse-eleição de Lula em 2003

Nesse sentido, como dito em outras partes deste trabalho, no pronunciamento de posse-eleição é apresentado um *discurso prospectivo (logos)* em razão de uma situação “especial” no universo político, na busca de suscitar um efeito de adesão por parte do interlocutor. Nesse contexto, a promessa é a prerrogativa do político que assume o poder. Na campanha eleitoral e no discurso de posse, o político toma para si a responsabilidade pela realização das demandas socioeconômicas para o bem estar da população. Para isso é necessário construir uma imagem que convença o auditório dessa intenção.

Lula, por exemplo, assume o discurso de homem do povo, preocupado com o bem estar das classes menos favorecidas. Enquanto representante do povo, o locutor insiste nessa imagem, tematizando a sua origem humilde. O *etos* “popular” legitimado pelos valores que compunham sua campanha pretende gerar efeitos de admiração e respeito no auditório:

LULA – (34-37; 2003). Enquanto houver um IRMÃO BRASILEIRO ou uma IRMÃ BRASILEIRA PASSANDO FOME, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, DEFINI ENTRE AS PRIORIDADES DE MEU GOVERNO UM PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR QUE LEVA O NOME DE "FOME ZERO". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É POR ISSO QUE HOJE CONCLAMO: VAMOS ACABAR COM A FOME EM NOSSO PAÍS. TRANSFORMEMOS o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país. [...]

Segundo Amossy (2011, p.124), de fato, a eficácia do discurso é tributária da autoridade de que goza o locutor, isto é, da ideia de que seus alocutários fazem de sua pessoa. A importância atribuída ao auditório acarreta naturalmente na insistência em um conjunto de valores, que tendem a construir entre orador e auditório uma suposta partilha de pontos de vista. No excerto acima, a partir do programa “Fome Zero”, a tentativa de construção de uma imagem de político engajado e batalhador busca a adesão (apoio) do auditório; a tese de que todos juntos podem ser capazes de mudar a realidade social brasileira, — “*vamos acabar com a fome em nosso país*” — liderado por Lula, suscita um efeito *patêmico* de impetuosidade, ousadia, destemor nas ações propostas por ele. A tentativa de empatia entre o orador e auditório é bem marcada no discurso de Lula — “*irmão brasileiro*” e “*irmã brasileira*” —, essa relação denota claramente a busca de construir junto ao auditório a credibilidade da instância política, como alguém próximo, que compartilha com esse alocutário laços quase “familiares”.

Essa aproximação com o auditório tem como objetivo mobilizar uma relação afetiva e compromissada do orador. Desse modo, não sabemos até que ponto o auditório reconhece, nesse conteúdo proposicional, a sinceridade do locutor, mas considerando o *etos* projetado por Lula e levando em consideração sua origem econômica e social, o auditório dificilmente duvidaria de seu engajamento para com as classes menos favorecidas.

Observe o exemplo abaixo:

LULA – (143-144; 2003) Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito

mais. E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Os atos assertivos acima se circunscrevem na região de uma avaliação e de um relato do percurso de Lula, na dimensão passado/presente em relação à situação enunciativa de empossamento, exemplos – *“quando olho a minha própria vida de retirante... que se tornou... e acreditou... que agora assume... vejo e sei... que nós podemos muito mais”* –.

No excerto acima, o locutor, tomando a cerimônia de seu empossamento como uma vitória coletiva, observa-se que as marcas preponderantes de subjetivação do orador caracterizam positivamente o seu percurso de vida individual e pública. O relato corresponde à dimensão retrospectiva, em que o aspecto da dificuldade e privação socioeconômica é acentuado, – *“vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos”* –, já no momento presente, ou seja, de enunciação, é tematizado o momento de realização e satisfação do locutor, – *“[torneiro mecânico e líder sindical] que agora assume o posto de supremo mandatário da nação”*. A subjetivação explicitada pela primeira pessoa do plural cria uma identidade de um orador que acredita na capacidade de superação e realização de sonhos de cada um – *“basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer”*.

Outro exemplo é quando o orador interpela seu auditório pelo vocativo *“Companheiros e companheiras”*, cujo sentido remete àquele que participa da vida ou das ocupações de outrem, o orador utiliza esse recurso fático com uma *doxa* positiva de trabalho conjunto. Tal expressão alocutiva apoia representações do partido petista, seu engajamento na luta pela ascensão e bem estar das populações menos favorecidas. Aliás, é uma expressão icônica do orador, quase um bordão. Desse modo, Lula pretende construir uma imagem de homem público interessado na participação popular para o desenvolvimento governamental do país:

LULA – (23-24; 2003) O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome [...]

Pode-se observar que no exemplo acima a imagem que orador faz de seu público é fundamental para que as teses apresentadas sejam bem sucedidas. A interpelação do auditório se apoia numa asserção positiva do papel do povo brasileiro —*“tanto em sua história mais*

antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos". Reforçando essa tese, o orador explicita um ato comissivo – “*e eu desejo*” – e um ato diretivo – “*convocar o meu povo*” – que tematizam o auditório com alguém que se integrará às teses do locutor.

(37-39; 2003) É por isso que hoje CONCLAMO: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país. **Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia.**

A análise de um ato como esse é um pouco mais complexo. Desse modo teríamos um ato declarativo, modo convocação, que por sua vez é marcado por uma caracterização híbrida comissiva/diretiva, modo desejo/proposta. O ator político se apresenta como alguém que conta decisivamente com a ajuda do alocutário. As condições de satisfação desse ato pressupõem o desejo de realização de (p), e ainda pressupõe compromissos a serem assumidos por ambas as instâncias produtora e receptora. Ao fazer um ato declarativo “conclamativo” ao mesmo tempo em que expressa a crença na possibilidade de realização de (p) – “*vamos acabar com a fome em nosso país*” – critica-se a negligência ou incapacidade dos governos passados de sanar esse problema. Dessa forma, o locutor tem a intenção de dizer sobre a natureza do problema da fome, apresentando um forte desejo de que tal estado de coisas seja diferente – “*transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional*”. Desse modo, representa a proposta do locutor – o fim da fome – e para que essa “transformação” seja possível, o locutor deseja o engajamento efetivo do auditório, exemplo — “*essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia*”.

Contudo, nem sempre a interação entre o orador e seu público é necessariamente bem sucedida. Esse público, que pode ser um indivíduo, um grupo, ou uma multidão, segundo Reboul (2004, p. 93) pode ser diferente entre si; primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. O bom andamento da troca discursiva exige que à imagem do auditório corresponda a uma imagem do orador. O engajamento excessivo para com as classes menos favorecidas pode suscitar um *etos* populista e demagogo.

O bom andamento da troca interlocutiva exige que, no estabelecimento do *etos*, o auditório o reconheça como um saber prévio do orador; sobretudo quando se trata de uma

figura como Lula. Desse modo, para Amossy (2011, p. 125) esse *etos* pré-discursivo⁵⁶ pode ser reavaliado, em virtude do impacto que possa ter sobre o auditório. O orador pode confirmá-lo, reelaborá-lo ou transformá-lo, e produzir uma impressão conforme as exigências de seu projeto argumentativo. No projeto discursivo de Lula, percebe-se a estratégia de alguém que dilui o seu *etos* em favor do auditório visando a uma causa coletiva maior. Esse jogo de construção de imagens *etóticas* é amplificado pelos valores implicados na escolha de determinados itens lexicais, por exemplo, do vocativo que abre o discurso de (2003) – “*companheiros e companheiras*”. Existe um sentimento de coletividade, pelo qual o orador sempre zelou em explicitar em seus discursos: uma dimensão socialista e de luta pela ascensão popular.

Aliás, Lula, no seu discurso de posse em 2003 destacava que a “mudança” tinha sido a palavra-chave dada pela sociedade, acrescentando que “diante da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral” o povo escolheu mudar e começou, através dele, a promover a mudança necessária. Afirmava, ainda, que a mudança se daria “por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado fosse consistente e duradouro”.

Os encadeamentos discursivos relativos ao lexema “*mudança*” visam a construir a credibilidade do enunciador como instância política apta a gerir uma nova dinâmica político-social no país, buscando construir um *etos* de competência e seriedade, e um *patos* de confiança no novo governo e insatisfação com o governo anterior, de FHC. O orador se apresenta como homem público que denuncia o atraso socioeconômico do país e está qualificado para promover mudanças. O excerto em questão se realiza no ponto ilocucional assertivo na forma de uma avaliação negativa do governo anterior, de FHC, e de certa predição positiva do novo governo, exemplo — “*foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar*”.

Se, na relação com a instância cidadã, a promessa é prerrogativa do mandatário, em relação à instância adversária, a crítica é a prerrogativa. A denúncia da não realização das demandas da população é indiretamente discursivizada pelo orador, exemplos — “*diante de um esgotamento de um modelo que... diante do fracasso... diante as ameaças..*”— a “mudança” representa a emancipação-libertação do “povo brasileiro”, como o fim de um processo, que segundo ele, impedia o potencial nacional:

⁵⁶ Maingueneau, 2011, p. 80

LULA – (8; 2003) E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

A abertura do pronunciamento de 2003 visava minar a credibilidade das instâncias adversárias, atribuindo aos adversários políticos o favorecimento da elite e debilidade na gestão pública. Desse modo, quando tematiza “mudança” ou expressões com o mesmo valor proposicional (“transformar”, “trilhar novos caminhos”) o foco do mandatário é caracterizar o governo anterior (FHC) como “oportunista”. É interessante o uso da expressão dêitica —“e eu estou aqui” — na medida em que tal expressão remete à ideia de superação, essa imagem *etótica*, pretende a *patemização* do auditório, pela inferência de uma *mudança de caráter de intensidade prática* - que é apresentada como devendo ser enunciada e reiterada pelo orador com orgulho.

O orador toma para si a missão de conduzir a nação ao crescimento econômico e desenvolvimento social, sonho de longa data. O ator político apresenta-se otimista, sensato e determinado a conduzir o Brasil no novo trajeto político-social:

LULA – (9-12; 2003) Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia. Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

Vale a pena observar que o projeto discursivo “mudança”, pressupõe uma ação futura do orador, portanto comissiva, modo promessa; e também pressupõe uma ação avaliativa, portanto assertiva, modo crítica. Desse modo, o verbo *mudar* para o orador está ligado à proposição de ações futuras positivas e a avaliação negativa de fatos passados. Supõe-se que os interlocutores possam aceitar como factível a realização das propostas do orador, visto que tais ações são fundamentais para a satisfação social e econômica da nação.

Finalmente, a performatividade do “prometer” nesse discurso é explicitada por outras formas verbais comissivas e expressões modais:

LULA – (100; 2003) No meu governo, a ação diplomática do Brasil **ESTARÁ ORIENTADA** por uma perspectiva humanista e **SERÁ**, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

(103-104) BUSCAREMOS ELIMINAR os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, **ESFORÇAREMOS PARA REMOVER** os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais.

(108) ESTAREMOS ATENTOS também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

(113-115) CUIDAREMOS TAMBÉM das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. **ESTIMULAREMOS** empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. **APOIAREMOS** os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul.

(117-122) CONTRIBUIREMOS, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos **TEREMOS** com todos os países da América Latina. **PROCURAREMOS TER** com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. **TRATAREMOS DE FORTALECER** o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. **APROFUNDAREMOS AS RELAÇÕES** com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros. **REAFIRMAMOS OS LAÇOS PROFUNDOS** que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

O mandatário propõe as ações necessárias para o bom desenvolvimento do país; os verbos — “*buscaremos*”, “*teremos*”, “*trataremos*”, “*contribuiremos*”, “*esforçaremos*” — cujo aspecto imperfectivo, tematiza ações agentivas pretendidas pelo locutor (ainda que a instância enunciativa nas promessas, geralmente, apareça na forma pluralizada do “nós”) na busca de persuadir o auditório, exemplo — “*Sou agora o servidor público número um do meu país*”.

O *etos* de competência e preparo é construído pelas ações propostas, as quais revelam a capacidade gerencial desse locutor, exemplo — *“este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade”*. De acordo com Charaudeau (2011, p.125) o político deve, portanto, mostrar que conhece todas as engrenagens da vida política e que sabe agir de maneira eficaz. Ao propor ações como: — *“buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas [...] esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais [...] cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica [...] —* Lula, sob a forma de “promessas”, ao mesmo tempo demonstra conhecimento e domínio de seu papel e de suas atividades, e deverá igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência, necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos em longo prazo, para pleitear a reeleição.

Enfim, no discurso de posse de 2003, Lula deixou explícita a dimensão comissiva do seu discurso de posse. Os atos comissivos deixavam subentender a partir do predicado “mudança”, avaliações e críticas das instâncias adversárias, e construía ao mesmo tempo um *etos* de competência, engajamento e seriedade do orador; e projetava efeitos *patêmicos* de confiança, orgulho e superação no auditório.

3.2.2 Análise do Discurso de Posse-reeleição de Lula em 2007

O então reeleito presidente da república em 2007, Lula, dirige-se mais uma vez diante de um auditório constituído, por cidadãos brasileiros e pela assembleia parlamentar, exemplo — *“Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora”*. O orador enfraquecido pelas constantes denúncias de corrupção de seus assessores diretos ancora o discurso de posse-reeleição no *etos* de honestidade e integridade pública, exemplo — *“Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites”*. Nesse sentido, a constituição *etótica* é fundamental para a eficácia do discurso de 2007, de modo a reconstruir junto à população sua figura de dirigente voltado para as causas sociais, batalhador e engajado no crescimento e desenvolvimento sócio econômico do país, exemplo — *“Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país”*. O discurso de Lula, pois, precisava recompor o *etos* individual e institucional e conferir credibilidade às palavras do representante maior da

nação (RODRIGUES, 2007). O presidente tematiza em seu discurso alicerces de honestidade e retidão, contrapondo o interdiscurso da mídia e das instâncias adversárias que o colocavam em situação delicada, construindo um *etos* de ingenuidade e/ou oportunismo.

Parece claro que os encadeamentos discursivo-argumentativos do proferimento de Lula em 2007 visam, de um lado, a construir a credibilidade do enunciador como instância mandatária que cumpriu com boa parte suas propostas de governo, buscando construir, a partir da prestação de contas, um *etos* de competência e de seriedade, e um *patos* de confiança e identificação por parte do auditório, exemplo — “*Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo*”. De outro lado, os encadeamentos discursivo-argumentativos visam reconstruir junto ao eleitorado a confiança na honestidade e integridade do orador. Nesta perspectiva, o orador ancora novamente seu plano de governo baseado na continuidade de programas voltados para as causas sociais no Brasil.

Tematizando uma identificação com grande parte de seu auditório (povo), Lula apresenta-se, nos exemplos, como: corajoso, sério, determinado, humilde e grato — a) “*O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo*”; b) “*Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada*”; c) “*Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar*”.

Assim, a argumentação está ligada à apresentação de um ponto de vista do locutor, dessa forma, deve-se considerar que o locutor realiza um ato que expressa certo ponto de vista relativo a uma proposição, seguido de outro ato que constitui a tentativa de justificação desse ponto de vista, exemplo — “*Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada*”. Assim, a ação retórico-argumentativa desse discurso político de posse é dirigida a: descrever ações que envolvem a avaliação de ganhos e vantagens no percurso do mandato do político reeleito, e o desejo de continuidade desses ganhos e vantagens:

LULA – (1-6; 2007) Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, VIVI A EXPERIÊNCIA MAIS IMPORTANTE DE MINHA VIDA a de assumir a presidência do meu País. NÃO ERA APENAS a realização de um sonho individual. O que então ocorreu foi o resultado de UM PODEROSO MOVIMENTO HISTÓRICO DO QUAL EU ME SENTIA E AINDA HOJE ME SINTO PARTE E HUMILDE INSTRUMENTO. Pela primeira vez, um HOMEM NASCIDO NA POBREZA, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, A LONGA JORNADA DE UM RETIRANTE, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima

de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto. Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.

Desse modo, a sequência narrativa que abre o pronunciamento de posse situa o enunciador diante de um auditório que lhe já é conhecido, exemplo — “*Quatro anos atrás, NESTA CASA, em um primeiro de janeiro, vivi A EXPERIÊNCIA MAIS IMPORTANTE de minha vida a de assumir a presidência do meu País*” - nessa situação, de reeleição, o orador reconhece a necessidade de reafirmar o seu contentamento perante a confiança que lhe foi dada no passado, permitindo um posicionamento de um chefe de estado que pretende deixar claro o seu compromisso para com a nação, o que pode ser evidenciado pelo contraste *patêmico* das expressões — “*sonho individual*”, “*poderoso movimento histórico*” e “*humilde instrumento*”. A modalização — “*não era apenas*” — ressalta o caráter grandioso da ação pretendida pelo locutor: “*um poderoso movimento histórico*”; respondendo a um interdiscurso, o orador declara que mais que um desejo individual, foi na sua visão um poderoso movimento histórico, a qualificação a partir do adjetivo “poderoso” funciona como um ‘amplificador’ para a construção da imagem do orador e aponta para um estado mental de satisfação e engajamento⁵⁷; colocando-se como envolvido na ação tão importante para a transformação da nação nos quatro anos anterior. Ressalta-se o *etos* batalhador e solidário (defender os interesses dos mais pobres) consolida um argumento pelo sacrifício, que ressalta o valor persuasivo de causa em prol do auditório. A *patemização* pode ser pressuposta na demonstração de uma consciência política de entrega total ao trabalho público.

Dessa forma, apesar dos obstáculos econômico-sociais, Lula relata seu percurso de luta e persistência por uma vida melhor, buscando apoio em um estereótipo popular, semelhante ao das classes menos favorecidas; reafirmando a possibilidade de mudança de uma realidade sofrida para outra de vitória, de conquista aparentemente impossível, para uma realidade possível a partir de sua eleição em 2002, e reeleição em 2006. Tal relato pretende um efeito perlocucional sobre o auditório de encorajamento e admiração. Existe uma projeção de suas conquistas como sendo também as conquistas da massa, exemplo — *expressão de um projeto coletivo* — o espelhamento realizado a partir do relato de sua trajetória é um modo de aproximar e sensibilizar o auditório, refletindo a intencionalidade do orador de persuasão do interlocutor.

⁵⁷ O orador assevera que AINDA continua engajado como um humilde instrumento, ou seja, ele reforça a imagem de afeição ao movimento, de apoio incondicional e aparece como homem totalmente devotado, sendo um humilde instrumento.

Evidentemente que tal tematização de humildade e engajamento político de si mesmo apela para efeitos patêmicos, buscando provocar a admiração e identificação das instâncias alocutárias. Nesse sentido, na tentativa de captação do auditório, Lula, sendo pernambucano, apela para o imaginário coletivo que compõe a figura do imigrante nordestino, como aquele que resiste e sobrevive às adversidades naturais e sociais. Essa sequência narrativa de valor ilocucional assertivo, terá um efeito perlocucional de autoelogio. O ato assertivo, modo afirmativo de Lula pretende ser um relato de um percurso “de um homem pobre” (qualquer) que venceu na vida, mas na medida em que instaura em seu discurso a expressão — *pela primeira vez* — restringe esse fato como sendo algo inédito; é sabido que alguns homens pobres venceram na vida, no entanto, é *a primeira vez* que um homem pobre se torna presidente da república (e se reelege), então, isso o torna, dentre os possíveis ocupantes da categoria homens pobres que venceram na vida, o mais importante, ao menos naquele contexto sócio histórico.

Aliás, Lula, enfraquecido pelas críticas a sua base política, busca ressaltar no discurso de reeleição suas qualidades individuais e, assim, deixa de lado o bordão do companheirismo exacerbado do discurso de 2003, buscando mostrar-se em 2007 a partir de um *etos* paciente, persistente, impetuoso, íntegro e corajoso:

LULA – (9-15; 2007) Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente. É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, **sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar. Sou igual quando volto a conjugar**, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas **sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.**

Os atos de fala assertivo⁵⁸, modo afirmativo, representam uma estratégia do orador refletida na organização sintagmática dos enunciados, parece-nos uma estratégia de ratificação e fixação/projeção de um ‘perfil’ político calcado no uso perfectivo e performativo da forma verbal — “*SOU*” — e no contraste entre os adjetivos — “*Diferente e Igual*”. A

⁵⁸ Pelo caráter subjetivo das proposições, poderíamos considerar os atos 10-15 quase como expressivos, bem mais que assertivos, ainda mais pelo teor perfectivo e performativo do uso da expressão (*Eu*) *sou*...

caracterização *etótica* do homem público nesse momento histórico-político é muito importante, visto que o governo *lulista* sofria duras denúncias e críticas que ligavam o partido petista e a base aliada às ações de corrupção do “mensalão”. A gradação estabelecida pelo orador – Mundo, Brasil, Eu – aparece como um ‘atenuador’; o argumento para a sua tese (*tudo é igual, mas é profundamente diferente*) de que mudanças ocorreram e precisam ocorrer, mas que existem “princípios” éticos que não mudaram. As palavras “honestidade” e “desonestidade”, “retidão de princípios”, tão comuns em pronunciamentos anteriores se transformam, de algum modo, em “consciência dos limites”. Assim, exime-se de culpa e reafirma-se o compromisso com o país e busca-se da participação do povo, exemplo – *“Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros”*. Como os compromissos não são declinados, os fragmentos discursivos reforçam a coragem, mas destaca uma falácia: ao dizer que é diferente na “consciência madura”, permite ao auditório a oportunidade de reconhecer que, antes, isto é, no primeiro mandato, possuía uma consciência imatura. O presidente parece ter-se esquecido de que o *etos* guarda a marca da estrutura que conforma a tradição de um povo, seu “espírito”, mas também comporta os influxos da ação dos sujeitos e das pressões conjunturais que interagem com essa estrutura, em determinado tempo histórico (RODRIGUES, 2007).

Assumimos a posição de que para tratar da categoria *etos* é preciso considerar dois aspectos: i) o *etos* enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz; ii) o *etos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Desse modo, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2011).

A dinâmica dessas proposições pode ser caracterizada como uma tentativa do orador de ‘relativizar’ posições aparentemente antagônicas, *igual X diferente*, e a partir desses predicados qualificativos constroem sua caracterização como homem público (*etos*) e do seu governo. A escolha de predicados tão genéricos e tão vagos (igual e diferente), aparentemente, segue uma direção argumentativa idêntica⁵⁹. Sendo assim, toda qualificação

⁵⁹ Outro ponto interessante dessa escolha é o contraste com o “tema” do primeiro pronunciamento de Lula (2003) em que ele ancorou o seu discurso em cima do verbo MUDAR, de caráter comissivo. Já nesse discurso de

dada para igual ou diferente será de modo a reforçar ou (re)orientar sempre para um aspecto positivo do orador ou do governo; mesmo quando se tematiza algo “negativo”, o outro predicativo é acionado como contra argumento “positivo”.

LULA – (40-50; 2007) Meus Senhores e minhas Senhoras, **um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. [...] Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.** Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo. Em outubro, **nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.** Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo. **É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.** Tenho plena consciência do que isso significa. **Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está dando certo, para consolidar as conquistas populares.** O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.

As imagens discursivas estabelecidas entre locutor e alocutário no discurso de posse parecem constituir um quadro de acordos e garantias que apontam para uma espécie de consenso do “bom” trabalho do mandatário. Quem enuncia, nesse momento específico, é a entidade dominante⁶⁰, na medida em que é ela quem manipula as coordenadas do discurso. É interessante, portanto, no discurso de posse, diminuir as divergências e tematizar a competência e seriedade do governo mandatário, por exemplo, – “a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo” –, e ainda, tematizar discursivamente o apoio e consenso do auditório – “nossa população afirmou de modo inequívoco” –, – “o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato”. No discurso de Lula (2003 e 2007), a instância alocutária aparece sempre como entidade ativa e participante das ações do governo, como entidade fundamental para a manutenção e avanço governamental, exemplo — “ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo”. No entanto, esse alocutário, ou melhor, esse auditório, não representa apenas a classe do eleitorado que votou em Lula, mas também o todo de uma classe política e

2007, ao se apoiar em dois adjetivos avaliativos, IGUAL E DIFERENTE, refletem o tom assertivo desse pronunciamento.

⁶⁰ Trata-se de um critério puramente operatório, que pode relativizar-se na medida em que se pense, por exemplo, numa análise conjunta de dois discursos oponentes com dois locutores que revezam os papéis de locutor e alocutário. Evidentemente que em alguns casos esse caráter de dominação pode estar ligado a outros fatores que não, necessariamente, à posse do discurso. (cf. OSAKABE, 1999)

mediática – “*ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos*” — nem sempre dispostas a apoiar o locutor.

Outro ponto é a expressão alocutiva, —“*meus senhores e minhas senhoras*” — que pretende estreitar a relação entre o orador e auditório, tendo entre eles um acordo de algumas teses previamente assumidas. No caso do discurso de 2007, a mudança da forma alocutiva “*companheiros e companheiras*”, para “*senhores e senhoras*”, estão estreitamente ligados ao modo como o locutor pressupõe a imagem que o alocutário faz do PT. O locutor não fala mais enquanto candidato de um partido que sofre duras críticas e investigações do Ministério Público, como na campanha eleitoral, fala como mandatário idôneo e acima de picuinhas partidárias; apresentando-se ponderado perante o auditório, por exemplo, buscando o consenso — “*Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções*”— “*Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa*”. O locutor pretende assumir uma imagem menos partidária, a opção por outra forma alocutiva não necessariamente precisa ser avaliada como sendo efetivamente o que ele pensa do ouvinte. A forma alocutiva vai se ajustando à imagem pública que o locutor imagina que o auditório faça de sua figura pública e privada. Mais uma vez, um contraste que evidencia isso é a estratégia alocutiva do discurso de 2003, “*companheiros e companheiras*” no qual o ator político deixava explícita sua base político-partidária. Conseqüentemente, em 2007, enquanto representante da nação, o locutor opta pela forma menos partidária e mais protocolar “*senhoras e senhores*”.

Nessa perspectiva, na tentativa de captar “em especial” um público, por exemplo — “*hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam*” — a identificação com esse público, não isenta o papel que esse orador deve assumir com o restante da nação, uma vez que reforçar que seu principal compromisso é com esse “interlocutor” menos favorecido, pode projetar indiretamente um *etos* demagógico e populista/opportunista.

No discurso de prestação de contas existe uma incidência maior dedicada à informação; a importância dessa finalidade tem como intenção persuadir o auditório pela imagem de competência e transparência do governo. Nos excertos acima, apresenta-se a estratégia do orador, baseando-se na correlação estabelecida entre elogio e a promessa, enfatiza uma forma de fusão e identificação do seu *etos* solidário de origem popular com um possível *patos* demagógico na sua relação com a população carente, exemplo — “*Nosso*

governo nunca foi, nem é populista. Este governo foi, é e será popular” –, o orador apresenta o seu governo como inédito e bem sucedido, visto que alcançou alto índice de aprovação, exemplo — *“é uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato”*. O perigo de trechos como esse reside na ênfase exacerbada de relações afetivas com uma projeção exclusiva do auditório, que é heterogêneo, e da louvação também exacerbada, visto que problemas ainda persistem na sociedade.

Na dinâmica desse discurso os atos de fala podem assumir um valor de “promessa”, respondendo à voz opositora representada por uma “Formação Discursiva” ligada à elite brasileira, segundo o orador, desagradada pela sua reeleição, por exemplo, — *“Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos e obtém a confiança do povo”, — “Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas” - de que de fato o governo não foi apenas um “momento” histórico, mas que se tratava de uma “revolução”, na medida em que possibilitou a “tomada de poder” das classes menos favorecidas, daí reafirmar o seu compromisso com as classes populares, com um tom de orgulho e regozijo, e mais, garantir a continuidade do modelo político administrativo.*

Ao relatar as ações do povo o uso do aspecto verbal perfectivo é bem significativo, por exemplo, — *“em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha”, — “Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo” — como sendo a confirmação de que está no caminho certo, Lula projeta sobre o auditório que o elegeu um estado mental de afeição, determinação, aceitação e convicção de que ele (o orador) é de fato um bom mandatário que muito fez e continuará fazendo, segue os exemplos: a) *“Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil”* — b) *“Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa”* — c) *“Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social”* — d) *“Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas”*.*

Outro ponto é que a opção por uma estrutura assertiva afirmativa ou preditiva, não necessariamente pressupõe uma promessa, no entanto, no discurso de empossamento, elas podem funcionar como garantias de ações a serem empreendidas pela instância produtora.

Quando Lula enuncia, por exemplo, — *“Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas”* — percebemos que tal proposição representa uma demanda para a instância produtora e receptora. Como dito anteriormente, o consenso é algo vital para o bom funcionamento da máquina pública, todavia, os sujeitos que a compõem são heterogêneos, compartilhando entre si diversos pontos de vistas, muitas vezes antagônicos, característicos das democracias, desse modo é necessário construir “instrumentos” que potencializem o seu bom funcionamento, para além de picuinhas partidárias. Quando afirmamos que o ato assertivo tematiza uma promessa, não dizemos que seja propriamente uma “promessa” com um objeto discursivo explicitado, do tipo: *Prometo investir na educação pública*. No caso do discurso político de empossamento a promessa pode vir de maneira explicitada por formas comissivas, ou indiretamente tematizadas pela ideia de uma “promessa” de continuidade, de engajamento, de dedicação, de trabalho etc.

O movimento inferencial que é derivado desse trecho responde a uma tentativa do orador de reafirmar seu compromisso⁶¹ com um segmento social. O movimento argumentativo das proposições é o de retomar e justificar as ações do orador no governo, tomadas como problemáticas, por um interdiscurso da oposição. Lula destaca sua competência e de seu governo ao valer-se de uma metonímia que transforma o termo “*meu governo*” em “*Brasil*”: — *“O Brasil é melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia”*. Tais afirmações, ainda que generalizantes, servem como argumento para defesa da competência e seriedade do locutor.

Assim colocados, tais argumentos apelam para a crença de credibilidade do auditório particular, aqueles que votaram a favor da reeleição; no entanto, são pouco significativas para o restante da população que, por certo, buscava concretude nas afirmações do presidente. Nesse caso, a argumentação existe como prova em si mesma, distante da demonstração e, cremos perigosa, pois coloca parte do auditório em desconfiança. Mesmo que o destaque de elementos positivos provoque um *patos* agradável no ouvinte, pode gerar efeito contrário, podendo ser interpretado como oportunismo. Por outro lado, um discurso detalhista demais não prende a atenção das massas, e não condiz com o perfil do ator político Lula.

No excerto abaixo, o enunciador constrói uma espécie de *etos* de “herói” consciente, tentando associar sua imagem à de protetor dos desvalidos:

⁶¹ Uma das críticas políticas feitas a Lula e ao seu Governo são os inúmeros programas de apoio e inclusão social, sendo considerado pela oposição um político “populista”, que se vale desse artifício como fomentador de campanha eleitoral.

LULA – (26-29; 2007) O trabalhador brasileiro **ainda não** ganha o que realmente merece, mas temos hoje **um dos mais altos** salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos. Criamos **mais de** 100 mil empregos por mês com carteira assinada, **sem falar das** ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando **mais de** 7 milhões de novos postos de trabalho. O Brasil **ainda precisa** avançar em padrões éticos e em práticas políticas. Mas **hoje é muito melhor** na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes.

Desse modo, em relação ao excerto acima poderíamos organizar dois grupos de atitudes do enunciador: a) aquelas que têm o valor de exaltação — *“realmente, um dos mais altos”, “muito melhor”, “sem falar”* — que reforçam feitos alcançados pelo primeiro governo; e b) aquelas que têm um valor restritivo — *“ainda não”, “ainda precisa”* — que marcam metas ainda a serem alcançadas. Assim, o orador se pronuncia como conhecedor dos problemas do povo e defensor dos trabalhadores. Os substantivos, “salários mínimos”, “empregos”, “eficiência dos mecanismos de controle”, como se nota, vêm acompanhados de termos amplificadores. O presidente procura pintar um quadro positivo de seu governo e o faz por meio de figuras adverbiais e modais bastante expressivas.

Buscando imprimir concretude e valor positivo ao *status* social brasileiro conquistado, o ator político tematiza as conquistas do governo ao longo do seu mandato. Como dito anteriormente o discurso de prestação de contas é feito com uma visada persuasiva, mas sob a aparência de uma visada informacional. O discurso de empossamento de reeleição não se justifica senão à medida que é dirigido a um auditório ciente das realizações do locutor. No entanto, o locutor não pode dizer que todas as demandas das instâncias alocutárias foram sanadas, ou seja, existe algo que ainda não foi feito, ou ainda precisa ser aprimorado. Desse modo, a justificativa para a reeleição são ações empreendidas pelo ator político ao longo do mandato, e a necessidade de conclusão de outras ainda em andamento.

Observe alguns enunciados que apontam para esse aspecto do discurso de empossamento de reeleição:

LULA – (61-62; 2007) Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. **Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado [...]**

(91-100; 2007) Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será **o governo do desenvolvimento**, com distribuição de renda e educação de qualidade. **Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.**

O projeto discursivo de Lula em 2007 busca provocar sobre o auditório certa confiança, conforto e esperança no futuro: como frutos do trabalho incessante do orador na mudança do país nos quatro anos de governo passados. Dessa forma, o locutor apresenta as realizações do governo que financiam a continuidade das suas ações: — *“Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado”*—, projetando sobre o auditório uma avaliação positiva do governo. Percebemos no excerto acima, a responsabilidade reassumida pelo orador, o desafio é assumido com disposição. O discurso epidítico coloca o orador como um político corajoso, consciente e responsável pelo crescimento e desenvolvimento do Brasil. Um político que sofreu “perseguição” por lutar pela inclusão socioeconômica das classes pobres: — *“o bolsa família, principal instrumento do fome zero saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados teve duplo efeito”* —, mas cuja atitude foi reconhecida internacionalmente: — *“obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países”* —.

Diante do exposto, percebe-se que o orador recorre ao discurso laudatório (epidítico) na tentativa de seduzir, manipular e convencer o auditório. Primeiramente, projetando um *etos* de homem do povo, vencedor, persistente e batalhador, totalmente dedicado ao país. E segundo, ao tematizar as ações do seu governo, o orador remete ao auditório a ideia de sucesso administrativo, e compromisso com as causas sociais. Essa correlação denota claramente a busca de captação do auditório.

Finalmente, o que demonstramos até aqui é que a eficácia da palavra não depende, somente, do que o orador enuncia, mas da imagem que se faz daquele que a enuncia e do poder do qual ele está investido aos olhos do auditório. A instância política a partir de avaliações e autoelogios à sua trajetória de vida e prestação de contas sob a forma de argumentos que projetam um *etos* de competência e seriedade compromete-se, em seguida, com a continuidade e melhoria dessas ações, através de atos de fala comissivos que projetam um *patos* de confiança e desejo de continuidade administrativa.

3.3 Análise do Funcionamento Geral dos Atos Ilocucionais.

"Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante. Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes." (ROSA, 1996)

Nas seções anteriores, fizemos uma análise do discurso de posse, enfatizando o ato de linguagem (contrato comunicacional) e as provas retóricas (etos, patos e logos), neste momento nos propomos analisar uma parte dos atos comissivos e assertivos no proferimento de posse-eleição e posse-reeleição de Lula e Aécio Neves.

Salientamos que muitas questões relativas ao funcionamento ilocucional dos atos de fala, no discurso de empossamento, já foram apontadas e analisadas em outras partes desta dissertação. E, conforme já explicitado, a nossa hipótese partiu da suposição de uma correlação mútua entre o ato comissivo e assertivo no discurso de primeiro empossamento; e da correlação inversa entre ato assertivo e comissivo no discurso posse-reeleição. Ao destacar estes dois tipos de atos, procuraremos demonstrar como eles funcionam no interior do discurso político de posse-eleição e posse-reeleição.

3.3.1 Análise do funcionamento dos atos comissivos e assertivos no discurso político de posse.

Para uma melhor compreensão do discurso de posse e para fins de análise, primeiramente, apresentaremos considerações gerais sobre o funcionamento dos atos de fala comissivos e assertivos no discurso de posse-eleição (2003) e posse-reeleição (2007)⁶², e, em seguida, estabeleceremos a análise de alguns exemplos. Achamos oportuno analisar esses atos nos dois contextos de empossamento, eleição e reeleição, visto que grande parte desses atos parece orientar-se para dimensões de uso indireto no discurso de empossamento.

⁶² Estabeleceremos nesta seção uma análise conjunta dos enunciados de ambos os mandatários empossados, Aécio Neves e Lula.

• **Retomando Aspectos Teórico-metodológicos: as implicações.**

Procuramos demonstrar, nas duas primeiras seções deste capítulo, como tal correlação entre os atos (CO/AS) manifestou-se no discurso de posse ancorado em outros aspectos da enunciação – primeiramente pelo *ato de linguagem* representado pelo contrato comunicacional e, segundo, pelas construções *etóticas* e efeitos *patêmicos* pretendidos sobre o auditório. Sendo assim, os atos de fala poderão ser avaliados tanto por seus componentes estruturais, quanto por suas finalidades discursivas e retórico-pragmáticas, sempre destacando o papel importante de cada uma destas dimensões nos processos de interação verbal.

Como vimos, na primeira parte desta dissertação, a força ilocucional é definida a partir de um conjunto de parâmetros: um ponto de realização (P), um modo (M), condições sobre o conteúdo proposicional (CCP), condições preparatórias (CP) e condições de sinceridade (CS).

Sendo assim, achamos oportuno apresentar a seguir as implicações envolvidas na manifestação dos atos comissivos e assertivos:

Esquema Implicações⁶³:

Comissivos:	Assertivos:
Projetam uma ação futura do locutor que só é concebida depois de sua enunciação;	Reportam um estado de coisas que preexiste antes de sua enunciação;
A linguagem tem a função de comprometer o locutor com uma ação futura que realizará (a seu favor, ou em favor do alocutário);	A linguagem desempenha o papel de apenas descrever um estado de coisas, que é independente dela e caracterizado na forma de como ele se apresenta para o locutor;
O fato relatado não comporta um julgamento de F/V, mas valores axiológicos sobre o comportamento do locutor em relação ao alocutário (isto é, legítima ou ilegítima).	O fato relatado comporta, então, um julgamento do seu valor verdade (Falso ou Verdadeiro).
Pressuposto: o locutor é capaz de realizar a ação.	Pressuposto: o fato é verdadeiro.

Segundo Mari (1998)⁶⁴, a atividade político-parlamentar costuma ser avaliada em razão de um conjunto de atos discursivos que são utilizados ao longo de uma campanha

⁶³ Esquema retirado de síntese de aula: Disciplina: Análise do Discurso, Tópico: Aspectos da Teoria dos Atos de Fala. Fundamentos da Teoria - MARI, 2010.

eleitoral, geralmente, representando *promessas* que costumam compor o elenco das intenções do locutor que também podem ter o teor ideológico; e de *críticas*, que segundo Mari (idem), compõe a estratégia de identificação ideológico-partidária da instância produtora.

O ato comissivo promessa assume, no discurso de posse-eleição, um caráter muito mais heterogêneo, quando comparado à sua realização na situação de campanha eleitoral, exatamente porque o discurso de posse-eleição representa a transição de um discurso eleitoral (projeções) para um discurso de governo (realizações). As condições de conteúdo proposicional não são fixadas apenas em termos do tempo da realização verbal, implicado nas ações decorrentes da percepção de um proferimento “comissivo” ou “assertivo”, mas também do teor das propriedades dos itens lexicais e das relações entre os atos que podem ser determinantes para a percepção de facticidade de uma promessa ou simplesmente de um desejo ou conjectura do locutor, ou ainda, de uma afirmação ou de uma crítica.

Veremos mais adiante nas análises que, dividindo lugar com outros tipos de atos, os atos assertivos⁶⁵ têm o caráter avaliativo (afirmações, comparações, justificativas, condições, previsões etc.) que terão uma recorrência e marcação de ponto e modo frequente nesse tipo de discurso, pois, de certo modo, são eles que financiam as realizações comissivas de promessa (desejo e intenção) do locutor, os comissivos no discurso político dificilmente apresentarão o performativo “prometo”.

Grosso modo, para que um ato ilocucional seja satisfeito, é necessário que, na situação interlocutiva, o locutor realize o ponto ilocucional (X) sobre a proposição (Z) e esse proferimento satisfaça um conjunto de condições enunciativas (AUSTIN, 1990; SEARLE, 2002; MARI, 2001). Desse modo, pressupõe-se que o locutor possua condições preparatórias específicas para a realização de um ato de fala em determinados contextos. E por fim, é necessário que ele exprima determinados estados mentais que possam refletir/justificar discursivamente sua condição de sinceridade (SEARLE, 1995).

A Condição de sinceridade parece-nos importante, para uma depuração maior dos atos comissivos e assertivos no discurso de posse (2003 e 2007). Observe a síntese dos aspectos intencionais⁶⁶ envolvidos no agenciamento desses atos nos dois contextos de empossamento:

⁶⁴ Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: Análise da promessa e da Crítica.

⁶⁵ Importante salientar que geralmente os enunciados assertivos são compostos por macroproposições que apresentam uma frequência de aparecimento de atos expressivos (elogios, críticas, estranheza etc.) que também influenciam no modo como as promessas são tematizadas.

⁶⁶ Apesar de não termos trabalhado com a Teoria da Intencionalidade, proposta por Searle, acreditamos que esse arcabouço teórico nos fornece um referencial metodológico e epistemológico importante para a compreensão do agir dos atores políticos no discurso de posse. Entretanto, faltou-nos fôlego para essa empreitada. Uma vez que já tínhamos como proposta coadunar a Semiologia, a Retórica-argumentativa e a TAF. Portanto fica aqui o desafio para quem sabe trabalhos futuros.

Discurso de posse-eleição:

- i) No discurso de posse-eleição, o mandatário tem como objetivos de seu discurso: (a) criticar as ações do governo anterior – realização direta - e prometer avanços e melhorias que não foram contempladas pelo adversário – realização indireta; e/ou (b) prometer avanços e melhorias que não foram contempladas pelo adversário – realização direta e criticar as ações do governo anterior – realização indireta.

Observe o esquema:

EC:	Discurso de um mandatário eleito pelo voto popular discursando em uma cerimônia de posse.
EM: certeza & desejo	“Criticar”: CRE (P) & CRE (ênfatisar negativamente) (P) → DES (expor) (P) & Loc (deseja mudar) (P) (a partir de (P’)) “Prometer”: CRE (Nec P) → (forte) DES (P)
Condição sobre P	(P) é algo que o adversário poderia e/ou deveria ter feito e não fez. Logo, o locutor se compromete a realizá-lo.

Observe a análise do seguinte trecho do discurso de Aécio Neves:

Empenharei todos os esforços do Estado na valorização dos policiais, não só trabalhando para melhorar a sua situação, como servidores do povo, mas também investindo em sua preparação técnica, em sua capacitação intelectual, no reconhecimento de seus méritos. (AN, 2003)

Sendo assim, o primeiro aspecto a ser apontado é a marcação da posição actancial do sujeito (*empenharei*). O locutor, marcado na desinência verbal, explicita um forte desejo de realização de (p’) — valorização das instâncias militares — propondo ações como melhorar a sua situação militar no reconhecimento de seus méritos e investir na capacitação intelectual e técnica desse profissional. O compromisso assumido pelo locutor — “*empenharei todos os esforços do Estado*”— que dá aos policiais um lugar de destaque no projeto político-administrativo do novo governo é fruto de uma avaliação negativa da situação da classe militar. Dessa forma, se o locutor diz que empenhará todos os esforços do Estado é porque este importante segmento da agenda política não foi privilegiado da forma correta no governo anterior e demanda, portanto, ações compensatórias efetivas do novo mandatário. Assim, o locutor ao utilizar uma estrutura sintática acumulativa — “*não só... como também*” — tematiza as promessas a serem realizadas ao longo do mandato em favor dos servidores da segurança pública — valorização dos policiais: investimento na preparação técnica,

capacitação intelectual e reconhecimento de seus méritos. Depreende-se, assim, a crença de que as instâncias militares foram negligenciadas pelos antecessores, logo, é possível derivar um julgamento negativo sobre as ações não empreendidas pelo governo passado no processo de formação e reconhecimento do estatuto de servidores públicos, e do importante papel dessa classe na manutenção da segurança pública.

Portanto, vemos que a promessa orienta e, de certo modo, regula a estrutura do discurso posse-eleição, pressupondo os papéis enunciativos benfeitor e beneficiário a serem desempenhados e estabelecendo prioridades a respeito dos conteúdos temáticos a serem abordados. Nesta perspectiva, a promessa nasce da crença do locutor que o governo anterior não atendeu satisfatoriamente as demandas dos alocutários: primeiramente a instância militar — no reconhecimento e formação adequada — e segundo a instância cidadã — na qualidade na prestação de serviço de segurança pública.

Discurso de posse-reeleição:

- i) No discurso de posse-reeleição, o mandatário tem como objetivo de seu discurso: (a) relatar as ações do governo atual – realização direta – e auto elogiar as ações realizadas pelo mandatário – realização indireta; e/ou (b) prometer continuidade das ações do governo – realização direta e elogiar os avanços e melhorias do governo atual que não foram contempladas pelo adversário – realização indireta.

Observe o esquema:

EC:	Discurso de um mandatário reeleito pelo voto popular em uma cerimônia de posse.
Se certeza & desejo	EM: “Criticar”: CRE (P) & CRE (ênfatisar negativamente) (P) → DES (expor) (P) & Loc (deseja mudar) (P) (a partir de (P’)) “Prometer”: CRE (Nec P) → (forte) DES (P)
↓	
Então certeza & exaltação	EM: “Constatar”: CRE (realização) (P) → EXP (continuação) (P) “Autoelogiar”: CRE (P) & Nec (externar/enaltecer) (P) → EXP (continuação) P
Condição sobre P	(P) foi realizado pelo locutor, (P) foi benéfico ao alocutário e merece ser continuado, logo (P) é elogiável.

Observe a análise do seguinte trecho do discurso de posse-reeleição de Aécio Neves:

Em todos os setores da administração os investimentos se multiplicaram. Na Saúde, cresceram de 330 milhões para 775 milhões; na Educação, de 56 milhões para 227 milhões; NA SEGURANÇA, DE 20 PARA 247 MILHÕES, nos Transportes, de 259 para 712 milhões. (AN; 130-31; 2007)

O locutor apresenta os resultados de sua gestão, pode-se observar que, no excerto acima, o locutor enfatiza a eficiência do governo fundamentando-a em dados numéricos que apontam o crescimento exponencial dos investimentos do estado em setores privilegiados da gestão pública, por exemplo, — *“na saúde... na educação... na segurança... nos transportes”*. Para contraste com a análise apresentada anteriormente em relação ao primeiro quadro focaremos a questão da segurança pública no discurso de posse-reeleição. Segundo a informação apresentada pelo locutor, os investimentos na área de segurança pública saltaram de *“20 para 247 milhões”*; isso representa quase doze vezes o investimento do governo anterior – podemos deduzir assim, indiretamente, uma crítica à gestão do antecessor, evidenciando o descompasso entre ambas as gestões. Isto é, SE no primeiro discurso, posse-eleição, argumentou-se que na gestão anterior a segurança pública – e outros segmentos da agenda política-administrativa – não receberam os investimentos devidos, e, portanto, o locutor se comprometeu com ações compensatórias para esses segmentos, ENTÃO, no segundo discurso, posse-reeleição, é necessário enfatizar estas realizações, sendo assim — SE crítica ao governo anterior, ENTÃO elogio ao governo atual — SE elogio as ações do governo, ENTÃO promessa de continuidade e melhoria na gestão pública (KOCH, 2000).

Nesta perspectiva, a presença dos dados no discurso de posse-reeleição tem a função de reforçar a imagem de competência desse locutor. Além disso, comprovar o engajamento do ator político no cumprimento de suas propostas de governo (2003) — *“empenharei todos os esforços do Estado”* — em que explicitava um forte desejo de realização de (p’) — valorização das instâncias militares. Depreende-se, assim, a partir da informação de investimentos de — *“20 para 247 milhões”* — a crença de que as instâncias militares foram contempladas pelo governador, assim, é possível constatar uma avaliação positiva sobre as ações empreendidas pelo governo no tratamento dado às esferas políticas administrativas basilares: saúde, educação, transporte e segurança.

Essa correlação entre elogio e crítica pode estabelecer a demarcação de posicionamentos políticos-ideológicos bem marcados. Observe a ênfase do locutor em asseverar a eficiência do governo e o desejo de continuidade:

Fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível. E quando o fizemos, percebemos que precisamos fazer sempre muito mais. Que não podemos descansar sobre os êxitos já alcançados. Nosso olhar atento deve estar sempre voltado não para os obstáculos superados, mas para o que ainda falta fazer. (AN; 140-143; 2007)

Dessa forma, cria-se a expectativa de que o sucesso do primeiro mandato venha a se repetir. Observe que aqui existe certa convicção (forte crença) do locutor do sucesso de seu governo — *“fizemos, senhoras e senhores mais do que muitos imaginavam possível”* — em que aponta para a superação de expectativas contrárias. Todavia, o próprio locutor deixa subentendido que existem demandas ainda a serem contempladas ou aprimoradas pelo governo, por exemplo, no trecho — *“precisamos fazer sempre muito mais”*. Esse encadeamento de enunciados marcados pelo caráter factivo reiterado pelo verbo “fazer” — *“fizemos”, “fazer sempre muito mais”* — é estratégico na fala do locutor na apreciação positiva do seu governo. Isto, porque o elogio resulta do julgamento positivo de um estado de coisas em seu governo resumido como — *“êxitos já alcançados”* e *“os obstáculos superados”*.

- **Análise geral: sobre os comissivos e assertivos no discurso de posse-eleição de Lula**

Nessa perspectiva, os exemplos considerados com força ilocucional realizados no ponto comissivo, cujo modo de realização se traduz pela promessa (desejo, intenção), pressupõem que o locutor efetive sua enunciação comprometendo-se a realizar uma ação futura benéfica ao alocutário. Portanto, um dos aspectos relevantes para nossa análise é considerar a direção de ajustamento mundo-palavra dos comissivos, pois implica a realização de uma ação representada no conteúdo proposicional a ser desencadeada num momento subsequente ao da enunciação. Além dessa ação projetiva do locutor, uma promessa implica também que o seu conteúdo proposicional deva ser benéfico ao conjunto dos alocutários a que ela está sendo destinada, isto é, à sociedade em geral ou a segmentos dela, nesse caso.

Observe o exemplo retirado do discurso de Lula:

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. (Lula, 41 - 2003)

No proferimento acima, o propósito ilocucional do ato consiste na tentativa de o locutor levar o ouvinte a crer na sua intenção de realizar (p') — *acesso à terra*. Tal ato de fala

comissivo tem por propósito comprometer o falante em relação ao interlocutor. Nessa medida, conforme podemos perceber no excerto, o locutor marca-se pela primeira pessoa do plural no verbo “*vamos*”, pelo qual a instância mandatária, ao se valer do performativo “*garantir*”, se compromete com a instância alocutária que é representada, no discurso, por uma coletividade social, marcada socialmente pela falta de oportunidade e alimento, da qual o locutor se diz fazer parte, presença esta marcada nos sintagmas “*mesa de todos nós*” e “*o nosso feijão com arroz*”. Em outros termos, ao dizer “*vamos garantir*”, Lula se compromete em “*garantir*” “*para quem quer trabalhar*” acesso à terra, não apenas por uma questão de justiça social, mas por que isso beneficiará, consubstancialmente, a sociedade brasileira nos seus aspectos mais primitivos: a alimentação e a dignidade humana.

Tal promessa é feita por meio de um conteúdo proposicional construído sob uma forma acumulativa a fim de apontar um argumento pragmático do tipo — “SE acesso à terra, ENTÃO maior produção agrícola”, — “SE maior produção agrícola, ENTÃO maior distribuição da alimentação básica”, — “SE acesso à terra, ENTÃO mais trabalhadores”; outro objetivo evidente é — “SE aumento da produtividade, ENTÃO aumento da exportação agrícola”. Mas para que isso seja possível, o locutor sabe que, no decorrer de seu mandato, deverá desenvolver um conjunto de ações para que a realização dessa promessa “*acesso à terra*” seja bem sucedida, isto é, tal promessa não depende exclusivamente do desejo do locutor, existem outras instâncias socioeconômicas envolvidas que influenciam na realização dessa proposta, principalmente dos grandes latifundiários brasileiros.

Diferentemente dos comissivos que acionam a direção de ajuste *mundo-palavra*, já que demandam uma ação futura do locutor pretendendo alterar um estado de coisas no mundo em benefício do alocutário, no discurso de posse-eleição também aparecem os assertivos cuja direção de ajustamento é *palavra-mundo*, isto é, quando o ato ilocucional é satisfeito, seu conteúdo proposicional se ajusta a um estado de coisas existente, isto é, seu objetivo é representar como as coisas são no mundo.

Observe outro exemplo do discurso de Lula:

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. (Lula, 25 e 26 – 2003)

O objeto discursivo do nosso exemplo pode ser entendido como um ato assertivo representando uma opinião do locutor reprovando um estado de coisas. Trata-se de um ato de

fala assertivo que pretende questionar a realidade social brasileira. Ao afirmar as qualidades do país [Brasil] “*terras férteis*” e “*gente que quer trabalhar*”, ele reprova o fato de milhões de brasileiros não terem acesso à alimentação básica. A presença da conjunção argumentativa adversativa “no *entanto*” aponta para o fundamento da reprovação feita pelo locutor de um estado de coisas representado no conteúdo proposicional por — “*milhões de brasileiros... sem ter o que comer*”. O uso do assertivo, nesse contexto, apela para o aspecto *patêmico* de indignação e condições adversas do auditório. Ao estabelecer o contraste entre essas duas realidades, o locutor busca convencer o auditório da necessidade e emergência de ações que mudem essa situação, que na visão do locutor foi fruto do comodismo das instâncias adversárias que aprovavam — “*um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome*”. Ao reportar e avaliar negativamente esse estado de coisas, o locutor enfatiza o caráter paradoxal dos fatos, por exemplo, “*tantas terras férteis*” e “*com pessoas que querem trabalhar*”, no entanto, com “*milhões de brasileiros sem ter o que comer*”. Daí a possibilidade do locutor prometer — “*vamos garantir o acesso à terra*”— como ferramenta para o desafio do combate à fome e mudança social.

Ao fundamentar a promessa (*acesso à terra*) a partir do ato assertivo avaliativo negativo (*milhões de brasileiro sem ter o que comer*) o julgamento do locutor é de enfatizar os motivos da necessidade dessa promessa. A crença do locutor de que tal proposta é uma medida salutar para o desenvolvimento do governo, deriva do pressuposto de que, numa promessa sincera, o falante deseja, com franqueza, executar a ação futura que está enunciando — “*vamos garantir*” —, pois segundo o locutor está no seu alcance a realização do conteúdo proposicional descrito. Ao tematizar um verbo performativo como “*garantir*”, o locutor cria uma imagem de sujeito determinado a cumprir sua promessa. Com isso, o locutor gera certa tensão no discurso de (2003): garantir acesso à terra representa, indiretamente, apoio, por exemplo, ao MST (Movimento dos sem terra), grupo estigmatizado socialmente e repudiado pelo governo anterior, de FHC. A força de um performativo como “*garantir*” reforça a ideia de efetividade dos fatos descritos não como mero desejo do locutor, mas como extremamente necessário à manutenção do governo.

- **Análise geral: sobre a realização de comissivos e assertivos no discurso de posse-reeleição de Lula**

No caso do discurso de reeleição os atos assertivos geralmente apontaram para a continuação preditiva do modelo administrativo, por exemplo, —“*Continuaremos nesse rumo*”— ao reportar um estado de coisas enfatizaram as ações do locutor, isto é, mesmo quando o aspecto do fato era negativo, o locutor buscou evidenciar as ações empreendidas e/ou pretendidas por ele que foram ou que serão eficazes para sanar o problema ou demanda da instância alocutária.

Vejamos dois exemplos, o primeiro representando um ato assertivo:

Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado. Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado. (Lula, 61e 62 - 2007)

E o segundo comissivo:

Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. (Lula, 75 – 2007)

No discurso de posse-reeleição o primeiro exemplo assertivo, que é complementado pelo expressivo — “*Hoje a situação é bem melhor...*” — representa a avaliação positiva do locutor de seu governo. Observe que o locutor não explicita, ao certo, quais foram as dificuldades, ou prioridades enfrentadas, mas ele pressupõe que o governo desempenhou ações adequadas, pois, segundo ele, o governo foi bem sucedido, mesmo que não tenha sido “*inteiramente premiado*”, ou seja, alguma coisa impediu o sucesso pleno do governo⁶⁷. O caráter do expressivo exaltativo — “*a situação [brasileira] é bem melhor*” — aponta para essa avaliação positiva. Observa-se que a avaliação superficial apresentada pelo locutor no primeiro enunciado aponta para o desejo de continuidade expressa no segundo enunciado — “*temos um projeto claro a ser realizado*”— dessa forma argumenta-se que as ações empreendidas nos quatro anos de governo são “*os alicerces*” que possibilitarão dar continuidade ao novo projeto. Assim, é com atos assertivos que o locutor avalia positivamente o seu governo, enfatizando menos os desafios, e mais as realizações através da prestação de

⁶⁷ O que fica subtendido é que muito dos pontos negativos foram resultados de uma oposição elitista que não apoiava o fato de um presidente “popular” assumir o poder: “Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo”. (...) “Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas”. (Lula, 2007)

contas, apresentando a imagem de homem público engajado e competente na solução dos problemas do país.

No segundo exemplo, comissivo, pode-se observar que a proposição e a projeção de um conjunto de medidas representada pelo PAC são assumidas como garantia do compromisso assumido pelo locutor na realização de suas metas governamentais. Os objetivos assumidos pelo locutor na garantia do bem estar social apontam para o desejo de manutenção e ampliação de seu projeto político. As promessas representam a continuidade e aprimoramento do governo — *“Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos”* — e não mais a ruptura como no discurso de primeiro mandato (2003) — *“Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar”*. Ao enfatizar que lançará o Programa de Aceleração do Crescimento já no primeiro mês de mandato, mais que uma promessa, o ato de fala é uma garantia dada ao alocutário — *“estaremos lançando, já no primeiro mês”*. Esse compromisso é ancorado nas predições/projeções que o locutor apresenta nos enunciados anteriores, por exemplo, — *Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças (64)*. — *Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado (69)* — esse proferimento apresenta um efeito *patêmico* emergencial sobre o auditório.

É possível observar a patemização da posição social desse locutor como mandatário reeleito. O locutor apresenta-se como um sujeito disposto a dar continuidade a seu modelo administrativo por avaliar que seu governo foi bem sucedido, e se comprometer com o auditório em continuar e aprimorar o seu governo. Dessa forma, a patemização se vale dos efeitos perlocucionais de elogio e autoelogio, por exemplo, — *“Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida”*. Para propor atos comissivos no discurso de posse-reeleição, principalmente, promessas, é necessário reportar ações governamentais que foram bem sucedidas, prestação de contas, mesmo quando se comenta o aspecto negativo das ações menos eficientes propõe-se diretamente o seu aprimoramento, por atos que não chegam a ser necessariamente comissivos, mas preditivos.

O teor proposicional dos assertivos no discurso de posse-reeleição de Lula geralmente são explicações e predições do mandatário, as quais são apresentadas para convencer o alocutário do bom trabalho do locutor, funcionando assim, indiretamente, como comissivos. Outro ponto interessante dos atos assertivos é que geralmente todo desafio enfrentado pelo governo é tematizado como sendo fruto da ação ou descaso de um terceiro, e não por ineficiência ou incapacidade desse governo, por exemplo, — *“Não faltaram os que, do alto*

de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de “distribuição de migalhas””.

• **Análise das ocorrências ilocucionais em ambos os discursos de posse de Lula**

Neste momento, nos dedicaremos a analisar especificamente o funcionamento dos atos comissivos e assertivos, isso não significa que, eventualmente, não possamos comentar um ou outro ato de fala diferente (expressivo, diretivo ou declarativo) que ocorra no discurso de posse-eleição e/ou posse-reeleição.

Apresentamos um quadro geral dos atos ilocucionais reportados em ambos os discursos de posse de Lula:

Forças ilocucionais:	Posse-eleição (2003)	Posse-reeleição (2007)
Assertivos:	73 ocorrências	136 ocorrências
Comissivos:	54 ocorrências	17 comissivos
Expressivos:	14 ocorrências	17 ocorrências
Diretivos:	23 ocorrências	22 ocorrências

A expressão numérica desses atos de fala não traduz de imediato as circunstâncias em que se deve considerar a eficiência ilocucional deles: os números traduzem um reconhecimento convencional direto das forças e não usos indiretos que podem assumir. Como dito anteriormente, alguns desses atos apresentam uma caracterização complexa, podendo suscitar dúvidas quanto à marcação do modo de realização e, em algumas vezes, até mesmo do ponto ilocucional, visto que muitos atos ou compõem macroproposições e/ou estão interligados semanticamente.

O discurso de Lula procura obter a adesão do público e, entre outras estratégias, vale-se de sua identificação com classes populares para validar seus compromissos de campanha — *“reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais”*, — *“reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha*, — cujo objetivo final é culminar com esse sonho que se inaugura no seu governo, isto é: — *“chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou”*— visando

o bem estar das instâncias alocutárias — *“uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos”*. Outra questão que interfere na classificação ilocucional é a dimensão dos efeitos decorrentes da enunciação, que dificultam a determinação exclusiva do ato, isto é, se um ato assertivo preditivo pode ou não ser considerado como um comissivo “promessa” indireto, como no seguinte exemplo — *“Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização”*.

A ambiguidade funcional desse ato (assertivo: predição ou comissivo: promessa) deve-se ao fato de as ações nele contidas não contemplarem uma participação direta do locutor para a sua consecução, mas, certamente, o seu desejo de que isso aconteça. Em razão disso, argumentamos que mesmo que a associação entre um ato assertivo como predição tenha um caráter de suposição, de probabilidade, resguarda uma dimensão comissiva do desejo de alcançar esse estado de coisas. Dessa forma, muitos atos assertivos acabam sendo interpretados no discurso de posse-eleição como metas ou desafios de governo. Assim, pressupõe-se o desejo de superar tais desafios e/ou desejo de alcançar tais metas, mesmo que optemos por uma análise no ponto assertivo, modo predição. Em síntese, pela existência de exemplos como — *“O que outros países fizeram ainda nos séculos dezanove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos”* — que apontam para um hibridismo entre diretivo/comissivo, cuja estrutura proposicional — *“teremos”* — busca a adesão do auditório a proposições do locutor, evidencia-se também o desejo, nesse caso, de se realizar medidas na educação semelhantes à de outros países. Logo, devemos/podemos considerá-lo um comissivo indireto do tipo — *“Pretendo (prometo) realizar ações semelhantes às desses governos estrangeiros na promoção de uma educação básica de qualidade”*?

Em resumo, pode-se dizer que, apesar de as condições de realização ilocucional serem fixadas por parâmetros e que estas funcionem como critério de distinção de certos atos, há ainda muitas dúvidas a serem resolvidas, algumas das quais fogem ao escopo deste trabalho. Dessa forma, poderíamos admitir que, em circunstâncias apropriadas, assertivos pudessem funcionar como comissivos, e comissivos pudessem funcionar como assertivos, se não por seu aspecto ilocucional direto, então pelos efeitos perceptivos que suscitam no alocutário. Pretendo, sintetizando o conjunto de parâmetros definidores dos atos de fala comissivos e assertivos no discurso de posse, apresentar, esquematicamente, os aspectos constitutivos dessas forças no discurso em análise.

Tome-se o seguinte quadro com os cinco quesitos:

Parâmetros definidores do ato de fala ⁶⁸ :		
Ponto	Comissivo (direção mundo-palavra)	Assertivo (direção palavra-mundo)
Modo	Projeta uma ação do locutor que só concebido depois de sua enunciação.	Reporta um estado de coisas que preexiste antes de sua enunciação.
Condições de conteúdo proposicional	Verbos no futuro, o locutor se compromete em realizar ações benéficas ao alocutário.	Tempo verbal presente/passado ⁶⁹
Condições preparatórias	O locutor desempenha um papel institucional e terá de realizar ações futuras em favor do alocutário.	O locutor tem a capacidade de reportar/avaliar/projetar fatos governamentais.
Condições de sinceridade	O locutor tem consciência da necessidade de (p) e deseja a realização de (p) em benefício do alocutário.	Os fatos relatados são julgados como sendo verdadeiros.

A cooperação e imbricamento desses dois pontos no discurso de posse, a nosso ver, representam a expectativa do mandatário no desenvolvimento de suas obrigações públicas na garantia do bem estar social. O aspecto comissivo do discurso de posse-eleição é representado principalmente por promessas, intenções e desejos, e no caso dos assertivos marcados pelos modos: afirmativo, relato, conjectura e previsão.

Os atos de fala realizados no discurso de posse-eleição são caracterizados por induzirem uma ação futura do locutor a ser realizada num tempo subsequente ao de sua enunciação geralmente representados em verbos com papel temático agentivo, exemplos — *“Vamos dar ênfase especial...”* — *“Nesse sentido, trabalharemos para superar...”* — *“eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência...”*. Todavia, os comissivos são contrastados com assertivos que condicionam tais propostas marcadas pelo aspecto condicional, por exemplo, — *“De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo”*. Assim, como relatado no começo dessa seção, os atos comissivos implementados no discurso de posse-eleição partem de um planejamento político-administrativo do locutor, na tentativa de solucionar/mudar um estado de coisas cuja avaliação e/ou descrição é negativa evidenciada pelo uso de assertivos. Em

⁶⁸ É importante frisar que o quadro acima não contempla a diversidade de modos de realização dos atos assertivos e/ou comissivos.

⁶⁹ Existem também assertivos que apresentam o aspecto verbal futuro, os exemplos mais salientes são as predições e conjecturas.

contrapartida, no discurso de posse-reeleição, os assertivos tendem a ser usados para avaliar e descrever estados de coisas que representam realizações do governo atual, assumindo, portanto, um aspecto positivo de elogio.

O último parâmetro para o entendimento do ato de fala promessa corresponde às condições de sinceridade, podendo ser descritas a partir de atitudes proposicionais que expressam ou orientam estados mentais, intenções, desejos do locutor. Pode-se dizer, grosso modo, que o locutor de um ato de fala promessa manifesta o desejo de “ajudar” o seu alocutário, e ao prestar conta de seu governo apresenta estruturas avaliativas positivas que apontam para sua satisfação/orgulho e de seu alocutário, por isso, um dos motivos do discurso de posse-reeleição ser marcado pelo efeito perlocucional do autoelogio.

Relativo à condição de sinceridade, espera-se que, de fato, o locutor deseje, numa promessa sincera, beneficiar o alocutário, executando a ação futura de seu proferimento, pois o locutor acredita estar ao seu alcance realizar o conteúdo temático descrito. E no caso, do discurso de posse-reeleição espera-se que, de fato, as declarações do locutor sejam verdadeiras e estas sirvam de garantia de continuidade do governo.

No entanto, evidentemente existirão restrições⁷⁰ ilocucionais advindas do tipo de contrato de comunicação que é estabelecido com o auditório nos dois casos. No caso dos exemplos trabalhados nesta dissertação, tais restrições correspondem ao momento político que envolve o ator político e o auditório para qual é proferido o discurso. Isso poderá refletir no modo como os enunciados serão organizados. Sendo assim, dada as condições acima especificadas para sua realização, segundo Mari (1998), a promessa não fica subordinada à ocorrência de um verbo performativo. Para ele embora assumindo valores e funções diferentes, uma promessa não existe em razão do atendimento a uma ou a parte das condições acima descritas: “uma promessa para a qual falante/ouvinte podem reivindicar pretensões ao sucesso deve adequar-se, em princípio, à totalidade dessas condições”.

• **Análise das ocorrências ilocucionais nos discursos de posse de Aécio Neves**

Na seção anterior comentamos sumariamente sobre o funcionamento das direções de ajuste dos assertivos e comissivos. Prosseguiremos em nossa análise apontando aspectos do

⁷⁰ O discurso de posse tematiza promessas mais genéricas, diferentemente das campanhas eleitorais em que se pressupõe maior tempo para explicitação das promessas a partir dos programas político-administrativos.

funcionamento ilocucional dos assertivos e comissivos nos discursos de posse de Aécio Neves. Vale a pena observar, que a promessa não é usada explicitamente pelos oradores em sua forma plena, através do performativo canônico. Ela costuma ser até mesmo repudiada nessa forma de discurso — *“Nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz” (AN, 2007)* —, devido ao desgaste e ao aspecto negativo que tal performativo assumiu no cenário político. Isso faz com que o ato de fala promessa precise ser interpretado a partir dos diversos formatos linguístico-enunciativos, onde o locutor expressa o teor comissivo, através do desejo, da intenção, do seu compromisso assumido com o cidadão.

Por outro lado, a força assertiva é sempre frequente e funciona como “alavancagem” para os comissivos. Primeiramente, pelas ações descritivas e avaliativas, e, depois, pelas conjecturas e predições presentes nos discursos de posse. É evidente que o processo enunciativo de posse não se resume a essas relações, existem outros atos envolvidos na constituição desse discurso - diretivo, expressivo e declarativo – para os quais não desenvolverei uma análise detalhada.

Pretendo agora, assim como no discurso de Lula, apresentar um quadro geral dos atos que aparecem no discurso de posse-eleição e posse-reeleição de Aécio Neves:

Forças ilocucionais:	Posse-eleição (2003)	Posse-reeleição (2007)
Assertivos:	123 ocorrências	130 ocorrências
Comissivos:	22 ocorrências	15 comissivos
Expressivos:	22 ocorrências	24 ocorrências
Diretivos:	10 ocorrências	11 ocorrências

De um lado, os assertivos são a classe ilocucional com maior regularidade no discurso de Aécio. Encontramos no discurso de (2003) e (2007) uma presença marcante de atos de fala assertivos cujo modo pode ser traduzido pelo relato, que acaba tornando o discurso de Aécio Neves enfadonho devido seu alto agenciamento e sua pouca relevância para as questões político-administrativas do estado, por exemplo, — *Quero lembrar aqui a grave constatação do eminente governador Aureliano Chaves, a de que a tão apregoada “astúcia” dos mineiros não passa de difamação histórica.* Outras formas assertivas de maior recorrência foram as conjecturas, por exemplo, — *“É melhor dar ferramentas às mãos vazias, do que as deixar disponíveis para as armas”* — as asserções condicionais preditivas, exemplo — *“Não haverá desenvolvimento econômico e político em nosso País, sem o apoio do povo mineiro, representado por suas forças políticas e econômicas”* — as avaliações e análises críticas —

“O desenvolvimento econômico não exige só capital; ele depende, sobretudo, da tecnologia e da organização racional do trabalho”, e as predições.

A mudança mais significativa na dinâmica dos assertivos do discurso de (2003) para (2007) é que os atos assertivos “preditivos” de (2003), por exemplo, — “Para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos, na criação de empregos, na produção agrícola e industrial, no incentivo aos pequenos e médios empreendedores” — concorrem, agora, com macro atos assertivos de prestação de contas de (2007), exemplos — “Os resultados aí estão: o PIB de Minas, em 2005, foi 4.7%, o dobro do obtido pelo Brasil” — “Atráimos cerca de 100 bilhões em novos investimentos”. Na medida em que agora é necessário o locutor reportar os fatos realizados e os benefícios adquiridos ao longo do mandato de (2003). Parece claro que o macro-ato de fala prestação de conta visa não só a construir a credibilidade do orador, como também a enfatizar um *etos* de competência e seriedade do locutor. O macro-ato de fala prestação de contas então funciona como argumento empírico para o ato de fala comissivo “promessa” de continuidade.

Do outro lado, as realizações comissivas em (2003) aparecem sob a forma de desejos, intenções, garantias/metast e promessas do locutor.

Observe os exemplos:

Tenho a esperança de servir aos mineiros na condução dos nossos esforços e de nossa vontade no trabalho de consolidação econômica do Estado [...] — Pretendo estimular as pesquisas científicas e tecnológicas de nossos órgãos próprios e incentivar os convênios específicos com as universidades, públicas e privadas, sediadas em Minas [...].

Nesses trechos é possível localizar claramente a força comissiva na superfície do enunciado, no primeiro, pela expressão “*tenho a esperança*”, em que o desejo de servir aos mineiros fica explicitado pela colocação subjetiva do locutor; e no segundo exemplo pela expressão “*pretendo estimular*” em que a intenção desse locutor de investir nessas áreas fica marcada na força semântica do verbo “*empenharei*” e seu aspecto verbal agentivo e durativo.

Nesta perspectiva, analisando o quadro acima, pode-se notar que a presença dos comissivos (22) é quase inexpressiva se comparado aos atos assertivos (123), mas isso decorre, acreditamos, primeiramente pela plasticidade do ato assertivo no discurso em geral. A sua forma menos marcada (delocução) possibilita sua realização indireta em outras dimensões que não a assertiva, além de apresentarem uma carga informacional necessária para fundamentar os outros atos, sejam eles comissivos, diretivos ou expressivos. Muitas vezes, para fundamentar seus elogios e/ou suas críticas, o ator político precisa recorrer a

certas afirmações dotadas de realizações factuais, de dados, de informações históricas e isso ele o faz através dos atos assertivos. É essa uma estratégia argumentativa de que se vale para convencer o seu auditório sem a necessidade de instaurar as formas comissivas em seu discurso.

Ao utilizar um formato linguístico-enunciativo, por exemplo, como — *teremos que continuar cortando as despesas públicas, a fim de garantir os serviços essenciais à população mineira* — pressupõe-se o desejo de manter ou se desenvolver ações futuras para alcançar esse estado de coisas, no entanto, esse encadeamento preditivo concorre com o ato comissivo promessa. Nosso raciocínio é o seguinte: existe uma ação futura descrita hipoteticamente e que pode ser alcançada pelo locutor — ‘cortar despesas públicas’ -, então, o locutor apresenta uma projeção de tal ação em seu governo, mas nada impede que ela assuma para o alocutário o valor de uma promessa. No entanto, ele acaba de assumir o poder, logo continuar cortando despesas é uma ação que se pressupõe imperfectiva, e de alguém que já desempenha tal ação, mas como? Se o locutor acaba de ser empossado, como poderia ele propor uma ação de continuidade num futuro próximo de algo que ele ainda não iniciou? Isso torna o seu ato complexo, ou até mesmo incoerente: incoerente, por fazer dele uma predição de continuidade de algo que ainda não existiu sob o seu comando; complexo, por ser um ato que evoca locutor e alocutários nessa tarefa. É possível que haja um segmento do próprio governo, e não a população, que esteja sendo incluído no rol dos alocutários.

Sendo assim, acreditamos que a percepção dos comissivos acaba ficando diluída pela presença dos atos preditivos, que de certa forma, mesmo apontando para intenções do locutor, não ficam evidenciadas sobre formas linguísticas marcadamente comissivas, isto é, de ações sobre a responsabilidade integral do locutor. Se nossa intuição estiver correta, isto justificaria a ideia de que muitos assertivos preditivos e avaliativos figurariam atos de fala comissivos “promessa” indiretos.

O mesmo ocorre no discurso de (2007), as formas preditivas apontam para a intenção de continuidade do modelo político administrativo em vigência, desse modo parece desnecessário o agenciamento dos comissivos, já que a prestação de contas é a garantia do locutor de continuidade do “bom trabalho” do governo atual e os preditivos são as novas metas a serem alcançadas.

Os expressivos, no discurso de posse-eleição, estão representados sob a forma de elogios às figuras públicas mineiras, exemplos — *“Tancredo teve, naquele momento, a bravura de Minas”* — *“Suceder a Vossa Excelência é uma honra a mais para este servidor do povo mineiro”* — e críticas à instância federal — *“A União não é mais a união, mas*

entidade de poder que se isola, ao sobrepor-se sobre os Estados” — “*Não pode o poder central arrogar-se o monopólio da cobrança dos principais tributos e a prerrogativa de os distribuir conforme seus próprios critérios*” —; já no segundo, por exemplo, os expressivos de gratidão — “*A todos aqueles que, em algum momento, fizeram parte desta equipe tão brilhante e dedicada, agradeço em nome do povo mineiro*” — elogio — “*Ao homenageá-los, quero reuni-los em três grandes personalidades, que têm sido a inspiração permanente de meu governo*” — e autoelogio — “*Fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível*” — todos esses aspectos ganharam espaço no cenário de reeleição, tematizando um estado de satisfação e buscando produzir um efeito patêmico de júbilo e de euforia sobre o auditório, por exemplo, — “*As medidas que tomamos, para orgulho dos mineiros, são hoje reconhecidas como referenciais de boa gestão no Brasil*”. Como disse acima, é através dos atos assertivos de prestação de contas e os atos expressivos de elogio/autoelogio que o ator político promove suas ações, gerando a expectativa de continuidade dessas ações.

Os diretivos, menos frequentes, aparecem sob a forma de recurso fático de interação com a instância alocutária — “*mineiros*” — estabelecendo um *etos* coletivo para seu auditório, ou interpelando um alocutário específico — “*Governador Itamar Franco*”. Os vocativos geralmente interpelam o auditório a apoiar as ações do locutor. Sob a forma de convite, por exemplo, — “*Temos que eleger, em conjunto, as prioridades na aplicação dos escassos recursos orçamentários*” — “*Dela deve desincumbir-se toda a sociedade mineira*” — os enunciados diretivos apontam para a intenção do locutor de estabelecer um diálogo e um trabalho conjunto com as instâncias políticas e a população mineira. A pertinência discursiva dos atos diretivos mais salientes no discurso de posse-reeleição mostrou-se da seguinte forma: as formas vocativas para estabelecer interação com o auditório, por exemplo, — “*Senhor presidente, mineiros de todas as partes desse Estado*” — e pedido, exemplo — “*E aqui, peço licença, mais uma vez, para debruçar-me sobre o que, a meu ver, é o ponto crucial dessa nova jornada que se inicia*” — geralmente, no discurso posse-reeleição o pedido é feito para sancionar o macro-ato de prestação de contas.

Finalizando a apresentação dos comentários sobre as classes de atos ilocucionais do discurso de Aécio Neves, destacamos que nossa análise, sumária, pretendeu apontar para a complexidade envolvida no agenciamento dos atos assertivos e comissivos. As interpretações dos modos ilocucionais derivam da interpretação que fazemos dos atos em determinado contexto. Sendo assim, embora não exista ocorrência de uma forma performativa comissiva, há possibilidade de sucesso de muitos atos na forma assertiva (principalmente os preditivos)

como sendo promessas. Isto parece ser efeito da busca do locutor de diluir parte caráter negativo do ato de prometer recorrendo a outras instâncias ilocucionais que fundamentem suas intenções e desejos de ajudar o alocutário.

• **Finalmente: a direcionalidade ilocucional no discurso de posse-eleição e posse-reeleição**

Ao estabelecermos esses padrões ilocucionais de interação, levamos em conta as regras indicativas da força ilocucional dos atos de fala em relação às condições de sucesso e satisfação aferidas no contexto em que foram produzidos. Nesse sentido, o padrão de interação como pode ser observado no discurso de Lula apontou que as formas comissivas são mais evidentes no discurso de posse de primeiro mandato (60), que no discurso de posse-reeleição (25). Nesse padrão comparativo, a realização do assertivo também apresentou um crescimento considerável no discurso de posse-reeleição, sendo (76) no discurso posse-eleição e (143) no discurso de posse-reeleição.

Outro ponto importante é a função perlocucional que esses atos assumiram nos respectivos contextos, no primeiro, posse-eleição, apontam para o engajamento e seriedade do mandatário e, no segundo, posse-reeleição, atesta a competência e garantia de continuidade do governo. No primeiro, o aspecto avaliativo e descritivo dos assertivos foi marcado pelo aspecto negativo, o locutor se apresenta como aquele que pode e deseja contribuir para o bem estar do auditório, na medida em que critica a ineficiência do governo anterior. No segundo, o aspecto avaliativo e descritivo dos assertivos foi marcado pelo aspecto positivo, o locutor ao prestar contas de seu governo projeta efeitos perlocucionais de júbilo e euforia, a partir de atos expressivos de autoelogio.

Comparativamente, no discurso de Aécio Neves a variação dos atos não pareceu tão significativa⁷¹ como no de Lula na proporção de assertivos e comissivos. Isto é reflexo da estratégia discursiva do locutor de se valer de uma estrutura assertiva historiográfica utilizada pelo locutor nos dois contextos de empossamento. Quase a metade dos atos assertivos, (123), utilizados por Aécio Neves no discurso de posse-eleição foram relatos historiográficos. No discurso de posse-reeleição o numero de assertivos é de (130) realizações, mais uma vez com

⁷¹ Apesar da grande recorrência de atos assertivos no primeiro discurso de posse de Aécio Neves não acho que tal questão invalide nossa hipótese de trabalho nesta dissertação.

alto grau de incidência do relato historiográfico. Enquanto isso, as realizações comissivas representaram no discurso de posse-eleição o total de (22) ocorrências, contra (15) realizações no discurso de posse-reeleição. Comparado ao discurso de Lula constata-se que o uso de comissivos mostrou-se menor no discurso de Aécio.

Por fim, devido à extensão do discurso de posse, apresentamos apenas a análise de alguns trechos significativos dos discursos de Lula (2003 e 2007), e de Aécio Neves (2003 e 2007). Nossa análise pretendeu descrever as orientações enunciativo-discursivas e efeitos argumentativos que derivavam do uso dos atos comissivos e assertivos nos discursos de posse.

Procuramos mostrar que o padrão de realização comissiva e o de realização assertiva em ambos os discursos variam, sendo de maior recorrência a comissiva no discurso de posse-eleição do que no discurso de posse-reeleição. Por outro lado, é menor a ocorrência de assertivos no discurso de posse-eleição do que no discurso de posse-reeleição. Isto resulta na pertinência de nossa hipótese inicial, de que muitos atos comissivos pressupõem para o discurso de posse-eleição, no nível ilocucional indireto ou perlocucional, uma dimensão assertiva de crítica, e no discurso de posse-reeleição os assertivos pressupõem, no nível ilocucional indireto ou perlocucional, uma dimensão comissiva “promessa”, que podem e, certamente, estarão ancorados na dimensão do “*Ato de Linguagem*” e das provas retóricas “*Etos e Patos*”.

Sumariamente, procuramos estabelecer esquemas de alguns padrões de realização ilocucional nas análises aqui empreendidas. Pudemos constatar que o funcionamento ilocucional do discurso de posse é muito mais complexo do que aqui se ensaiou, isso porque, mais que análise de implicaturas ou parâmetros para realização de atos ilocucionais, os enunciados representam manifestações concretas de uso da linguagem. Apenas traçamos alguns percursos teóricos e analíticos, buscando compreender a realização do discurso de posse na sua dimensão complexa.

PARTE IV: CONSIDERAÇÕES FINAIS REFERENTES AO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DE POSSE-ELEIÇÃO E POSSE-REELEIÇÃO

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa [...] Quem desconfia fica sábio.” (ROSA, 1996)

Ao longo deste trabalho de investigação desenvolvido nos capítulos precedentes, abordamos alguns aspectos da relação entre Ato de linguagem, argumentação e atos de fala. Nossa trajetória defendeu a integração dessas instâncias teóricas e a busca de consenso entre elas como forma de regulação e análise da tensão inerente ao processo enunciativo, especialmente, de objetos discursivos do campo político.

Desse modo, nosso trabalho pretendeu, grosso modo, refletir sobre as contribuições dessas três perspectivas teórico-metodológicas na análise dessa manifestação discursiva tão emblemática para o domínio político: o discurso de posse. Ao analisar tanto o processamento enunciativo-discursivo, representado pelo *Ato de linguagem*, quanto à dimensão intencional do proferimento do discurso de posse-eleição e de posse-reeleição, representado pela *Retórica-argumentativa e a TAF*, um de nossos objetivos foi a de compartilhar com colegas e estudiosos de outras áreas, considerações que possibilitassem compreender a prática discursiva política como um fenômeno complexo em que a integração de diferentes dimensões de análise fosse importante para descrever satisfatoriamente o funcionamento de um discurso.

Em nosso trabalho adotamos uma divisão em três partes, e as considerações finais, que sintetizam o percurso de nossa investigação. Na primeira parte, buscamos anunciar os fundamentos do arcabouço teórico que norteou nossa pesquisa. Na segunda parte, buscamos elucidar o objeto de investigação e o corpus em análise. E na última dedicamo-nos à análise do corpus a partir das três vertentes teóricas.

Nesta perspectiva, buscamos descrever o *dispositivo* que regula as ações no discurso de posse a partir da noção de *Ato de linguagem* proposta pela *Semiolinguística*. Nas palavras

de Charaudeau (2011^{bp}, p.53), “a noção de dispositivo é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que instauram entre eles em função de certa finalidade”. Mas é necessário levar em conta que o emprego do dispositivo depende também das condições materiais em que se desenvolve a troca linguageira. Dessa forma, o dispositivo é, portanto, aquilo que garante uma parte da significação do discurso ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado, e que é influenciado por certas manobras discursivas por parte de seus interlocutores.

Assim, a partir da descrição e análise dos *Atos de linguagem* representados pelos discursos de posse-eleição e posse-reeleição, observou-se que eles se dão da seguinte forma: nesse evento apresenta-se o discurso do mandatário eleito, diante de instâncias alocutivas parlamentares e/ou cidadãs; esse EUC responde às instâncias alocutivas (TUi/TUD) apresentando um quadro político-administrativo que pretende traçar/apresentar as ações pretendidas do governo pelo período de governança. Dessa forma, o EUC no discurso de posse-eleição espera convencer as instâncias alocutárias a acreditarem no seu preparo e em suas propostas de governo. Desenvolve para isso, um *Ato de linguagem* que aponte para o comprometimento de EUE para com seu interlocutor TUD, enfatizando a importância da participação social de TUi em seu governo, propondo, assim, a “renovação” e dinâmica político-administrativa. O ator político sempre se apresenta como benfeitor e as instâncias alocutárias como beneficiários (instâncias cidadãs) e/ou de acusados (instâncias adversárias). Já no discurso de posse-reeleição a estratégia principal de EUC é a tentativa de simular um consenso político-social, EUE referencia constantemente a situação de reeleição como sendo fruto da aprovação e desejo da própria população. Dessa forma, o discurso de posse-reeleição tem como *visada* convencer e informar aos interlocutores sobre as pretensões político-administrativas dos mandatários, assim, o locutor projeta um EUE competente, confiante e sério.

Nesta perspectiva, o segundo aspecto analisado por nós foi a questão retórico-argumentativa do discurso de posse nos dois contextos - eleição e reeleição. Os atores políticos procuram seduzir e convencer o maior número de concidadãos da pertinência de seu projeto político e fazê-los aderir a determinadas crenças e valores. Dessa forma é necessário que o ator político construa determinadas imagens de si e de seu auditório. Isto é, como os oradores se apresentavam ao auditório? Que imagens produzem de si e do público?

Evidentemente, as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia e alcançar a adesão do auditório dependem de vários fatores específicos do *ato de linguagem*. O orador eleito e/ou reeleito é responsável pelo proferimento de um discurso diante de um auditório representado pela assembleia (instâncias políticas) e um auditório universal (instâncias cidadãos). Assim, o candidato empossado cumpre o papel de mandatário, cuja imagem assumida no discurso supostamente corresponde às expectativas dos governados, uma vez que o locutor tem a responsabilidade de apresentar seu discurso visando ao benefício do auditório.

Apontamos nas análises a importância da figura do *Etos*, entendido aqui como a construção discursiva da imagem do “caráter do enunciador”, através da enunciação; e à medida que ele incorpora o *Patos*, que representa a disposição do auditório a fim de alcançá-lo a adesão. As dimensões *etóticas* do orador e *patêmicas* do auditório de ambos os discursos de posse funcionaram como suporte para identificação do locutor com o alocutário, mergulhando-os em imaginários populares amplamente partilhados entre os interlocutores, uma vez que os locutores tinham como *visada* atingir/captar o maior número de alocutários. Nesse sentido, parafraseando Perelman (1987), a argumentação dos atores políticos tem como meta agir eficazmente sobre os espíritos, provocar a adesão às teses que produzam uma ação imediata ou preparem para uma ação do indivíduo no momento adequado. Para isso, era fundamental que as teses dos oradores estivessem de acordo com o conjunto de crenças do auditório ao qual era apresentada.

Observamos que, geralmente, no discurso de posse-eleição apresenta-se a tematização de um *etos de esperança* que salienta valores como honestidade/integridade, competência/preparo, história/trajetória político-social, isto é, valores que buscam criar a imagem de um bom gestor, humilde e solidário. Nos discursos de posse-reeleição, os oradores enunciaram do lugar de situação, e assim, adotaram um discurso que apontava para a credibilidade de suas realizações, construindo predominantemente um *etos de competência e autoridade*.

E por último, apresentamos as considerações e análises pertinentes à compreensão dos atos de fala em ambos os discursos de posse. Devido à extensão do discurso de posse, apresentamos apenas a análise de alguns trechos significativos dos discursos de Lula e de Aécio Neves. Em nossa análise dos atos de fala, buscamos estabelecer padrões ilocucionais de interação entre as realizações dos atos comissivos e assertivos, levando em conta: i) as regras indicativas da força ilocucional dos atos de fala, ii) as condições de sucesso e satisfação

aferidas no contexto em que foram produzidos, e iii) os efeitos argumentativos decorrentes do agenciamento dos respectivos atos de fala.

Nesse sentido, retomando as considerações finais do último capítulo, apresentamos alguns pontos que julgamos importantes destacar aqui. Mostramos que o padrão de realização comissiva e assertiva em ambos os discursos variam, sendo maior recorrência formas comissivas no discurso de posse-eleição do que no discurso de posse-reeleição. Por outro lado, é menor a ocorrência de assertivos no discurso de posse-eleição do que no discurso de posse-reeleição. Isto resulta na pertinência de nossa hipótese inicial, considerando-a agora num quadro mais amplo para os atos de fala dos discursos de posse:

(a) para o discurso de posse-eleição, *atos comissivos* podem pressupor, no nível ilocucional indireto ou perlocucional, uma dimensão assertiva de crítica à administração passada ou, alternativamente, *atos assertivos de crítica* à administração passada podem implicar promessas que estão sendo assumidas pela atual administração;

(b) para o discurso de posse-reeleição, *atos assertivos* podem expressar, no nível ilocucional indireto ou perlocucional, um autoelogio pela descrição de feitos realizados, ou podem expressar fatos não realizados que podem implicar promessas indiretas, ou alternativamente *atos comissivos* que expressam novas promessas que validam críticas históricas.

O padrão de interação observado no discurso de Lula apontou que as formas comissivas são mais evidentes no discurso de posse-eleição (60)⁷², que no discurso de posse-reeleição (25) em que as formas comissivas são menos recorrentes. De modo inverso, a realização de formas assertivas apresentou um crescimento considerável de um discurso para outro, no discurso de posse-reeleição sendo (76) e no discurso de posse-reeleição (143) ocorrências, praticamente o dobro.

Quantitativamente, no discurso de Aécio Neves a variação dos atos não pareceu tão significativa, se comparada à proporção entre assertivos e comissivos dos discursos de Lula. Como já explicitado ao longo das análises, isso foi reflexo da estratégia discursiva do locutor

⁷² No discurso de posse-eleição de Lula (2003) foram proferidos aproximadamente 174 enunciados. Já no discurso de posse-reeleição (2007) foram 208 enunciados.

de se valer de uma estrutura assertiva historiográfica⁷³ utilizada nos dois contextos de empossamento. Quase a metade dos atos assertivos de Aécio Neves no discurso de posse-eleição, (123)⁷⁴ no total, foram relatos historiográficos. No discurso de posse-reeleição o número de assertivos foi de (130) realizações, mais uma vez com alto grau de incidência do relato historiográfico. Enquanto isso, as realizações comissivas representaram no discurso de posse-eleição o total de (22) ocorrências, contra (15) realizações no discurso de posse-reeleição.

A retomada exaustiva ao relato pode acarretar um *etos demagógico*, ou ainda um *etos de despreparo*. Se há tanto a ser feito, porque não focalizar sua atenção na explicitação do seu programa político-administrativo? O excesso de citações parece ser uma forma de atenuar a pouca experiência do locutor em cargos mais complexos, e pretende um efeito patêmico de “tranquilidade” sobre as instâncias alocutárias, visto que o orador ancora-se como o mais novo representante do seletivo grupo de governantes mineiros, e assim como eles, pretende uma história bem sucedida à frente do governo.

Vê-se que o relato historiográfico pode servir tanto para justificar os ideais éticos e administrativos do locutor, quanto para financiar ações político-administrativas para conservar a soberania do estado mineiro. No entanto, o sujeito que toma a palavra, não fala de seu governo, mostra-se distante, quando na verdade sua obrigação é mostrar-se próximo. Seria o relato historiográfico, uma estratégia dissimulada para camuflar o despreparo e superficialidade do mandatário? E o que dizer do *etos* “popular” de Lula, seria uma forma correta de “manipulação” de uma parcela do auditório? Vale tudo em nome de uma ideologia, um partido político, um governo? De certo, poderíamos até apostar que os discursos políticos modernos têm certa compulsão pelo discurso narcísico, alienante, repetitivo e que, por vezes, recusa estabelecer um compromisso de diálogo e esclarecimentos baseados em critérios mínimos de sensatez e razão. Isso acaba refletindo um dos males da esfera política: falar muito e não dizer nada!

Sendo assim, o agenciamento de um tipo de ato ilocucional em detrimento de outro, apontou a pertinência de se analisar os efeitos perlocucionais que esses atos assumiram em ambos os discursos de posse. No primeiro, posse-eleição, a recorrência de comissivos busca construir o engajamento e seriedade do mandatário e, no segundo, posse-reeleição, a recorrência dos assertivos busca atestar a competência e garantia de continuidade do governo.

⁷³ Apesar da grande recorrência de atos assertivos no primeiro discurso de posse de Aécio Neves, isso não invalida nossa hipótese de trabalho nesta dissertação.

⁷⁴ No discurso de posse-eleição de Aécio Neves (2003) foram proferidos aproximadamente 177 enunciados. Já no discurso de posse-reeleição (2007) foram 180 enunciados.

No primeiro discurso, o aspecto avaliativo e descritivo dos assertivos foi marcado pelo aspecto negativo, principalmente do discurso de Lula, o locutor se apresenta como aquele que pode e deseja contribuir para o bem estar do auditório, na medida em que critica a ineficiência do governo de FHC. No segundo, o aspecto avaliativo e descritivo dos assertivos foi marcado pelo aspecto positivo, o locutor ao prestar contas de seu governo projeta efeitos perlocucionais de júbilo e euforia, a partir de atos expressivos de autoelogio.

Enfim, a argumentação está ligada à apresentação de um ponto de vista do locutor, mas validada por uma relação interlocutiva real, seja por contemplar, de forma direta, os simpatizantes, seja por confrontar-se com os adversários. Dessa forma, deve-se considerar que o locutor realiza um ato que expressa certo ponto de vista relativo a uma proposição, seguido de outro ato que constitui uma tentativa de justificação desse ponto de vista e, para que ele seja eficaz, o orador deve engendrar um conjunto de estratégias que podem ser refletidas na organização desses enunciados: sequências textuais específicas, performativos, atitudes proposicionais e modais, etc.

Finalmente, a realização deste trabalho, acredito, apontou para a complexidade do ‘agenciamentos’ ilocucionais em um dispositivo enunciativo em que o que está em jogo é a construção argumentativa do *etos* do orador. Desse modo, propôs-se aqui a tarefa de conceituação do discurso de posse-eleição e posse-reeleição, visando apontar a caracterização enunciativa do Ato de Linguagem, as estratégias retórico-argumentativas e, por último, analisar os elementos de ordem acional. Acreditamos que todo esse quadro de reflexões desenvolvido corrobora para uma compreensão da atividade política enquanto uma realidade empírica, delimitável no tempo e no espaço, podendo ser um objeto observável, compreensível e analisável a partir de seus elementos históricos e linguísticos constitutivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. **Linguística Textual: Introdução à análise dos discursos**. São Paulo: cortez, 2008.
- AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 119-144
- ARISTOTELES. **Arte retórica**. São Paulo: Clássicos Garnier, 1959.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer; palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. N.19 Campinas: UNICAMP/IEL, jul/dez., 1990. p. 25-41
- BAKHTIN, Mikail/VOOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989 (ed. Or.1970)
- BRANDÃO, Helena Nagamine. O discurso epidítico: emotividade, persuasão e ação. In: EMEDIATO, W; LARA, G. M. P (Org.). **Análise do discurso hoje v.4**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 47-67
- BRONCKART, Jean-Paul. **O agir nos discursos: das concepções teóricas as concepções dos trabalhos**. Campinas : Mercado de Letras. 2008.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso. Modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I; MELO, R. (Orgs.) **Gêneros: reflexão em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, UFMG, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H., et alii. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, P. MANGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

DASCAL, Marcelo. O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 57-68

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-56

EMEDIATO, Vander. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H., MACHADO, I., MELLO, R. (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD, FALE/UFMG, 2001, p.157-177

FAIRCLOUGH, N. **Teoria social do discurso: discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FOUCAULT, M. As Formações Discursivas. In: **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 35-44

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Ida Lucia. Análise do discurso e texto paródico: um encontro marcado. In: LARA, G. M. P.(Org.). **Língua(gem), texto, discurso**, v1: entre a reflexão e a prática. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006 p. 71-86

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas: Editora da UNICAMP & Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARI, Hugo. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. MARI, H. et al. (Orgs.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001, p.93-132.

MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos a prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. MACHADO, I. L. et al. (Orgs.) **Teorias e práticas discursivas. Estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG/ Carol Borges, 1998, p. 227-249.

MARI, Hugo. A promessa como ato de fala: suas implicações no discurso “político”. In: **Geraes. Revista de Comunicação social**. N. 48, jul/97, Belo Horizonte: Departamento de Comunicação social, FAFICH/UFMG, p. 195-200.

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

- MARI, Hugo. **Análise do Discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: NAD/UFMG, 2003.
- MARI, Hugo. “**Entre o conhecer e o representar: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas linguísticas**”. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- MARI, Hugo. ; MENDES, Paulo. Argumentação na teoria dos atos de fala. In: **Scripta** – v. 12, n. 22. 1º sem. 2008. p. 85 – 116.
- MELLO, Renato de. A construção de sentidos como operação discursiva na enunciação. In: LARA, G. M. P.(Org.). **Língua(gem), texto, discurso, v1: entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006 p. 71-86
- MENDES, P.H.A. Discurso e sociedade: dos gêneros aos atos de linguagem. EMEDIATO, W; MACHADO, I.L.; MENEZES, W. **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006. p.269-285.
- MENEZES, William Augusto. Estratégias discursivas e argumentação. In: LARA, G. M. P.(Org.). **Língua(gem), texto, discurso, v1: entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006 p. 87-106
- OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kaíros, 1979.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PEREIRA, Égina Glauce Santos. **Retórica e argumentação [manuscrito]: os mecanismos que regem a prática do discurso jurídico** / Dissertação de Mestrado - Égina Glauce Santos Pereira. UFMG – 2006
- PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERELMAN, C. Argumentação. **Enciclopédia Einaudi**. V.11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. P.234-265.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROBIN, R. A palavra como índice de comportamento político; Práticas discursivas e formação ideológica. In: **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 42-50 e 115-119.
- RODRIGUES, Mariangêlica de Lima. A constituição retórica dos discursos políticos do presidente Lula proferido durante a posse de 2003 e 2007/ Dissertação de Mestrado. Universidade de Franca: SP – 2007
- ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 3a edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995: A natureza dos estados intencionais, p.1-52.

- SEARLE, J.R. **Expressão e significado**. Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. **Scripta**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, v. 1, 1999, p. 87-106.
- SOBRAL, Adail. Ver o mundo com olhos do gênero. In: **Do dialogismo ao gênero. As bases do pensamento do Circulo de Bakhtin**. Campinas, SP: Mercado de Letras. 2009. P. 115-133.
- STRAWSON, P. F. Significado e verdade. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos Metodologicos da linguística. Semântica**. V. III. Campinas: IEL/UNICAMP, 1982, p. 181-211.
- VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional? In: **Cadernos de estudos Linguísticos**. Campinas: IEL-UNICAMP, p.173-194, 1985.
- VAN DIJK, T.A. Análise crítica do discurso. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-132.
- VASCO, Ana. **Aécio Neves: de fato e de direito**. Belo Horizonte: Soler Editora, 2005.

ANEXOS:**DISCURSO DE POSSE DE AÉCIO NEVES EM 2003:**

DISCURSO DE POSSE – Governo de Minas – 2003		
1	Mineiros,	Diretivo
2	Volto, neste momento, vinte anos ao passado.	Assertivo
3	Desta mesma varanda cívica, Tancredo Neves afirmou, ao empossar-se como nosso governador, que a liberdade é o primeiro compromisso de Minas.	Assertivo
4	Seu recado era claro: os mineiros não aceitavam a continuação da ditadura e iriam aglutinar os brasileiros para a reconquista de seus direitos políticos.	Assertivo
5	Era aquele um tempo em que as sombras da ditadura, ainda espessas, impediam o pleno alvorecer das liberdades públicas.	Assertivo
6	Era necessário que a autoridade cívica de Minas se erguesse, a fim de mobilizar a nação para esconjurar as forças do ódio e restaurar a democracia.	Assertivo
7	O governador convocava, da montanha, o brio nacional: tínhamos que derrubar o sistema, reconstruir o poder civil, dotar o país de nova constituição e jogar nos desvãos da História duas décadas de violência.	Assertivo
8	Tancredo teve, naquele momento, a bravura de Minas.	Expressivo; elogio
9	Porque, como ele mesmo disse, em outra ocasião, Minas não se curva, não ajoelha, não rasteja.	Assertivo
10	Hoje, graças ao belo movimento iniciado naqueles dias, o Brasil é um país com os ritos democráticos recuperados.	Assertivo: conjectura
11	Mas a democracia não se completa com a alternância no poder.	Assertivo
12	Ela é um processo que busca a igualdade dos homens, e essa igualdade política será sempre uma ficção, se não houver segurança econômica.	Assertivo: conjectura
13	Democracia é emprego, democracia é saúde, democracia é o pão à mesa familiar, democracia é educação, democracia é dignidade.	Assertivo: declarativos
14	Não há democracia onde o poder se concentra nas mãos de poucos, e a liberdade dos cidadãos não encontra os meios de manifestar-se.	Assertivo: avaliação crítica
15	Não há democracia onde os Estados e municípios federados têm a sua autonomia violada pelo arbítrio de simples funcionários da burocracia centralizadora da União.	Assertivo: avaliação crítica
16	Quero registrar, aqui e agora, que governador Itamar Franco se empenhou, desde o início de seu governo, em denunciar esse centralismo burocrático e contra ele oferecer sua resistência.	Assertivo: relato
17	É de Tancredo Neves a grave constatação de que, sem federação, não há república.	Assertivo: afirmação
18	Não constituímos um povo homogêneo, graças a Deus.	Assertivo: afirmação

19	É nessa diversidade, coerente com a natureza, que se funda a grandeza do Brasil.	Assertivo
20	Desde a ocupação do território, constituímos comunidades com identidade definida, que desenvolveram sua própria história.	Assertivo: relato
21	Essas comunidades serviriam de referência para a divisão territorial da Colônia e, mais tarde, para a delimitação das províncias e dos Estados.	Assertivo: relato
22	Da mesma forma em que se desenvolviam, nestas comunidades, sua economia, sua cultura e sua história, desenvolviam-se os embriões do poder local.	Assertivo: relato
23	Distanciados da Metrópole e dos vice-reis, os primeiros habitantes do Brasil acostumaram-se a resolver os seus próprios problemas, a exercer diretamente a justiça, a organizar a ordem nas comunidades.	Assertivo: relato
24	A opressão metropolitana, no entanto, se faria sentir onde os seus interesses eram maiores – exatamente na Capitania de Minas Gerais.	Assertivo: relato
25	Os sentimentos de solidariedade e de igualdade nos incluíram, durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte de 1823, entre os que postulavam a união federada dos povos brasileiros, com a autonomia política de cada uma das províncias.	Assertivo: relato
26	Mantivemos essa postura durante o Primeiro Reinado e, entre outras atitudes, unimo-nos a São Paulo, na Revolução Federalista de 1842, participamos do movimento republicano iniciado em 1870 e aprovamos a destituição da monarquia.	Assertivo: relato
27	O sistema federativo foi sendo conspurcado, a partir de sua instituição, em 1891, governo após governo, constituição após constituição.	Assertivo: relato
28	A Revolução de Trinta pretendeu acabar com a plena autonomia dos estados federados, sob o pretexto de que a soberania só podia ser exercida pelo governo da União.	Assertivo: relato
29	A soberania nacional, no entanto, é aquela que se expressa na vastidão do Brasil.	Assertivo: conjectura
30	A soberania dos cidadãos faz os municípios, os municípios reunidos constituem os Estados, e os Estados compõem a União.	Assertivo: afirmação
31	A União não surgiu do nada; ela foi construída pelas partes.	Assertivo: afirmação
32	Sem o respeito aos que a constituíram, ela perde legitimidade e sentido.	Assertivo: afirmação
33	A União não é mais a união, mas entidade de poder que se isola, ao sobrepor-se sobre os Estados.	Assertivo: crítica
34	Não podemos aceitar, como respeitosa ao pacto federativo, a organização tributária nacional, que concentra na União 65% dos recursos fiscais do País, enquanto aos estados restam 25% e aos municípios, apenas 10%.	Assertivo: avaliação crítica negativa da instância federal
35	Não pode o poder central arrogar-se o monopólio da cobrança dos principais tributos e a prerrogativa de os distribuir conforme seus próprios critérios.	Assertivo: crítica
36	Para preservar a integridade e a soberania nacional, nesta quadra de fortes inquietações, é preciso retornar aos fundamentos do	Assertivo: relato

	pacto federal instituído em 1891, ajustando-os, como exige o tempo, mas respeitando os seus princípios, conforme recomenda a razão.	
37	Assumo o governo de Minas com o propósito de, no respeito a esse passado que nos honra, retomar a luta histórica por uma federação autêntica, em que nenhum estado se sinta mais importante do que outro, em que nenhum dos povos de nosso País se sinta obrigado a postular os favores de outro.	Comissivo: desejo
38	O direito de cada um terá de ser o direito de todos; o direito de todos terá de ser o direito de cada um.	Comissivo: desejo
39	De cada um dos estados, de cada um dos municípios, de cada um dos cidadãos.	Comissivo: desejo
40	Mineiros,	Diretivo
41	A honra é a eterna e inviolável fronteira de Minas.	Expressivo: elogio
42	Nas passagens esguias da extensa e sólida muralha, formada pela Mantiqueira e pela Serra do Mar, colocamos os nossos marcos de soberania, tão logo o combate do Rio das Mortes balizou-nos o destino.	Assertivo: descrição
43	Não desbravamos estes empedrados sertões para erigir fortaleza rica e agressiva, mas a fim de conquistar espaço para uma vida com dignidade.	Assertivo: descrição
44	Buscamos a prosperidade, no fundo das catas e das grupiarias, para assegurar a liberdade.	Assertivo: afirmação/descrição
45	Não nos movia ontem, nem nos move hoje, na construção do futuro, o ânimo da soberba.	Assertivo: afirmação
46	Afirmamos nossa fé em Deus, ao receber, como responsabilidade social, a liberdade que Ele, ao criar o mundo, entregou aos homens.	Assertivo: conjectura
47	Por isso mesmo, associamos o culto cristão à independência de nossas idéias e à autonomia de nossas ações.	Assertivo: afirmação
48	Sempre quisemos construir uma grande pátria brasileira, e contribuímos com o sangue dos mártires para a argamassa de sua fundação, mas jamais nos propusemos a exercer, nela, qualquer hegemonia.	Assertivo: conjecturas
49	O lema de nossa bandeira reflete, mais do que o verso de Virgílio possa significar, o profundo respeito que temos para com a liberdade: liberdade dos indivíduos, liberdade das cidades, liberdade dos estados federados, liberdade das nações.	Assertivo: conjecturas
50	Durante estes três séculos, pedimos apenas que respeitassem a nossa modéstia, as nossas crenças, os nossos sonhos.	Assertivo: afirmação
51	Podemos repetir a divisa de Juarez, pronunciada ao negar clemência a Maximiliano, que invadira sua pátria, o México: o direito dos outros é a paz.	Assertivo: relato
52	Posso acrescentar que a paz é o nosso direito, desde que não nos imponham o preço da capitulação, nem o preito de vassalagem.	Assertivo: conjectura
3	Ao chegar de todo o Brasil e de outras partes do mundo, adquirimos singular identificação na ação do trabalho.	Assertivo: afirmação
54	Batizou-se o nosso território não com os toponímicos que a paisagem e as línguas nativas sugeriam, mas com a tarefa e o destino que nos aguardavam.	Assertivo: conjectura

55	Somos o país das minas, logo, da mineração, do esforço árduo e sem esmorecimentos, da recompensa incerta.	Assertivo: conjectura
56	Tão logo começamos a lavrar as montanhas, rasgando os seus veios, quiseram impor-nos a dominação.	Assertivo: relato/conjectura (tais conjecturas pretendem apontar para o caráter grandioso do povo mineiro)
57	Com Manuel Nunes Viana e os bravos emboabas de Caeté, estabelecemos o primeiro governo autônomo do Brasil, cuja administração eficaz serviria depois de modelo a todas as outras capitanias.	Assertivo: relato
58	A bravura nos fez indomáveis e invictos: preservada a honra, aceitamos a paz que nos ofereciam, e que durou pouco.	Assertivo: relato
59	Se o governador Antonio de Albuquerque, fosse por convicção, fosse por conveniência, respeitara os primeiros mineiros, logo depois nos enviaram, como castigo, o Conde de Assumar.	Assertivo: relato
60	Enganados pela perfídia do capitão geral, que traiu o compromisso com os rebelados de 1720, sofremos o martírio do grande mineiro Filipe dos Santos.	Assertivo: relato
61	Quase sessenta anos mais tarde seria a vez de Tiradentes.	Assertivo: relato
62	Quero lembrar aqui a grave constatação do eminente governador Aureliano Chaves, a de que a tão apregoada “astúcia” dos mineiros não passa de difamação histórica.	Assertivo: relato
63	Sempre manifestamos a nossa boa fé, e, muitas vezes, fomos traídos por aqueles em quem confiávamos.	Assertivo: afirmação
64	Se nos tornamos menos loquazes e mais prudentes, depois da repressão que se seguiu à Devassa de 1789, não perdemos a boa fé.	Assertivo: relato
65	Continuamos acreditando na palavra empenhada, no compromisso que se firma com o singelo gesto do apertar de mãos, no olhar nos olhos.	Assertivo: conjectura
66	Episódios muito recentes demonstram que ainda mantemos a mesma postura.	Assertivo: afirmação
67	Governador Itamar Franco,	Diretivo
68	Os mineiros se reúnem hoje, diante do Palácio da Liberdade, a fim de trazer a Vossa Excelência o reconhecimento pelos serviços que vem prestando à nossa terra, ao longo de exemplar vida pública, e para acolher o novo governador.	Assertivo/ expressivo
69	Recebo das mãos honradas de Vossa Excelência a liderança política de Minas e o governo do Estado.	Assertivo: constativo
70	Vossa Excelência e eu somos privilegiados pelo destino que nos trouxe a esta posição.	Expressivo:
71	Este edifício tem sido o centro de gravidade da vida política nacional, desde que para aqui se transferiu a capital do Estado.	Assertivo: relato
72	Seus salões austeros inspiraram a meditação de singulares homens públicos que honraram o governo da República. Affonso Pena, o primeiro governador eleito de Minas, que determinou a construção de Belo Horizonte, não chegou a nele viver, porque terminou seu mandato antes da inauguração.	Assertivo: descrição/retrato

73	Mas seria, pouco depois, o primeiro mineiro a eleger-se Presidente da República.	Assertivo: relato
74	Depois dele, outros grandes mineiros, como Wenceslau Braz, Arthur Bernardes e Juscelino Kubitschek deixaram estes portais para exercer a Chefia do Estado Nacional.	Assertivo: relato
75	A fatalidade não permitiu que Tancredo, afirmasse, na direção do governo federal, as razões de Minas, que estas paredes conservam.	Assertivo: relato
76	Ele esperara aquele momento, como queria dizer e não pôde, em seu discurso de posse, ao valer-se de um verso de Verlaine, “com o êxtase e o terror de haver sido o escolhido”.	Assertivo: relato
77	Os seus sentimentos, naquelas horas de que fui testemunha muito próxima, eram os da alegria por ter cumprido a tarefa de que a Nação o incumbira, ao derrotar politicamente a ditadura, e os da angústia, diante do trabalho gigantesco que o aguardava.	Assertivo: relato
78	Com Vossa Excelência, ocorreu o caminho inverso: o povo mineiro, ao elegê-lo governador, prestou homenagem singular a quem honrara antes a Presidência da República com as virtudes de patriotismo e de respeito à democracia.	Assertivo: relato
79	Outros grandes vultos governaram Minas com a mesma honradez e o mesmo sentimento de pátria.	Expressivo: EM: orgulho
80	É esse o caso de João Pinheiro e Raul Soares, dois excepcionais mineiros, cuja morte prematura impediu a conclusão gloriosa de forte biografia política.	Assertivo: relato
81	Ambos tinham a mais alta magistratura da Nação como destino natural, e a ela chegariam, se vissem um pouco mais.	Assertivo: relato
82	Quero referir-me também a Antonio Carlos, a Milton Campos, a Bias Fortes e a Israel Pinheiro, homens da mesma têmpera, eleitos pelo voto livre dos mineiros, que honraram o governo do Estado e não chegaram à Presidência da República.	Assertivo: relato
83	Orgulho-me, governador Itamar Franco, de haver participado das preocupações de Vossa Excelência, e de lhe haver prestado minha solidariedade, na defesa de Furnas e nas negociações financeiras com o governo federal.	Assertivo/ expressivo
84	Vossa Excelência, Presidente Itamar Franco, é um homem de Minas, na modéstia de seu viver, na austeridade de seu governo, na força de seu nacionalismo, na autenticidade de seu caráter.	Expressivo: elogio
85	Suceder a Vossa Excelência é uma honra a mais para este servidor do povo mineiro.	Expressivo:
86	Mineiros,	Diretivo
87	Ao exigir o respeito do poder central pelos estados e, particularmente, por Minas, que tem sido a vítima preferencial da ditadura centralizadora da burocracia, reafirmamos o empenho de defender a autonomia de seus municípios.	Assertivo: avaliação crítica negativa do governo federal
88	Se são comuns, a todos os mineiros, as virtudes cívicas, cada uma de nossas cidades e regiões viveu história singular, e cada uma delas guarda identidade própria.	Assertivo: relato
89	Mais do que isso: conforme repetida constatação, ninguém vive fora de um município.	Assertivo: conjectura
90	É dentro de sua jurisdição política que os homens nascem,	Assertivo: conjectura

	educam-se, trabalham, cuidam de sua saúde, criam suas famílias, expressam seus sentimentos, envelhecem e morrem.	
91	É com esse compromisso descentralizador e com essa aspiração de diminuir as diferenças que nos separam, que darei atenção especial a programas de desenvolvimento para o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri , que constituem a área mais punida pelas secas em nosso Estado.	Comissivo: desejo/promessa
92	A tecnologia moderna e os métodos de mobilização econômica irão permitir a gradual superação das dificuldades dessa vasta extensão de nosso Estado, de forma a que, em mais alguns anos, ela possa atingir e superar a média dos indicadores sociais do Brasil.	Assertivo: predição
93	Recorri ao passado de Minas e a seus valores morais, para dizer-lhes que eles nos serão necessários como jamais, a fim de vencer as imensas dificuldades que nos esperam.	Assertivo: justificativa
94	O mundo inteiro passa por uma crise profunda de identidade, e essa crise se reflete no desempenho das instituições estatais.	Assertivo: opinião
95	Estamos diante da ameaça de novas guerras e do agravamento das crises cíclicas da economia mundial.	Assertivo: opinião
96	É nesses momentos que se recomenda o retorno ao lar, à solidariedade familiar, para a distribuição justa dos sacrifícios e a busca da segurança doméstica.	Assertivo: conjectura
97	O governo que hoje se inicia recebe um legado difícil, não porque faltassem ao eminente governador Itamar Franco ou aos que antecederam, como o governador Eduardo Azeredo, as virtudes da austeridade, mas porque lhes faltaram recursos orçamentários.	Assertivo: desafio
98	Ao contrário, cada um deles em seu tempo, fizeram o que era possível fazer.	Assertivo: afirmação
99	Não podemos, os mineiros, como tampouco podem brasileiros de outros estados, trabalhar todos os dias para transferir à União a maior parcela dos resultados de seus esforços, sem que disso tenham retribuição correspondente.	Assertivo: afirmação EM: indignação
100	Enquanto não houver novo contrato federativo, que devolva aos Estados e Municípios o que corresponde ao que produzem, teremos que continuar cortando as despesas públicas, a fim de garantir os serviços essenciais à população mineira.	Assertivo: predição
101	Três são as responsabilidades básicas do Estado: a educação, a saúde e a segurança, e todas elas dependem do nível de emprego.	Assertivo: afirmação
102	Não há custo social mais elevado do que o desemprego.	Assertivo: afirmação
103	Por um lado, sem produção e sem consumo, cai a receita tributária do Estado.	Assertivo: avaliação crítica
104	Pelo outro, crescem as suas despesas na assistência à saúde e na segurança pública, ao mesmo tempo em que as pressões da miséria tornam a administração convívio permanente com a angústia.	Assertivo: avaliação crítica
105	Os mineiros se queixam, como os brasileiros de todos os Estados, da insegurança dos cidadãos, que estão sendo privados do direito de ir e vir pelas ruas das grandes cidades.	Assertivo: avaliação crítica negativa

106	Sei que essa situação só será resolvida quando houver educação e emprego para todos.	Assertivo: convicção
107	É melhor dar ferramentas às mãos vazias, do que as deixar disponíveis para as armas.	Assertivo: conjectura
108	Enquanto isso não for possível, teremos que proteger a vida e o patrimônio dos cidadãos.	Assertivo: predição
109	Ao dar às corporações policiais do Estado comando civil e político único, pretendo iniciar reforma profunda nos serviços de segurança.	Comissivo: desejo
110	Empenharei todos os esforços do Estado na valorização dos policiais, não só trabalhando para melhorar a sua situação, como servidores do povo, mas também investindo em sua preparação técnica, em sua capacitação intelectual, no reconhecimento de seus méritos.	Comissivo: promessa
111	Há um aviso que me cumpre levar a todos os servidores permanentes do Estado e a todos os ocupantes de cargos de confiança: este governo será implacável na defesa dos fundamentos éticos.	Comissivo: promessa
112	Ética, para este governo, não é um recurso retórico, mas um compromisso tão forte quanto os compromissos com a fé e com a liberdade.	Comissivo
113	Em nosso governo não haverá tolerância com o peculato, descuido com os favoritismos, complacência com a corrupção.	Comissivo: promessa
114	O governador não tem amigos a favorecer, nem compromissos eleitorais que o façam olhar para o lado, quando houver indícios de conduta ilícita, por mais elevada for a posição dos acusados.	Comissivo
115	Mas, da mesma maneira, o governo não será refém dos caluniadores, nem se perturbará com a leviandade dos intrigantes.	Diretivo: aviso
116	A nossa administração será transparente.	Comissivo: promessa
117	Os negócios do Estado são negócios do povo, e o povo tem o direito de os acompanhar e de, se for o caso, manifestar os seus reparos e contestá-los, mediante os instrumentos jurídicos e políticos.	Assertivo: explicação
118	Para acelerar o desenvolvimento econômico, teremos que mobilizar todos os recursos internos, na criação de empregos, na produção agrícola e industrial, no incentivo aos pequenos e médios empreendedores.	Assertivo: predição Comissivo: promessa
119	Essa não é tarefa só do governo.	Comissivo/diretivo
120	Dela deve desincumbir-se toda a sociedade mineira.	Diretivo: convocação
121	Cumpra-nos repetir que a solidariedade é o mais sólido investimento para a paz.	Assertivo: ratificação
123	Por isso mesmo, reafirmo que, onde quer que se encontrem as comunidades mineiras, ali estará o Estado a fim de promover as atividades produtivas.	Assertivo: ratificação e comissivo: promessa
124	Temos, em todos os municípios mineiros inteligência, recursos naturais, mão de obra e consumidores.	Assertivo: afirmação
125	Os órgãos próprios do Estado, em parceria com a sociedade e com as entidades representativas de classe, serão mobilizados para acelerar a retomada do crescimento em Minas.	Comissivo: promessa

126	Para isso é necessária, mais do que os recursos do capital, a vontade de todos.	Assertivo: conjectura
127	A experiência mostra que os povos são capazes de superar todas as dificuldades quando se unem em torno de um projeto comum.	Assertivo: conjectura
128	Tenho a esperança de servir aos mineiros na condução dos nossos esforços e de nossa vontade no trabalho de consolidação econômica do Estado.	Comissivo: desejo
129	Os investimentos externos devem ser suplementares ao nosso próprio esforço.	Assertivo: afirmação
130	O melhor capital é o que se faz em casa. Assim o fizeram os povos mais prósperos do mundo.	Assertivo: conjectura
131	O desenvolvimento econômico não exige só capital; ele depende, sobretudo, da tecnologia e da organização racional do trabalho.	Assertivo: análise
132	Os mineiros têm demonstrado grande capacidade inovadora na ciência e na tecnologia.	Assertivo: avaliação positiva
133	Preendo estimular as pesquisas científicas e tecnológicas de nossos órgãos próprios e incentivar os convênios específicos com as universidades, públicas e privadas, sediadas em Minas.	Comissivo: desejo/promessa
134	Instruí os meus secretários para que imponham rigorosa austeridade no âmbito de sua competência administrativa.	Assertivo: afirmação
135	Temos que eleger, em conjunto, as prioridades na aplicação dos escassos recursos orçamentários.	Diretivo/comissivo: convite
136	Mineiros,	Diretivo
137	Quero agradecer a todos a confiança que me foi conferida pelo voto.	Expressivo: agradecimento
138	Sei medir a responsabilidade que assumo, ao receber a mais expressiva votação para governador em toda a história eleitoral de nosso Estado.	Assertivo/expressivo: auto elogio
139	Vou exercê-la sob a inspiração de meu pai e meus avós, e no exemplo de austeridade de tantos homens públicos que ocuparam o Palácio da Liberdade.	Comissivo: desejo
140	Aos mineiros dos gerais do São Francisco, aos sertanejos do Jequitinhonha, aos antigos mateiros do Rio Doce, aos lavradores da Zona da Mata, aos mineiros do Sul e do Noroeste, a minha gratidão.	Expressivo: agradecimento
141	Devo uma palavra especial aos mineiros do Triângulo, cujo dinamismo é um orgulho para os mineiros de outras regiões.	Expressivo: agradecimento
142	O desenvolvimento, econômico e cultural, de Uberlândia e Uberaba, com suas universidades e com as atividades empresariais que se expandem pelas outras cidades da região, serviu de estímulo e continua a excitar o crescimento de todo o Centro-Oeste brasileiro.	Assertivo: afirmação Expressivo: elogio
143	O Triângulo foi a plataforma para a extensão do sentimento de pátria dos mineiros em direção ao Distante Oeste brasileiro.	Expressivo: elogio
144	Aos mineiros de Belo Horizonte, dirijo meu afeto especial. Nasci a poucos passos deste Palácio, ali mesmo, ao lado, na Praça que tem o nome de um dos mais importantes homens de Minas, o historiador Diogo de Vasconcelos.	Expressivo: afeição Assertivo: relato

145	Sinto-me tranqüilo quanto ao bom entendimento entre o governo do Estado e a administração da capital.	Assertivo: afirmação
146	A cidade tem o privilégio de ser governada por uma das mais expressivas vocações políticas de minha geração, a do prefeito Fernando Pimentel, que substitui o notável mineiro Célio de Castro.	Expressivo: elogio
147	Agradeço às forças políticas de todas as partes do Estado, que, em convergência de razões, uniram-se em torno do meu nome e do Vice-Governador, Dr. Clésio Andrade, e abriram caminho para a bela vitória do povo no pleito de 6 de outubro.	Expressivo: agradecimento
148	Podemos divergir, e divergimos, entre nós, sobre a melhor maneira de servir a Minas, mas não divergimos daqueles princípios, estabelecidos nas manhãs brumosas dos vales altos da cordilheira do Espinhaço, quando abríamos as encostas para delas retirar o ouro e semear a liberdade.	Assertivo: conjectura
149	Trago em meu coração e em meu espírito esses avisos morais de Minas.	Expressivo
150	E conto com a ajuda de todos os mineiros para cumpri-los nos próximos quatro anos.	Comissivo: desejo
151	Estou certo de que Deus nos ajudará nesta missão.	Expressivo
152	O Brasil sempre precisou de Minas, e Minas nunca faltou ao Brasil.	Assertivo: afirmação
153	Não haverá desenvolvimento econômico e político em nosso País, sem o apoio do povo mineiro, representado por suas forças políticas e econômicas.	Assertivo: condição
154	A nação nasceu aqui, na riqueza produzida pelo trabalho, na cultura do século 18, que os homens do povo, como o Aleijadinho puderam expressar, na consciência política dos rebeldes.	Assertivo: relato
155	Há quase 150 anos, quando o Império passava por uma crise política grave, Francisco Otaviano perguntava onde estavam os homens da província de Minas, que poderiam devolver o rumo à nacionalidade.	Assertivo: relato
156	Os homens e as mulheres de Minas estão também aqui, nesta praça da Liberdade, que tem, neste momento, as dimensões de Minas.	Assertivo: relato
157	Ela se estende sobre as montanhas e acompanha os grandes rios, mas também se espraia sobre a superfície transcendental do tempo.	Assertivo: conjectura
158	No mistério abissal de Minas, o espírito dos que se foram permanece na alma dos contemporâneos, e nos relembra, sempre, os salmos da dignidade.	Assertivo: conjectura
159	Os homens nasceram para criar e enriquecer o mundo, com o saber, a solidariedade, o bem-estar.	Assertivo: conjectura
160	Ser feliz é um direito de todos os seres humanos.	Assertivo: declarativo
161	Os mineiros sempre foram modestos em seu viver, mas sempre reivindicaram seu direito ao trabalho e a uma vida honrada e decente.	Assertivo: afirmação e expressivo: elogio

162	Tenho certeza de que, em um futuro próximo, não faltará aos brasileiros o trabalho e o pão, o conhecimento e a saúde, a alegria, o teto e a paz.	Assertivo: convicção ou Comissivo: desejo
163	Poderão dizer que se trata de uma utopia – mas, sem as utopias, o homem não teria deixado a Idade da Pedra.	Assertivo: conjectura
164	A utopia nos retirou das cavernas, para que pudéssemos ver as estrelas, descobrir o tempo e pressentir os deuses.	Assertivo: conjectura
165	Ao terminar esta primeira saudação ao nosso povo, como seu governador, recorro a um dos mais eminentes mineiros do século 20, que levou ao Brasil a contribuição de nossa cultura e dos nossos sentimentos, o escritor e jornalista Otto Lara Resende, nascido em minha São João Del Rei.	Assertivo: afirmação Assertivo: relato
167	Dele são algumas reflexões que me tocaram e expressam os meus sentimentos nesta hora.	Assertivo: relato
168	Leio:	
169	“Sou brasileiro, sou mineiro, sou cidadão limitado por fronteiras fatais.	Expressivos declarativos
170	Creio no homem, creio na justiça, creio na liberdade.	Expressivos declarativos
171	Desejo que a vida de meus filhos e de todos os que vierem depois de mim seja melhor do que a minha.	Comissivo: desejo
172	Desejo firmemente a utopia.	Comissivo: desejo
173	Creio na utopia. Afinal, o Brasil não precisa ser permanentemente infeliz.	Expressivo
174	Precisamos ter pressa. Precisamos urgentemente ter orgulho do Brasil.”	Diretivo
175	Que Deus nos ilumine.	Expressivo
176	Muito obrigado.	Expressivo
	http://mensagensdeacicio.wordpress.com/2003/01/01/discorso-de-posse-governo-de-minas-2003/ : acesso em 25 de Junho de 2012	

DISCURSO DE POSSE-REELEIÇÃO DE AÉCIO NEVES EM 2007:

	DISCURSO DE POSSE - Governo de Minas 2007	
1	Senhor presidente, mineiros de todas as partes desse Estado.	Diretivo
2	Ao reafirmar-se a vontade do povo de Minas Gerais pelo voto livre e direto, aqui compareço para a cerimônia de nova investidura nesta casa para legítima representação dos mineiros.	Assertivo: constatação
3	E o faço para confirmar publicamente cada um dos compromissos que assumi na longa e emblemática caminhada que fizemos pelo nosso Estado.	Assertivo: confirmação
4	Antes, peço licença para destacar este momento simbólico e o rito que se dá nesta Assembléia Legislativa, criada pelo Ato Adicional e reunida pela primeira vez em 1836.	Assertivo: relato
5	A Assembléia de Minas, senhoras e senhores, é mais do que contam os documentos oficiais.	Assertivo: afirmação
6	Esta casa, ao formalizar-se, deu prosseguimento histórico a uma prática natural da nossa gente.	Assertivo: relato
7	Nesta Província, cujos os ocupantes desconheceraam deveres feudais, sempre fizemos política.	Assertivo: afirmação
8	O sal de nosso batismo, como povo, teve o sabor da liberdade.	Assertivo: conjectura
9	Não fomos educados para a dócil aceitação do despotismo, mas, sim, instruídos pelas vicissitudes a encontrar a paz no diálogo entre iguais.	Assertivo: conjectura
10	Por isso, sempre nos rebelamos contra a opressão da metrópole, e a ela nunca nos curvamos.	Assertivo: afirmação
11	Houve quem nos acusasse no passado, e há ainda quem nos acuse hoje, de dar demasiada importância à política.	Assertivo: conjectura
12	Não nos envergonhamos de havê-la praticado como a praticamos antes e temos orgulho em praticá-la no presente.	Expressivo
13	Tenho para mim que nenhuma definição do que seja a política é melhor do que a de Aristóteles.	Assertivo/expressivo: opinião
14	Para o fundador da doutrina do Estado, que Santo Tomás de Aquino considerava o filósofo em sua portentosa singularidade, a política é a mediação do equilíbrio entre iguais, o que a faz inseparável da ética.	Assertivo: relato/conjectura
15	Os conhecedores da obra aristotélica não distinguem entre os livros que tratam da ética e os que tratam da política.	Assertivo: conjectura
16	Em seu incontestável raciocínio, a política terá que ser ética, ou não será política; e a ética necessita da administração política da sociedade, para que seu exercício encontre o apoio nas leis do Estado.	Assertivo: conjectura
17	Assim, sem que se necessitem tratados extensos para definir os mineiros, somos aqui, dos povoados mais pobres às cidades mais prósperas e cultas, seres políticos.	Assertivo: conjectura
18	O fato de que nem todos participem diretamente do governo,	Assertivo: afirmação

	sob o mandato do povo ou no serviço permanente da administração, não os faz diferentes em nossa peculiar humanidade.	
19	Em Minas sonhamos a política, não a política pela política apenas.	Assertivo: conjectura
20	Mas a política que é instrumento de transformação e avanço.	Assertivo: conjectura
21	Por isso, senhoras e senhores, estar aqui, nesse instante, é renovar os meus compromissos com esta política.	Assertivo: declarativo
22	Com a política que é instrumento ético e eficaz para a transformação da sociedade.	Assertivo: afirmação
23	Senhor presidente, desde que iniciei minha vida pública, há vinte anos, tenho pensado sem pausas na nossa história.	Assertivo: afirmação
24	As nossas cidades já nasceram no futuro.	Assertivo: afirmação
25	Não se formaram pouco a pouco, mas se reuniram em meses e anos febricitantes em torno das jazidas de ouro e das pedras diamantinas.	Assertivo: relato
26	Não só surgiram com a alma no futuro, como surgiram comprometidas com o mundo.	Assertivo: conjectura
27	Desde que se fizeram prósperas com o trabalho, muitas das primeiras famílias mineiras já se desprendiam da metrópole, mandando seus filhos estudar em outros países.	Assertivo: relato
28	Era uma forma clara de dizer aos colonizadores que o nosso propósito era o de criar aqui uma nação independente, de tratar o mundo com a posição soberana de senhores do próprio destino, e não com os olhos baixos dos sabujos.	Assertivo: conjectura
29	É nesse propósito que, pouco a pouco, no confronto com os delegados da Coroa, amadureceu o sentimento que faria os inconfidentes.	Assertivo: relato
30	Os atos de rebeldia serviam, ao mesmo tempo, para manter acesos os ideais que marcaram a Guerra dos Emboabas e Filipe dos Santos, até que declarássemos a nossa independência no martírio de Tiradentes.	Assertivo: relato
31	A partir de abril de 1792 já éramos, em nossa alma e em nossa inteligência, uma pátria, embora ainda permanecesse o status colonial até a separação formal de 1822.	Assertivo: relato
32	A força de nossa declaração, firmada com o sangue salgado do Alferes fez com que a Coroa desatasse sobre a Capitania a repressão mais abjeta, levando os mineiros à diáspora.	Assertivo: relato
33	Os perseguidos se tornaram, ao avançar sobre as brenhas do Oeste, semeadores do sentimento de pátria.	Assertivo: relato
34	Foi assim que um vaqueiro de Piumí, o Guia Lopes, se tornaria o grande herói e mártir da Retirada da Laguna, durante a Guerra do Paraguai.	Assertivo: relato
35	Senhoras e senhores, aqui, neste momento solene, não celebro apenas o passado, nem as possibilidades do futuro: comprometo-me com o presente.	Expressivo: júbilo
36	Ainda estamos recenseando os haveres que nos couberam pela natureza.	Assertivo
37	Ainda estamos construindo a sociedade que desejamos.	Assertivo: declarativo

38	E continuamos a executar os projetos idealizados pelos nossos antepassados.	Assertivo: declarativo
39	Tiradentes, identidade maior da nossa terra, como sabemos todos, era também empreendedor público.	Assertivo: relato
40	Vejam os senhores que, do excepcional revolucionário que ele foi, animador da conspiração pela liberdade, não se afastou da razão técnica.	Assertivo: relato
41	Ele sabia que a liberdade exige a autonomia econômica das sociedades políticas.	Assertivo: relato
42	Em suma, ele entendia que a independência e o desenvolvimento social e econômico são inseparáveis.	Assertivo: relato
43	Sem o sentimento de independência, não há ânimo para o trabalho duro que a prosperidade coletiva exige, e sem a autonomia econômica, é muito difícil conquistar e preservar a soberania política.	Assertivo: conjectura
44	Em nossa história não faltaram grandes homens públicos que combinaram a razão política com o compromisso e com o desenvolvimento.	Assertivo: afirmação Expressivo: júbilo
45	Foram muitos, em cada uma das gerações de montanheses.	Assertivo: afirmação
46	Ao homenageá-los, quero reuni-los em três grandes personalidades, que têm sido a inspiração permanente de meu governo.	Expressivo: homenagem
47	O mais antigo dos três foi Teófilo Benedito Ottoni, o bravo conspirador pela democracia.	Assertivo: relato
48	Jornalista e tribuno imbatível, o grande serrano influiu na abdicação de Pedro 1º, que vacilava entre o retorno a Portugal e a aventura absolutista.	Assertivo: relato
49	Rebelado mais tarde contra as conseqüências do golpe da Maioridade, ele chefiaria, com José Feliciano, a Revolução Federalista de 1842.	Assertivo: relato
50	Mas todas essas ações políticas não lhe impediram a obra de pioneiro.	Expressivo: elogio
51	Ao criar a Companhia Colonizadora do Mucuri, abrir a colônia de Nova Filadélfia, e acolher, na selva do Nordeste de Minas, imigrantes alemães, Ottoni já pensava grande.	Assertivo: relato
52	A primeira estrada projetada para o transporte de cargas pesadas, nas dimensões da época, foi aberta por ele, entre Nova Filadélfia, que fundara, hoje a grande cidade de todos nós, de meu pai, em especial, Teófilo Ottoni, e o porto fluvial de Santa Clara.	Assertivo: relato
53	O grande projeto, desprezado pelo governo imperial, não pôde ter o prosseguimento que se esperava, mas ali se encontram as marcas de sua obstinação.	Assertivo: relato
54	O segundo e grande mineiro que desejo homenagear nesta cerimônia é o presidente João Pinheiro da Silva.	Assertivo: relato
55	Como Teófilo Ottoni, João Pinheiro era descendente de italianos que se haviam fixado na Vila do Serro.	Assertivo: relato
56	Ao contrário de Ottoni, que nascera em família abastada, João Pinheiro era filho de modesto imigrante.	Assertivo: relato

57	Sua inteligência invulgar logo encontrou reconhecimento, e o rapaz, atraído bem cedo pelos ideais republicanos, pôde formar-se na Faculdade de Direito de São Paulo.	Assertivo: relato
58	Militante ousado do movimento antimonárquico de Ouro Preto, Pinheiro formou, com Antonio Olinto e Cesário Alvim, o triunvirato que assumiu o governo provisório de Minas em novembro de 1889.	Assertivo: relato
59	Tendo presidido provisoriamente o Estado, em substituição a Cesário Alvim, que fora nomeado Ministro da Justiça, João Pinheiro deixou o cargo por não transigir quanto à necessária autonomia dos governadores.	Assertivo: relato
60	Foi constituinte e, terminado seu mandato, recolheu-se em Caeté, onde passou vários anos distanciado do primeiro plano da política, como vereador, prefeito e empresário, até que Francisco Salles, que chefiava o Governo de Minas, o convocasse, em 1904, para ocupar a cadeira senatorial que fora de Carlos Vaz de Mello.	Assertivo: relato
61	Nos poucos meses em que atuou no parlamento nacional, Pinheiro assumiu a liderança de muitos de seus jovens pares, eleitos em todo o Brasil, criando sólida e promissora bancada interestadual.	Assertivo: relato
62	Era o primeiro movimento contra a predominância de Pinheiro Machado na política nacional e teve a liderança de Minas.	Assertivo: relato
63	O mesmo presidente Francisco Salles, diante de uma cisão no Partido Republicano, o convocou para ser o candidato de conciliação à sua própria sucessão.	Assertivo: relato
64	Foram apenas dois anos e 52 dias no Palácio da Liberdade, de 7 de setembro de 1906, a até sua morte, em 25 de outubro de 1908, marcados pela inteligência política e a ousadia econômica daquele jovem governador.	Assertivo: relato
65	O seu desaparecimento prematuro privou Minas de um imenso salto de desenvolvimento econômico, que só seria realizado mais de 40 anos depois.	Assertivo: relato
66	Como presidente de Minas --título dos governadores na República Velha--, criou a Fazenda Modelo da Gameleira e abriu várias colônias agrícolas, apesar das críticas severas dos adversários.	Assertivo: relato
67	Patrocinou a importação das primeiras máquinas agrícolas para o Estado, em um tempo em que a produção dependia de arados rudimentares e das enxadas produzidas nas forjas de Monlevade, meu caro presidente.	Assertivo: relato
68	João Pinheiro foi o primeiro dos governantes mineiros a associar a educação ao desenvolvimento.	Assertivo: relato
69	Há cem anos, ele reclamava contra o abandono da escola primária.	Assertivo: relato
70	E propunha a preparação paralela dos jovens para o trabalho, sem prejuízo da educação formal.	Assertivo: relato
71	Ele acreditava sinceramente na inteligência e capacidade de trabalho do povo brasileiro.	Assertivo: relato

72	Seus sucessores foram também grandes mineiros, mas o povo teria que esperar que surgisse, em nossa história, outro homem alucinado pelo desenvolvimento: Juscelino Kubitschek.	Assertivo: relato
73	Permito-me lembrar-lhes aqui o que disse do grande governador e presidente da República, na homenagem que os mineiros lhe prestaram, ao transferir para Diamantina, os festejos do último 21 de abril.	Assertivo: relato
74	Disse naquela ocasião:	Assertivo: relato
75	"Juscelino cumpriu, em Minas, a parcela que nos cabia do grande projeto de desenvolvimento de Vargas.	Assertivo: relato
76	Assim, fundamentou o seu programa na geração de energia e na abertura de estradas.	Assertivo: relato
77	Sem estradas para o escoamento dos produtos da terra e das manufaturas, não poderia haver crescimento econômico.	Assertivo: relato
78	E era necessária a geração da melhor energia para a indústria, mediante usinas hidrelétricas, para que as fábricas funcionassem e os homens do campo pudessem dispor de conforto, e nele permanecer e produzir."	Assertivo: relato
79	Semanas depois da posse, Juscelino criou a Cemig.	Assertivo: relato
80	Marcos fundamentais ao desenvolvimento de Minas foram edificadas com inteligência e com muita ousadia.	Expressivo: elogio
81	Mas, um homem público para ter a dimensão da sua missão não pode apenas ser um exitoso administrador.	Assertivo: conjectura
82	É preciso que ele encarne os sonhos e as esperanças de sua gente.	Assertivo: conjectura
83	É preciso que o seu povo nele se reconheça e nele confie.	Assertivo: conjectura
84	E Juscelino foi tudo isso para os mineiros e os brasileiros.	Assertivo/expressivo
85	Se para João Pinheiro, Minas era um povo que se levantava, sob o grave senso da ordem, com Juscelino essa ordem era amparada no impetuoso sentimento da alegria.	Assertivo: relato
86	Quando penso em Juscelino, sempre sou assistido de uma certeza.	Assertivo: afirmação
87	Mais do que fazer, ele nos disse que éramos capazes de fazer.	Assertivo: afirmação
88	Senhoras e senhores parlamentares, dirijo-me, neste momento, a todos os mineiros que vossas excelências representam neste plenário.	Diretivo:
89	Seus ouvidos são os de seus eleitores, que lhes conferiram o nobre mandato parlamentar.	Diretivo
90	Rogo-lhes que, nessa delegação, se façam portadores de minha prestação de contas destes quatro anos passados, que lhes peço ter como penhor do novo mandato que hoje se inicia.	Diretivo: pedido
91	Começo por render meu respeito a meus ilustres antecessores.	Expressivo: tributo
92	E o faço nas figuras de Itamar Franco, Francelino Pereira e Itamar Franco, presentes hoje aqui em Belo Horizonte.	Assertivo: constatação
93	Sei de seus esforços em conduzir a administração do Estado, cada um ao seu tempo.	Assertivo: afirmação
94	Muitos dos êxitos de minha administração eu os devo justamente a eles e às administrações passadas.	Assertivo: afirmação

95	Senhor Presidente, em 2002, ao iniciarmos o nosso governo, entre as inúmeras preocupações que me ocupavam, uma era prioritária: era preciso diminuir distâncias.	Assertivo: relato de metas
96	Diminuir a distância entre o governo e a população, através de um aumento significativo dos investimentos nas áreas essenciais: educação, saúde e segurança.	Assertivo: predições
97	Diminuir a distância entre as diversas regiões de Minas, estimulando o desenvolvimento de um Estado mais solidário.	Assertivo: predições
98	Diminuir as diferenças entre as pessoas, criando e democratizando as oportunidades.	Assertivo: predições
99	Para isso, era preciso ter segurança do caminho escolhido a seguir.	Assertivo: relato
100	Para isso, era imprescindível que reorganizássemos a máquina administrativa, passo fundamental para o desejado salto de qualidade dos serviços sob a guarda do Estado.	Assertivo: relato
101	As medidas que tomamos, para orgulho dos mineiros, são hoje reconhecidas como referenciais de boa gestão no Brasil.	Assertivo: afirmação EM: orgulho EP: elogio
102	Partimos, senhoras e senhores, amigos presentes, portanto, desse emblemático patamar.	Comissivo
103	Nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz.	Assertivo: negação e ratificação
104	Reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas e com a sociedade organizada.	Confirmação do compromisso assumido
105	O conjunto harmonioso dos nossos compromissos compõe um novo programa de desenvolvimento para Minas e todos os mineiros.	Comissivo: promessa
106	Ele estará em nossa cabeceira e em nossas mãos todo o tempo, como um legítimo guia, uma referência permanente dos desejos e dos sonhos de todos os mineiros.	Comissivo: promessa
107	Saberemos respeitá-los.	Comissivo
108	Saberemos cumpri-los.	Comissivo
109	E lutaremos, com todas as nossas forças, para fazê-los realidade transformadora.	Comissivo: desejo
110	Senhoras e senhores, nenhuma obra é fruto do esforço ou trabalho de um só homem.	Assertivo: afirmação
111	Na maioria das vezes, é dividindo responsabilidades e somando esforços que multiplicamos resultados.	Assertivo: conjectura
112	Procurei, desde o início, cercar-me de auxiliares de reconhecida competência e de reconhecida probidade para a gestão da coisa pública.	Assertivo: prestação de contas
113	A todos aqueles que, em algum momento, fizeram parte desta equipe tão brilhante e dedicada, agradeço em nome do povo mineiro.	Expressivo: agradecimento
114	E a cada um deles --muitos aqui presentes-- manifesto a gratidão pessoal do Governador do Estado.	Expressivo: agradecimento
115	Durante quatro anos trabalhamos com destemor e coragem e	Assertivo: prestação

	criamos as bases para a construção de uma nova realidade em Minas.	de contas
116	Com o "Choque de Gestão", ao se encerrar o segundo ano de nosso mandato, conseguimos equilibrar as receitas e as despesas, alcançando o déficit zero.	Assertivo: prestação de contas
117	Não foi uma caminhada fácil, uma vez que partíamos de um déficit acumulado em mais de uma década.	Assertivo EP: superação
118	Tivemos que adotar medidas duras, a fim de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.	Assertivo: aprovação
119	Foi possível reduzir as despesas com a máquina pública e dar prioridade à recuperação da nossa capacidade de investimentos.	Assertivo: prestação de contas
120	Gastar menos com o governo para gastar mais com a população foi o nosso lema.	Assertivo: afirmação
121	Nossa obstinação.	Assertivo: afirmação
122	E aqui devo uma palavra muito clara de profundo e penhorado agradecimento a essa Casa, matriz das mais importantes mudanças que ocorreram em Minas Gerais, companheira solidária e atenta, certamente grande responsável pelas transformações que passaram a ocorrer no nosso Estado.	Expressivo: agradecimento
123	Além de fazermos juntos o crescimento das receitas próprias cresceram, sem aumento da carga tributária.	Assertivo: prestação de contas (avaliação positiva)
124	Reduzimos a dependência com relação ao governo federal.	Assertivo: afirmação preta/contas
125	Em uma demonstração inequívoca da eficiência do trabalho de nossa equipe, conseguimos realizar 91% do orçamento dos investimentos autorizados, com recursos próprios, enquanto a média brasileira de execução desta rubrica não chegou ao 50%.	Assertivo: prestação de contas (avaliação positiva)
126	Economizamos com as compras do Estado e eliminamos drasticamente os desperdícios.	Assertivo: prestação de contas
127	Apesar de termos reduzido o ICMS incidente sobre 152 produtos de consumo popular, o crescimento na arrecadação desse tributo foi de 18.3% em 2005, enquanto no Sudeste a variação foi de 11.3% e, no Brasil, de 11.9%.	Assertivo: prestação de contas
128	Mais uma vez falo de eficiência na gestão da coisa pública.	Expressivo: autoelogio
129	Os investimentos, com recursos provenientes de fontes ordinárias, subiram de 283 milhões em 2003, para 1 bilhão e 400 milhões em 2005.	Assertivo: prestação de contas
130	Em todos os setores da administração os investimentos se multiplicaram.	Assertivo: afirmação
131	Na Saúde, cresceram de 330 milhões para 775 milhões; na Educação, de 56 milhões para 227 milhões; na Segurança, de 20 para 247 milhões, nos Transportes, de 259 para 712 milhões.	Assertivo: prestação de contas (avaliação positiva)
132	Sempre considerando as parcerias com os outros níveis de Governo, prosseguimos na execução do projeto de levar a	Assertivo: prestação de contas

	energia elétrica a todo o território mineiro e avançar, como nunca avançamos, no campo do saneamento básico.	
133	Os resultados aí estão: o PIB de Minas, em 2005, foi 4.7%, o dobro do obtido pelo Brasil.	Assertivo: prestação de contas
134	Alcançamos a melhor posição da década em exportações.	Expressivo: autoelogio
135	Geramos cerca de 700 mil empregos com carteira assinada.	Assertivo: prestação de contas
136	Atraímos cerca de 100 bilhões em novos investimentos.	Assertivo: prestação de contas
137	E alcançamos resultados emblemáticos no campo social: caiu substancialmente em Minas a mortalidade materno-infantil; aumentamos a cobertura da assistência preventiva à saúde e diminuímos as internações hospitalares desnecessárias.	Assertivo: prestação de contas
138	Fomos o primeiro Estado brasileiro a implantar o ensino fundamental de nove anos e a distribuir livros didáticos gratuitos ao ensino médio.	Assertivo: prestação de contas
139	Depois de uma década de crescimento vertiginoso, conseguimos conter a grave onda de violência e estão em queda os principais indicadores de criminalidade violenta nas principais regiões do Estado.	Assertivo: prestação de contas
140	Fizemos, senhoras e senhores, mais do que muitos imaginavam possível.	Expressivo: autoelogio
141	E quando o fizemos, percebemos que precisamos fazer sempre muito mais.	Comissivo: desejo
142	Que não podemos descansar sobre os êxitos já alcançados.	Comissivo: desejo
143	Nosso olhar atento deve estar sempre voltado não para os obstáculos superados, mas para o que ainda falta fazer.	Assertivo: conjectura
145	E muito nos falta ainda.	Assertivo: declarativo
146	Senhoras e senhores, sempre nos preocupamos com o Brasil como um todo.	Diretivo
147	Não nos arrogamos o monopólio do sentimento da Pátria.	Assertivo: afirmação
148	Mas nos orgulhamos de nosso profundo sentimento de fraternidade e solidariedade para com todos os brasileiros.	Assertivo: contraposição
149	Brasileiros que, neste vasto território, trabalham quotidianamente, enfrentam as contingências adversas da vida, e não perdem o ânimo em seu esforço permanente para construir uma grande e poderosa nação.	Assertivo: conjectura
150	Minas, senhoras e senhores, jamais faltará ao Brasil, naquilo que realmente interessa à construção do nosso futuro comum.	Diretivo
151	Da mesma forma com que sempre seremos solidários ao país no enfrentamento dos graves problemas coletivos, em especial no campo social, Minas também saberá sempre cobrar responsabilidades e decisões pautadas pelo compromisso com o bem comum.	Assertivo: condição
152	E aqui, peço licença, mais uma vez, para debruçar-me sobre o que, ao meu ver, é o ponto crucial dessa nova jornada que se inicia.	Diretivo: pedido
153	Não haverá crescimento verdadeiro; não haverá	Assertivo: predição

	desenvolvimento consolidado; não haverá democracia plena enquanto não refundarmos a federação e os princípios norteadores da República brasileira.	(avaliação negativa)
154	Os avanços que o país precisa não acontecerão; não alcançaremos a justiça social que todos almejamos, enquanto não tivermos a coragem de desconcentrar recursos.	Assertivo: predição (avaliação negativa)
155	Enquanto não houver autonomia administrativa para estados e municípios e justiça tributária.	Assertivo: condição
156	Este momento de recomeço, senhoras e senhores, exige de cada um de nós, que tenhamos responsabilidade pública, maturidade.	Diretivo: pedido/ conselho
157	Mais que maturidade: solidariedade. E grandeza para pensar o país e o futuro.	Diretivo: pedido
158	Neste momento, dirijo-me, a Vossas Excelências, falando a todos os mineiros.	Diretivo
159	Renovo publicamente todos os meus compromissos.	Comissivo
160	E o faço movido por um sentimento de forte esperança e fé no futuro.	Expressivo
161	Sinto, sinceramente, que estamos, hoje, muito mais preparados para enfrentar os desafios e vencê-los, com determinação, soma de esforços e trabalho coletivo, sempre em parceria com essa que é casa dos mineiros.	Assertivo/ expressivo
162	Agradeço aos demais Poderes pela cooperação e relevante contribuição que deram nas questões mais decisivas ao processo de recuperação progressiva do Estado.	Expressivo: agradecimento
163	Ao Parlamento; ao Judiciário, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público também renovo, em nome do Estado, nosso desejo de trabalhar em harmonia, mas com a imprescindível independência que balizam as relações institucionais entre os Poderes.	Expressivo: agradecimento
164	Senhoras e senhores, Minas está pronta para um novo ciclo de desenvolvimento.	Diretivo
165	Minas tem rumo, unidade, valores que não perecem com o tempo.	Assertivo: conjectura
166	Guardamos, dentro e fundo, todos eles, os valores dos nossos heróis e também dos anônimos que fizeram e fazem a nossa história, que professaram a justiça, a paz, a liberdade e a prosperidade.	Expressivo
167	Cada geração, senhoras e senhores, tem o seu compromisso com a história.	Assertivo: conjectura
168	O nosso maior compromisso, entre tantos, talvez seja o de demonstrar que é possível trabalhar com generosidade e desprendimento pelo bem comum, que é possível aliar responsabilidade e ousadia, que é possível somar razão e sensibilidade, que vale a pena enfrentar obstáculos e incompreensões por amor a Minas e aos mineiros.	Comissivo: desejo
169	Senhor presidente, senhoras e senhores, a generosidade da nossa gente me trouxe a esta casa, há quatro anos atrás, na condição de governador eleito de Minas Gerais.	Assertivo: relato
170	Se viver esta experiência uma vez já é definitivamente um	Expressivo:

	marco de honra na biografia de qualquer homem, viver este momento pela segunda vez faz com que a emoção se apodere de meu coração neste instante, de uma forma única, indescritível e incomparável.	júbilo/euforia
171	Manifesto o meu reconhecimento aos meus familiares que, no passado e no presente nunca me faltaram.	Expressivo: agradecimento
172	Manifesto o meu reconhecimento aos meus companheiros de sonhos e travessias.	Expressivo: agradecimento
173	Rogo a Deus que não me deixe faltar forças para enfrentar as adversidades e corresponder às expectativas de milhares de mineiros de todas as regiões, das nossas muitas Minas.	Expressivo: rogo/oração
174	Com eles, os mineiros, continuaremos a sonhar os mesmos sonhos.	Comissivo
175	Sonhos que atravessam o tempo e, aos poucos, vão se tornando realidade.	Assertivo: conjectura
176	Com os mineiros, dividiremos decisões, responsabilidades e méritos.	Assertivo: predição ou comissivo
177	Viveremos, em plenitude, a busca de uma sociedade mais justa e igual.	Assertivo: predição ou comissivo
178	Com os mineiros, construiremos o nosso destino e continuaremos escrevendo a nossa história.	Assertivo: predição ou comissivo
179	Simbolicamente, nesse momento, estendo a mão a cada um dos mineiros em todos os cantos desse Estado para que juntos, lado a lado, nos coloquemos novamente a caminho na busca e construção da Minas com que tantos sonharam no passado e com que tantos sonham no presente.	Comissivo: desejo
180	A Minas da Justiça, a Minas das oportunidades, da liberdade.	Assertivo: afirmação
181	Que Deus nos ilumine a todos.	Expressivo
182	Muito obrigado.	Expressivo
183	<i>Assembléia Legislativa 1º de janeiro 2007</i>	
	http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u88214.shtml : acesso em 10 Junho de 2012	

DISCURSO DE POSSE DE LULA EM 2003:

DISCURSO DE POSSE DE LULA NO CONGRESSO EM 2003		
1	"Companheiros e companheiras,	Diretivo: saudação
2	"Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro.	Assertivo: afirmação
3	A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.	Assertivo: convicção
4	Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.	Assertivo: avaliação/ desaprovação
5	Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.	Assertivo: avaliação/ desaprovação
6	Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.	Assertivo: afirmação/ justificação
7	Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar.	Assertivo: afirmação
8	E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.	Assertivos: afirmação, ratificação e possibilidade
9	Vamos mudar, sim.	Comissivo: desejo/intenção
10	Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia.	Comissivo: desejo/compromisso
11	Mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista.	Assertivo: conjectura
12	Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e	Comissivo: desejo

	duradouro.	
13	O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes.	Assertivo: constatação/ descrição
14	Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico.	Diretivo: alerta/ desafio
15	Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.	Diretivo: questionam. Diretivo: sugestão
16	Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo;	Diretivo: metas/conselho
17	teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.	Diretivo: metas/conselho
18	Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.	Comissivo: desejo
19	Este é um país extraordinário.	Expressivo exaltativo.
20	Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista.	Expressivo: elogio
21	Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças.	Expressivo: elogio
22	Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.	Assertivo: convicção/ explicação Expressivo exaltativo
23	O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos;	Expressivo: enaltecimento
24	e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.	Comissivo/diretivo: desejo/convocação
25	Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome.	Assertivo: afirmação/conjectura
26	No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer.	Assertivo: reprovação
27	Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.	Assertivo: reprovação/crítica
28	Essa é uma história antiga.	Assertivo: afirmação

29	O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome;	Assertivo: constatação/reprovação
30	proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome;	Constat./reprovação
31	conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome;	Constat./reprovação
32	industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome.	Constat./reprovação EP: Crítica e denúncia
33	Isso não pode continuar assim.	Comissivo: intenção de mudança/
34	Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.	Expressivo: repulsa/ EP: indignação
35	Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero".	Assertivo: afirmação
36	Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.	Assertivo: confirmação
37	É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do país.	Diretivo: conclamação/convite
38	Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia.	Assertivo: opinião
39	Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.	Assertivo: necessidade
40	Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.	Assertivo: meta/opinião
41	Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.	Comissivo: promessa Assertivo: justificativa/ explicação
42	Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária.	Assertivo: explicação/apoio Comissivo: promessa
43	Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social.	Assertivo: explicação EP: autoelogio/orgulho

44	Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.	Assertivo: afirmação EP: convencimento
45	A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica.	Comissivo: promessa
46	Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.	Comissivo: promessa Assertivo: justificativa
47	Hoje, tantas e tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos.	Assertivo: avaliação/comparação
48	Temos que cuidar bem _muito bem_ deste imenso patrimônio produtivo brasileiro.	Diretivo: convite ou Comissivo: desejo
49	Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.	Assertivo: condição
50	Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho.	Comissivo: comprometimento
51	Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão.	Comissivo: promessa/obsessão
52	Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.	Comissivo: promessa
53	Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.	Comissivo: promessa
54	Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado.	Assertivo: condição Diretivo: desafio/meta
55	Da mesma forma, é necessário incrementar _muito_ o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas.	Assertivo: condição Diretivo: meta/
56	É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.	Assertivo: condição
57	Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários,	Assertivo: condição/análise
58	carecemos de um autêntico pacto social pelas mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da nação, de	Assertivo: condição/analise

	modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o país volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.	Diretivo:
59	O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária.	Assertivo: afirmação Comissivo: compromisso.
60	Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.	Assertivo: convicção
61	Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.	Comissivo: pretensão/ necessidade
62	Estamos em um momento particularmente propício para isso.	Assertivo:
63	Um momento raro da vida de um povo.	Assertivo:
64	Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional.	Assertivo: afirmação/ especulação
65	O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos.	Assertivo: afirmação/ especulação
66	Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.	Assertivo: afirmação/ especulação
67	Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social.	Assertivo: afirmação Assertivo: afirmação EP: autoelogio/ convencimento
68	Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar.	Expressivo: euforia/ júbilo
69	Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso governo.	Expressivo: euforia EP: positividade
70	Por tudo isso, acredito no pacto social.	Assertivo: simplificação
71	Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro.	Assertivo: reconhecimento
72	Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.	Comissivo: promessa/ compromisso
73	O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo.	Comissivo: promessa/ compromisso
74	É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida	Diretivo: advertência

	pública.	
75	Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.	Comissivo: necessidade/ compromisso.
76	Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar.	Declarativo: definição
77	É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos.	Assertivo: opinião
78	Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País.	Assertivo: opinião
79	E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.	Diretivo: pedido
80	Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.	Comissivo: compromisso
81	Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.	Comissivo: desejo
82	Em meu governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções.	Comissivo:
83	O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte.	Diretivo: sugestão
84	Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo.	Assertivo: afirmação
85	O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los.	Assertivo: conjectura Comissivo: desejo
86	O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.	Comissivo: desejo Assertivo: opinião
87	Sobretudo vamos produzir.	Comissivo: intenção
88	A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.	Assertivo/Expressivo: justificativa
89	O Brasil é grande.	Assertivo/expressivo;
90	Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer	Assertivo: contraposição

	jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável.	Diretivo: conselho
91	Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território.	Expressivo: elogio
92	Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.	Assertivo: descrição/comparação
93	Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste.	Assertivo; descrição
94	Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.	Assertivo/expressivo: elogio
95	Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram dando uma contribuição original ao mundo.	Assertivo/expressivo: elogio
96	Onde judeus e árabes conversam sem medo.	Assertivo/expressivo: elogio
97	Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.	Expressivo: elogio
98	Esta nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.	Diretivo/expressivo: incitação
99	Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas.	Comissivo: intenção
100	No meu governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.	Comissivo: desejo
101	Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.	Comissivo: compromisso
102	As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento.	Assertivo: afirmação Comissivo: compromisso/promessa
103	Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas.	Comissivo: promessa
104	Com igual empenho, esforçemo-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais.	Comissivo: promessa
105	Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de	Comissivo:

	flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico.	compromisso
106	Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações.	Comissivo: promessa
107	De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo.	Assertivo: convicção
108	Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.	Comissivo: promessa
109	A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social.	Comissivo: desejo
110	Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.	Assertivo: explicação e censura
111	O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político.	Assertivo: afirmação
112	Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.	Assertivo: desaprovação
113	Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração.	Comissivo: promessa/compromisso
114	Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos.	Comissivo: promessa
115	Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul.	Comissivo: promessa
116	Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis.	Assertivo: avaliação
117	Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.	Comissivo: promessa
118	O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.	Comissivo: compromisso
119	Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo.	Comissivo: desejo
120	Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão.	Comissivo: desejo
121	Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.	Comissivo: desejo

122	Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.	Assertivo: retificação Comissivo: desejo
123	Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.	Comissivo: desejo
124	A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.	Assertivo: avaliação/justificativa
125	Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.	Comissivo: promessa
126	As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas.	Comissivo: promessa
127	Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação.	Assertivo: opinião
128	Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.	Comissivo: promessa
129	Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do direito internacional.	Comissivo: promessa
130	Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.	Comissivo: promessa
131	Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.	Assertivo: afirmação Comissivo; desejo Expressivo: júbilo
132	É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional.	Assertivo: avaliação crítica
133	Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.	Assertivo: avaliação crítica
134	Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente.	Comissivo: desejo

135	Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.	Comissivo: desejo
136	Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.	Assertivo: conjectura
137	O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo.	Comissivo
138	Por isso devemos exigir muito de nós mesmos.	Diretivo: desafio
139	Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera.	Diretivo: desafio
140	O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração.	Diretivo: desafio
141	E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.	Diretivo: desafio/conselho
142	Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais.	Assertivo: conjectura
143	Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de supremo mandatário da nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.	Assertivo: descrição Expressivo: autoelogio Comissivo/diretivo: convite/convicção
144	E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.	Diretivo: conselho
145	Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação ativa, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.	Assertivo: afirmação Expressivo: elogio EP: enaltecimento
146	Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade.	Assertivo: predição
147	Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à	Assertivo: preditivo Assertivo: descritivo

	natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.	Expressivo exaltativo: elogio
148	O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.	Assertivo: conjectura
149	Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.	Diretivo/expressivo: agradecimento
150	Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia a dia dos próximos quatro anos.	Diretivo: pedido
151	Viva o povo brasileiro!"	Expressivo: júbilo/euforia
	http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44275.shtml : acesso em 15 de maio de 2012	

DISCURSO DE POSSE – LULA 2007:

Pronunciamento de Posse no Congresso em 03/01/2007		Ponto e modo ilocucional
1	Quatro anos atrás, nesta Casa, em um primeiro de janeiro, vivi a experiência mais importante de minha vida a de assumir a presidência do meu País.	Assertivo/expressivo
2	Não era apenas a realização de um sonho individual.	Assertivo
3	O que então ocorreu foi o resultado de um poderoso movimento histórico do qual eu me sentia e ainda hoje me sinto parte e humilde instrumento.	Assertivo: conjectura
4	Pela primeira vez, um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República	Assertivo: descrição EP: expressivo autoelogio
5	Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto.	Assertivo: descrição EP: auto elogio
6	Hoje estou de volta a esta Casa, no mesmo primeiro de janeiro e quase na mesma hora.	Assertivo: constatação
7	Tenho a meu lado, como em 2003, o amigo e companheiro José Alencar, cuja colaboração inteligente e leal tornou menos árduas as tarefas destes quatro anos.	Assertivo: constatação
8	E assim o será no Governo que se inicia.	Assertivo: predição
9	Tudo é muito parecido, mas tudo é profundamente diferente.	Assertivo: conjectura
10	É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente.	Assertivo: conjectura
11	Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país.	Assertivo: conjectura
12	Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites.	Assertivo; conjectura
13	Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.	Assertivo: conjectura EP: autoelogio
14	Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás.	Assertivo: conjectura
15	Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos.	Diretivo: pedido
16	Minhas Senhoras e meus Senhores,	Diretivo: saudação

17	Quatro anos depois, o Brasil é igual na sua energia produtiva e criadora.	Assertivo: comparação
18	Mas é diferente para melhor na força da sua economia, na consistência de suas instituições e no seu equilíbrio social.	Assertivo: avaliação positiva
19	Em que momento de nossa história tivemos uma conjugação tão favorável e auspiciosa: de inflação baixa; crescimento das exportações; expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores?	Diretivo: questionamento Assertivo: descrição EP: autoelogio
20	O Brasil ainda é igual, infelizmente, na permanência de injustiças contra as camadas mais pobres.	Assertivo: avaliação negativa
21	Porém é diferente, para melhor, na erradicação da fome, na diminuição da desigualdade e do desemprego.	Assertivo: avaliação positiva
22	É melhor na distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia.	Assertivo: avaliação positiva
23	Muito já fizemos nessas áreas, mas precisamos fazer muito mais.	Comissivo: desejo
24	O Brasil ainda possui sérias travas ao seu crescimento e fragilidades nos seus instrumentos de gestão.	Assertivo: avaliação negativa
25	Mas nosso país é diferente para melhor: na estabilidade monetária; na robustez fiscal; na qualidade da sua dívida; no acesso a novos mercados e a novas tecnologias; e na redução da vulnerabilidade externa.	Assertivo: avaliação positiva
26	O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.	Assertivo: opinião Assertivo: prestação de contas (avaliação positiva/ explicação)
27	Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalho.	Assertivo: prestação de contas (descrição/ avaliação positiva)
28	O Brasil ainda precisa avançar em padrões éticos e em práticas políticas.	Assertivo: avaliação negativa/ censura
29	Mas hoje é muito melhor na eficiência dos seus mecanismos de controle e na fiscalização sobre seus governantes.	Assertivo: avaliação positiva
30	Nunca se combateu tanto a corrupção e o crime organizado.	Assertivo: avaliação positiva
31	Muita coisa melhorou na garantia dos direitos humanos, na defesa do meio ambiente, na ampliação da cidadania e na valorização das minorias.	Assertivo: avaliação positiva
32	O Brasil é uma nação mais respeitada, com inserção criativa e	Assertivo: afirmação

	soberana no mundo.	Expressivo: elogio
33	E o mundo, vasto mundo, como está quatro anos depois?	Diretivo: questionamento
34	Melhor em certos aspectos, mas pior, infelizmente, em tantos outros.	Assertivo: análise
35	Foram quatro anos sem graves crises econômicas, mas com graves conflitos políticos e militares internacionais.	Assertivo: análise
36	Ao mesmo tempo em que o crescimento da economia mundial permitiu um certo desafogo aos países emergentes, a relação entre nações ricas e pobres não melhorou.	Assertivo: análise
37	A solução dos grandes problemas mundiais, como: as persistentes desigualdades econômicas e financeiras entre as nações; o protecionismo comercial dos grandes; a fome e a inclusão dos deserdados; a preservação do meio ambiente; o desarmamento; e o combate adequado ao terrorismo e à criminalidade internacional; não evoluiu.	Assertivo: análise
38	Os organismos internacionais especialmente a ONU não se atualizaram em relação aos novos tempos que vive a humanidade.	Assertivo: análise
39	Meus Senhores e minhas Senhoras,	Diretivo:
40	Um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim.	Assertivo/comissivo
41	Ele me permite saber para onde seguir.	Assertivo: afirmação
42	Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam.	Assertivo: afirmação e comissivo: promessa
43	Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada.	Assertivo: confissão
44	Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.	Assertivo: reprovação Expressivo: júbilo
45	Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha.	Assertivo: convicção
46	Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.	Assertivo: convicção
47	É uma responsabilidade enorme tornar-se o presidente com o índice de aprovação mais elevado ao final de seu mandato.	Assertivo/expressivo
48	Tenho plena consciência do que isso significa.	Assertivo: afirmação
49	Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido e avançar com maior determinação no que está	Comissivo: desejo

	dando certo, para consolidar as conquistas populares.	
50	O desafio é grande, porém maior é a minha disposição de vencê-lo.	Assertivo: convicção
51	Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos e escuto, muito perto, a voz da minha consciência.	Expressivo
52	Ela me diz que não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil, quase impossível, que só pode ser conquistado numa lentidão secular.	Assertivo: afirmação
53	Quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo.	Assertivo: afirmação
54	E o Brasil mudou.	Assertivo: constatação
55	Hoje, digo que os verbos acelerar, crescer e incluir vão reger o Brasil nestes próximos quatro anos.	Assertivo: predição
56	Os efeitos das mudanças têm que ser sentidos rápida e amplamente.	Assertivo: necessidade
57	Vamos destravar o Brasil para crescer e incluir de forma mais acelerada.	Comissivo: desejo
58	Minhas Senhoras e meus Senhores,	Diretivo
59	O Brasil não pode continuar como uma fera presa numa rede de aço invisível debatendo-se, exaurindo-se, sem enxergar a teia que o aprisiona.	Assertivo: desaprovação
60	É preciso desatar alguns nós decisivos para que o País possa usar a força que tem e avançar com toda velocidade.	Assertivo: solução
61	Muito tentamos nos últimos quatro anos, mas fatores históricos, dificuldades políticas e prioridades inadiáveis fizeram com que nosso esforço não fosse inteiramente premiado.	Assertivo: avaliação crítica
62	Hoje a situação é bem melhor, pois construímos os alicerces e temos um projeto claro de país a ser realizado.	Assertivo: avaliação positiva
63	Precisamos de firmeza e ousadia para mudar as regras necessárias e avançar.	Assertivo: necessidade
64	Não podemos desperdiçar energias, talentos, esperanças.	Assertivo: afirmação
65	Sei que o crescimento, para ser rápido, sustentável e duradouro, tem de ser com responsabilidade fiscal.	Assertivo: conjectura
66	Disso não abriremos mão, em hipótese alguma.	Comissivo
67	Mas é preciso combinar essa responsabilidade com mudanças de postura e ousadia na criação de novas oportunidades para o país.	Assertivo: análise crítica
68	É necessário, igualmente, que este crescimento esteja inserido em uma visão estratégica de desenvolvimento que nosso país havia perdido.	Assertivo: preditiva

69	É preciso uma combinação ampla e equilibrada do investimento público e do investimento privado.	Assertivo: avaliação crítica
70	Para lograr este equilíbrio, temos de desobstruir os gargalos e de romper as amarras que travam cada um destes setores.	Assertivo: preditiva
71	Isso significa ampliar e agilizar o investimento público, desonerar e incentivar o investimento privado.	Assertivo: preditivo
72	Sei que o investimento público não pode, sozinho, garantir o crescimento.	Assertivo: afirmação
73	Porém, ele é decisivo para estimular e mesmo ordenar o investimento privado..	Assertivo: contraposição
74	Estas duas colunas, articuladas, são capazes de dar grande impulso a qualquer projeto de crescimento.	Assertivo: análise
75	Para atingir estes objetivos, estaremos lançando, já neste primeiro mês de governo, um conjunto de medidas, englobadas no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC	Comissivo: promessa
76	Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro.	Assertivo: afirmação
77	Ao contrário, elas serão apenas o começo.	Comissivo: promessa
78	Serão desdobradas e complementadas ao longo de todo o mandato, incorporando, inclusive, reformas mais amplas que seguramente estarão na pauta desta Casa.	Comissivo: promessa
79	Vamos: realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infraestrutura; aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução.	Comissivo: promessa (aprimoramento da máquina pública)
80	O fornecimento de energia nos próximos dez anos está garantido pelos projetos em andamento e pelos novos e ambiciosos projetos que serão licitados em 2007.	Assertivo: prestação de contas e predição
81	Continuaremos dando prioridade ao setor de Bioenergia, no qual o Brasil ocupa a vanguarda mundial, como decorrência dos esforços de meu Governo.	Comissivo: promessa Expressivo: autoelogio
82	O Programa Luz Para Todos, que já propiciou energia elétrica para cinco milhões de pessoas, tem como objetivo chegar até o fim de 2008 a todos os brasileiros ainda sem acesso à eletricidade.	Assertivo: prestação de contas e predição
83	Vamos estabelecer, com o BNDES, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a EMBRAPA, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e o Ministério da Ciência e Tecnologia, um amplo programa de incentivo à produtividade das empresas brasileiras, facilitando a importação de equipamentos; melhorando a qualidade dos tributos; favorecendo o acesso à tecnologia da informação, apoiando a inovação; e estimulando a integração empresa-universidade.	Comissivo: promessa

84	E vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para união, estados e municípios.	Comissivo: promessa
85	Este conjunto de iniciativas significa o reforço das linhas mestras da política macroeconômica, com a redução da taxa real de juros.	Assertivo: explicação
86	Tenho claro que nenhum país consegue firmar uma política sólida de crescimento se o custo do capital ou seja, o juro for mais alto do que a taxa média de retorno dos negócios.	Assertivo: análise crítica
87	Da mesma forma que é necessária uma expansão planejada do crédito.	Assertivo: análise crítica
88	Nossa meta é criar condições para que sua expansão, até 2010, chegue a 50% do PIB, especialmente para o investimento, a infraestrutura, a agricultura, a habitação e o consumo.	Assertivo: predição
89	Outro ponto vital é a implantação de vigorosas medidas de desburocratização, sobretudo as que facilitem o comércio exterior, a abertura e fechamento de empresas, além de levar adiante o aperfeiçoamento das legislações sanitária e ambiental.	Assertivo: predição/meta/proposta
90	Meus Senhores e minhas Senhoras,	Diretivo
91	Durante a campanha afirmei que meu segundo governo será o governo do desenvolvimento, com distribuição de renda e educação de qualidade.	Assertivo: ratificação
92	Disse que, para termos um crescimento acelerado, duradouro e justo, devemos articular cada vez melhor a política macroeconômica com uma política social capaz de distribuir renda, gerar emprego e inclusão.	Assertivo: ratificação/ confirmação
93	Dessa forma, nossa política social, que nunca foi compensatória, e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural.	Comissivo: promessa
94	Será peça-chave do próprio desenvolvimento estratégico do país.	Assertivo: predição
95	O Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero saudado pelas comunidades pobres e criticado por alguns setores privilegiados teve duplo efeito.	Assertivo: prestação de contas Expressivo: autoelogio
96	Por um lado, retirou da miséria milhões de homens e mulheres.	Assertivo: avaliação positiva
97	Por outro, contribuiu para dinamizar a economia de forma mais equânime.	Assertivo: avaliação positiva
98	Por isso, obteve reconhecimento internacional, e já inspira programas semelhantes em vários países.	Assertivo: avaliação positiva
99	Nosso governo nunca foi, nem é "populista".	Assertivo: negação
100	Este governo foi, é e será popular.	Comissivo
101	Temos de criar alternativas de trabalho e produção para os beneficiários dos nossos programas de transferência de renda.	Comissivo: desejo
102	E aí, ocuparão lugar importante: a educação, a formação de	Assertivo:

	mão-de-obra, a expansão do microcrédito e do crédito consignado, o fortalecimento da agricultura familiar, o avanço da reforma agrária pacífica e produtiva, a economia solidária, o cooperativismo, o desenvolvimento de tecnologias simples e a expansão da arte e da cultura popular.	exemplificação análise crítica
103	Para isso, as políticas setoriais de governo devem ser fortemente integradas.	Assertivo: condição
104	É preciso: continuar expandindo o consumo de bens essenciais da população de baixa renda; fomentar o empreendedorismo das classes médias; dar continuidade à recuperação do salário mínimo; ampliar o crescimento de empregos formais e da massa salarial; e aprofundar a política nacional para micro, pequena e média empresas, nos moldes da Lei Geral aprovada por este Congresso, que estabelece tratamento diferenciado em matéria de crédito, acesso à tecnologia e às exportações.	Assertivo: análise crítica e avaliação positiva (o locutor se compromete a continuar tais ações)
105	É preciso garantir o crescimento de todos, diminuindo desigualdades entre as pessoas e as regiões.	Comissivo
106	Para diminuir a desigualdade entre as pessoas a alavanca básica é a educação; para diminuir a desigualdade entre as regiões o principal instrumento são os grandes programas de desenvolvimento, especialmente os de infraestrutura.	Assertivo: análise crítica preditiva
107	Estes grandes programas e projetos de desenvolvimento regional já estão definidos e envolvem setores estratégicos como energia, transporte, inovação tecnológica, insumos básicos e construção civil.	Assertivo: prestação de contas declarativo Comissivo: promessa (não foram apresentados ainda, serão)
108	Na área de energia, eles privilegiam o petróleo, gás, etanol, biocombustíveis e eletricidade.	Assertivo: prestação de contas afirmação
109	Na área de inovação tecnológica: os softwares, fármacos, bens de capital, semicondutores e TV Digital.	Assertivo: prestação de contas afirmação
110	Na área dos transportes, englobam indistintamente os setores automotivo, ferroviário, naval e aéreo.	Assertivo: afirmação
111	Na construção civil, os setores de infraestrutura, habitação e saneamento básico.	Assertivo: prestação de contas afirmação
112	Na área dos insumos, a siderurgia, papel e celulose, petroquímica e mineração.	Assertivo: prestação de contas afirmação
113	Minhas Senhoras e meus Senhores,	Diretivo
114	Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu Governo.	Assertivo/comissivo
115	Mais do que a qualificação para o mundo do trabalho, a educação é um instrumento de libertação, que o acesso à cultura propicia.	Assertivo: conjectura
116	Ela dá conteúdo à cidadania formal de homens e mulheres.	Assertivo
117	Um país cresce quando é capaz de absorver conhecimentos.	Assertivo: conjectura
118	Mas se torna forte, de verdade, quando é capaz de produzir	Assertivo: conjectura

	conhecimento.	
119	Para isso é fundamental valorizar todos os níveis de nosso sistema educacional sem exceção, fortalecer a pesquisa pura e aplicada, consolidar a incorporação e o desenvolvimento de novas tecnologias.	Assertivo: análise crítica (ao avaliar tais necessidades o locutor pressupõe que tais medidas serão adotadas)
120	Temos aqui um gigantesco desafio.	Assertivo: afirmação
121	O que outros países fizeram ainda nos séculos dezenove ou vinte, nós teremos de realizar nos próximos anos.	Diretivo: desafio/convocação
122	Trata-se de superar os grandes déficits educacionais que nos afligem e, ao mesmo tempo, dar passos acelerados para transformar nosso país em uma sociedade de conhecimento, que nos permita uma inserção competitiva e soberana no mundo.	Diretivo: convocação (tais fatos são tomados como desafios do governo)
123	O Brasil quer, num só movimento, resolver as pendências do passado e ser contemporâneo do futuro.	Assertivo: conjectura
124	Graças ao esforço de todos nós, com a decisiva participação do Congresso Nacional, o Brasil conta com um instrumento fundamental para melhorar a educação básica, que é o FUNDEB.	Assertivo: prestação de contas /constatação
125	Com ele, poderemos aumentar dez vezes o investimento nas áreas mais carentes do ensino, e 60% destes recursos serão aplicados na melhoria de salários e na formação do professor.	Assertivo: predição
126	Para que o Brasil tenha uma educação verdadeiramente de qualidade, serão necessários professores bem remunerados, com sólida formação profissional, condições adequadas de trabalho e permanente atualização.	Assertivo: predição
127	Os educadores poderão, dessa forma, melhorar o seu desempenho e os resultados da sua atividade pedagógica.	Assertivo: predição
128	A Universidade Aberta é decisiva no aperfeiçoamento dos docentes, pois permite que os professores se reciclem sem sair de suas cidades.	Assertivo: prestação de contas /afirmação
129	Nesta luta pela qualidade, vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas.	Comissivo: promessa
130	Quero reafirmar, neste dia tão importante, que o meu sonho é ajudar a transformar o Brasil no país mais democrático do mundo no acesso à universidade.	Comissivo: desejo
131	Para isso contribuirão as novas universidades e extensões universitárias e as escolas técnicas em todas as cidades pólo do país.	Assertivo: prestação de contas /predição
132	Para isso contribuirá também a expansão das bolsas do ProUNI.	Assertivo: prestação de contas / predição
133	O Brasil assistirá dentro de dez ou quinze anos o surgimento de uma nova geração de intelectuais, cientistas, técnicos e artistas originários das camadas pobres da população.	Assertivo; predição/conjectura
134	Este foi sempre o nosso propósito: democratizar não só a renda, mas também o conhecimento e o poder.	Comissivo: desejo

135	Outras áreas vitais para a população e objeto de permanente demanda são as da saúde e da segurança pública.	Assertivo: afirmação
136	Como fizemos no nosso primeiro mandato, vamos continuar modernizando os dois setores para que a população brasileira, em especial a mais pobre, tenha uma melhor qualidade de vida.	Prestação de contas e Comissivo: promessa
137	Sinto que em matéria de segurança pública um verdadeiro flagelo nacional, crescem as condições para uma efetiva cooperação entre a União e os estados da Federação, sem a qual será muito difícil resolver este crucial problema.	Assertivo: avaliação negativa
138	Meus Senhores e minhas Senhoras,	Diretivo
139	Apesar dos avanços científicos e tecnológicos de nosso mundo, ainda não foi inventada nenhuma ferramenta mais importante do que a política para a solução dos problemas dos povos.	Assertivo: conjectura
140	Nunca o mundo viveu como vive hoje, um período de tão grande descrédito na política.	Assertivo: conjectura
141	Mas, paradoxalmente, nunca a política foi tão imprescindível.	Assertivo: conjectura
142	Temos no Brasil um desafio pela frente.	Diretivo
143	Desafio para as forças que se identificam com este Governo e para aquelas que se situam na oposição.	Assertivo: afirmação
144	Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas práticas políticas.	Diretivo: pedido
145	Temos de construir consensos que não eliminem nossas diferenças, nem apaguem os conflitos próprios das sociedades democráticas.	Diretivo: pedido
146	Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social.	Diretivo: pedido
147	Nossas instituições têm de ser mais permeáveis à voz das ruas.	Diretivo: pedido
148	Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e produzir uma cidadania ativa.	Diretivo: pedido
149	As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa.	Assertivo: afirmação
150	Elas se complementam.	Assertivo: afirmação
151	Meu Governo, atento às manifestações das ruas e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, consultando a opinião da sociedade organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros.	Assertivo: prestação de contas / avaliação crítica positiva
152	Continuaremos nesse rumo.	Comissivo- desejo
153	Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana.	Comissivo
154	Nada mais ético do que a promoção do bem comum e da justiça.	Assertivo: conjectura
155	A reforma política deve ser prioritária no Brasil.	Comissivo
156	Convido todos os senhores para nos sentarmos à mesa e iniciarmos o seu debate e urgente encaminhamento, ao lado de outras reformas importantes, como a tributária, que	Diretivo/comissivo: convite

	precisamos concluir.	
157	O fortalecimento de nosso sistema democrático dará nova qualidade à presença do Brasil na cena mundial.	Assertivo: predição
158	Nossa política externa motivo de orgulho pelos excelentes resultados que trouxe para a nação foi marcada por uma clara opção pelo multilateralismo, necessário para lograr um mundo de paz e de solidariedade.	Assertivo/expressivo: avaliação positiva com valor de elogio
159	Essa opção nos permitiu manter excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais e, ao mesmo tempo, priorizar os laços com o Sul do mundo.	Assertivo: prestação de contas/ avaliação positiva
160	Estamos mais próximos da África um dos berços da civilização brasileira.	Assertivo: prestação de contas/ avaliação positiva
161	Fizemos do entorno sulamericano o centro de nossa política externa.	Assertivo: avaliação positiva
162	O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sulamericana de Nações.	Assertivo: afirmação
163	Senhoras e Senhores,	Diretivo
164	É tempo do nascimento de um novo humanismo, fundado nos valores universais da democracia, da tolerância e da solidariedade.	Assertivo: conjectura
165	O Brasil tem muito o que contribuir neste debate.	Assertivo: declarativo
166	Colocamos o respeito aos Direitos Humanos no centro de nossas preocupações.	Assertivo: prestação de contas/ afirmação
167	Ampliamos políticas públicas nesta direção e criamos instituições de Estado fortes e capazes de garantir que este país combaterá de maneira decidida e permanente todas as formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual e faixa etária.	Assertivo: prestação de contas/ avaliação positiva
168	Por isso cresce a participação das mulheres na vida econômica, social e política do país.	Assertivo: avaliação positiva
169	Cada vez mais, os negros ocupam o lugar que lhes é devido em um Brasil democrático.	Assertivo: avaliação positiva
170	Assim como os povos indígenas, que reconquistam e consolidam a sua dignidade histórica.	Assertivo: avaliação positiva
171	A despeito dos avanços que nossas políticas públicas propiciaram, especialmente na esfera educacional, ainda há muito que fazer pelos jovens, importante segmento de nossa sociedade, a quem caberá conduzir este país nas próximas décadas.	Expressivo: autoelogio Comissivo: desejo
172	Em um mundo que busca caminhos para o convívio, espaços para o diálogo, para a coabitação do múltiplo e do diverso, o Brasil tem o que oferecer.	Assertivo: afirmação
173	Nosso País pode ser uma voz e um exemplo autêntico e poderoso para o mundo na questão da diversidade.	Assertivo: afirmação EP: elogio
174	Pode ajudar a mostrar que neste planeta desigual, é possível avançar no sentido do entendimento, quando os interesses dos diferentes e, sobretudo, dos excluídos passam a integrar	Assertivo: conjectura EP: elogio ao Brasil

	efetivamente a agenda nacional.	
175	Senhoras e Senhores,	Diretivo
176	Fui reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.	Assertivo: constatação
178	A realização do segundo turno deu mais nitidez à escolha, contrapondo projetos de país com contornos bem definidos e diferenciados.	Assertivo: afirmação
179	O povo fez uma escolha consciente.	Assertivo: afirmação
180	Mais do que um homem, escolheu uma proposta, optou por um lado.	Assertivo: afirmação
181	Não faltaram os que, do alto de seus preconceitos elitistas, tentaram desqualificar a opção popular como fruto da sedução que poderia exercer sobre ela o que chamavam de "distribuição de migalhas".	Assertivo: reprovação EP: crítica e "ressentimento"
182	Os que assim pensam não conhecem e não entendem este País.	Assertivo: crítica
183	Desconhecem o que é um povo sem feitores, capaz de expressar-se livremente.	Assertivo: crítica
184	O que distribuímos é mais do que isso: socializamos foi cidadania.	Assertivo: afirmação EP: auto elogio
185	Este povo constitui a verdadeira opinião pública do país que alguns pretenderam monopolizar.	Expressivo
186	Finalmente, quem tentou desqualificar a opção popular não foi capaz de valorar algo fundamental.	Assertivo: crítica
187	A vontade de mudança que esteve reprimida por décadas, séculos expressou-se pacificamente, democraticamente e esta manifestação contribuiu de modo notável para o fortalecimento das instituições.	Assertivo: conjectura
188	O caminho da política exige paciência, concessões mútuas, compreensão do outro.	Assertivo: conjectura
189	Exige que sejamos capazes de levar ao extremo a prática da escuta.	Assertivo conjectura
190	Pois só assim é possível sintonizar e harmonizar interesses.	Assertivo: conjectura
191	Mas exige opções, alinhamentos.	Assertivo: Conjectura.
192	Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções.	Diretivo: pedido
193	Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram.	Comissivo: desejo
194	Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa.	Diretivo: pedido
195	Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo.	Diretivo: pedido
196	Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.	Diretivo: pedido
197	Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos.	Assertivo: declarativo
198	Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária.	Assertivo: declarativo
199	Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta	Assertivo: declarativo

	causa se chama Brasil.	
200	Minhas Senhoras, meus Senhores,	Diretivo
201	Reconheço que Deus tem sido generoso comigo.	Assertivo/expressivo
202	Mais do que mereço.	Expressivo EP: humildade
203	Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte.	Expressivo: EP: perseverança
204	Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver.	Expressivo: EP:
205	Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar.	Expressivo: EP: coragem
206	Eu pedi coragem... e Deus me deu perigos para superar.	
207	Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar.	EP: compaixão
208	Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades.	EP:
209	Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava.	EP: positividade
210	Muito obrigado."	Expressivo: agradecimento
	http://www.fenecon.org.br/DiscursoLula2007.pdf	